

FÁTIMA CRISLAINE BATISTA ROCHA

Trabalho, divisão do trabalho e oposição entre campo e cidade na produção do espaço

Vitória da Conquista/BA

2018

FÁTIMA CRISLAINE BATISTA ROCHA

Trabalho, divisão do trabalho e oposição entre campo e cidade na produção do espaço

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para fins de conclusão do curso de Mestrado em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Linha de Pesquisa: Produção dos espaços urbanos e rurais.

Orientadora: Prof. Dr.^a Suzane Tosta Souza.

Coorientador: Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes

Vitória da Conquista/BA

2018



Esta dissertação de mestrado está sobre os termos do Creative Commons

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e
Documentação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

R572t

Rocha, Fátima Crislaine Batista.

Trabalho, divisão do trabalho e oposição entre campo e cidade na produção do espaço. / Fátima Crislaine Batista Rocha, 2018.

110f.: il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr.^a Suzane Tosta Souza.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referência F. 107 – 110.

1. Campo e cidade – Produção do espaço. 2. Divisão do trabalho. 3. Campo e cidade no capitalismo. I. Souza, Suzane Tosta. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO. T. III.

CDD: 304.2

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

Fátima Crislaine Batista Rocha

Trabalho, divisão do trabalho e oposição entre campo e cidade na produção do espaço

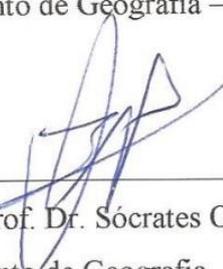
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, com Área de Concentração em Produção do Espaço Geográfico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, como requisito parcial para fins de obtenção do título de mestra em Geografia, com data de conclusão de mestrado em setembro de 2018

COMISSÃO EXAMINADORA



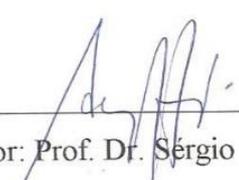
Orientadora e presidenta da Banca: Prof.^a Dr.^a Suzane Tosta Souza

(Departamento de Geografia – DG/UESB)



Coorientador: Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes

(Departamento de Geografia – DG/UESB)



1º Examinador: Prof. Dr. Sérgio Afrânio Lessa Filho

(Faculdade de Serviço Social – FSSO/UFAL)



2º Examinador: Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos

(Departamento de Geografia – DG/UESB)

O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que tornam incompatíveis com seu involucro capitalista. Ele é arrebatado. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.

Marx em *O capital, Vol 1, Tomo 2*

AGRADECIMENTOS

Costumava dizer que meu processo de escrita era isolado, mal eu sabia que nela eu iria carregar demasiadamente muitos na sensibilidade, e até mesmo presencialmente, ao meu lado, e de como tudo se torna mais leve quando você deixa que os sentimentos mais humanos te impregnem da vida em movimento. Todas essas pessoas me apoiaram nessa pesquisa, e suas presenças são queridas e saudosamente guardadas em meus momentos plenos de solicitude.

Sem medidas, agradeço inicialmente a **Victor**, por nossos ricos debates intelectuais, por sua atenção cedida à minha vida pessoal, e por todos nossos momentos que fluem para um contentamento tão único, tão leve que só pode ser verdadeiramente descrito pela palavra *amor*, *amor!*

Agradeço à **minha mãe Nice**, sempre linda e forte, que nas suas vindas de Macaúbas a Vitória da Conquista não mediu esforços para me agradar. Em especial, **ao meu pai, Edson**, agradeço a sua superação frente à doença crônica psicoativa do álcool, por aceitar sob meu apoio, o tratamento da dependência química nesse tempo, e à sua maneira, me ensinar tanto sobre serenidade com sua vida e com as flores tantas que fizeram brotar no meu jardim de casa, ao cuidar de si mesmo. Agradeço **ao meu irmão, Gleison**, que esteve também presente durante o tratamento de meu pai, e pelos conselhos sábios, em meio a um processo cirúrgico primordial que realizou nesse período. E o apoio da família, ainda que fisicamente distante, de **Nezinho meu avô, tios Dilma, Edmilson, Eliene, Wilson**, e a memória viva de mulher e resistência, minha **avó Nenzinha**. Também sou grata à **Anaide, Eriovaldo e Clara**, sempre gentis em atividades diárias, pela positividade das suas palavras e presença nessas causas pessoais.

A quem o tempo da vida não esperou, e levarei saudades, do lindo casal de tio avós, **Tia Tê e Tio Godó**, que depositaram em mim estima consideração e respeito em seus últimos momentos de vida e não medi esforços para vê-los bem. E à minha avó paterna **Joana**, que ficou contente, esperançosa e perseverante com o tratamento do meu pai, mas infelizmente não pôde vê-lo a tempo. Minha gratidão!

Agradeço à minha amiga e orientadora **Suzane Tosta**, mulher forte e afável que compreendeu todos esses momentos difíceis, e apoiou minhas inquietações teóricas, me cedendo orientações exemplares e substanciais para o desenvolvimento dessa pesquisa; A **Jânio Diniz**, também gentil amigo que me cedeu tranquilidade quando mais precisei, e por sua disponibilidade e contribuição importante na banca. Ao meu conterrâneo, coorientador e amigo **Sócrates**, que proporcionou orientações importantes no aprofundamento da problemática central da pesquisa, e por estar sempre disposto a debater em quaisquer circunstâncias.

A professor companheiro **Sergio Lessa**, que transborda juventude e ânimo em sua personalidade e continua sendo referência em minhas leituras e escritas, antes mesmo de adentrar no mestrado. A satisfação de tê-lo enquanto banca e as contribuições foram tamanhas e extasiantes!

Pelos camaradas do Faísca **Carlos, Cida, Daniel, Glauber, Isaac, Larissa, Rafael e Tony**, em que para além da amizade certa, os debates sobre a Revolução Russa e a militância foram fundamentais para me manter firme nas leituras e na rotina, e confirmar que o suor dos trabalhadores do campo e da cidade na luta, não pode ser desperdiçado junto à sindicatos, à partidos, tão pouco se criar perspectivas sobre o Estado subjugado aos interesses da burguesia. Só a união dos trabalhadores, considerando suas diferenças em cor, gênero e sexualidades, e sua consciência enquanto classe fundamental que luta junto à força certa do operariado será capaz de pôr em realidade o soar do fim da propriedade privada.

À amiga **Hiole**, unida pelos debates políticos, e que se mostrou especial por sua gentileza, me apoiando na vida e na conclusão da dissertação com o carinho de suas mensagens, bem como às amigas **Aline Fialho, Indira Felício, e Renata Silva**. São mulheres que me fortalece nos mínimos detalhes, e cotidianamente construímos bate papos construtivos sobre amizade, trabalho e gênero. Nessas, incluo notadamente a minha amiga **Maria Amália**, por sua sensibilidade aflorada em poesias notívagas e risadas que me fez muito bem durante o curso. E por ser a mulher negra que é, a escritora a quem tenho sintonia e espelho carisma.

Pela empatia e cumplicidade da amiga **Melina**, em que de mãos dadas nos superamos no tratamento dos nossos pais. E não deixaria de mencionar neste, **Aparecida, Edilberto e Marcelo**. Foi um período em que escrevi e ganhei um aprendizado com essa experiência e com as amigades, assim, construídas. Também sou grata à força e dedicação nas palavras junto à ideologia do “*só por hoje*” a nós cedidas por **Fátima, Juliano e Sandro** e principalmente a presença sem falta nessa causa do amigo **Juraci**. Todas as pausas e conversas foram motivacionais durante a pesquisa.

Pela amizade de sempre querida, de **Weldon Novais**, e o apoio dos integrantes do Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade do Trabalho e Relação Campo-Cidade no Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos - LEAU. Pelo período de aprendizado durante às aulas da primeira turma de mestrado, e pela positividade dos colegas **Edlélio, Flávia, Jorman, Manara e Vera**. Não deixaria de reconhecer os momentos produtivos e aconchegantes com chocolate quente nas aulas do professor e coordenador da PPGeo **Mário Rubem**, e da simpatia e profissionalidade do professor **Espedito**, os quais também agradeço pelo conhecimento transmitido. À **UESB** pela bolsa, e à **CAPES** por possibilitar junto à **PPGeo** os meus estudos.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo entender como a sociedade se divide espacialmente entre campo e cidade. Para investigar o cerne da questão, debruçamos sobre as origens da divisão do trabalho entre campo e cidade no processo histórico de formação do capitalismo. Essa inquietação surge de nossas próprias lacunas teóricas deixadas nas pesquisas realizadas na graduação e especialização, e é, portanto, uma análise categórica que busca trazer um fundamento coerente ao tema em questão. Dentro de uma perspectiva no pensamento marxista, tratamos, no primeiro capítulo, sobre o conceito de trabalho, discutindo como este é ontológico à existência do ser social. Em seguida, analisamos como o mesmo encontra-se numa relação de subordinação ao capital no atual modo de produção. A categoria trabalho nos possibilitou avançar com precisão sobre a divisão do trabalho intrínseca à relação de propriedade. Para isso, tivemos que perpassar sobre o desenvolvimento das propriedades nas sociedades, em específico sobre o período de transição do feudalismo para o capitalismo com a acumulação primitiva, quando surge a propriedade privada burguesa até a consolidação do capitalismo, com a Revolução Industrial. É nesse recorte espaço temporal no cenário europeu em que se dá a gênese das relações capitalistas que encontramos uma aguda oposição entre o campo e a cidade. Culminamos, assim, em uma discussão sobre a atualidade dessa oposição e as possibilidades de sua superação. Portanto, a oposição que aparenta ser dos espaços é a mera expressão do conflito de interesses dos sujeitos históricos que produzem esses espaços contraditórios na contemporaneidade.

Palavras-chave: Campo, cidade, divisão do trabalho, produção do espaço, trabalho.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand how the society is spatially divided between the countryside and the city. To investigate the heart of the matter, we address ourselves to the origins of the division of labour between the countryside and the city in the capitalist formation historical process. This restlessness arises from our theoretical gaps and left in the graduation and specialization researches, and is therefore a categorical analysis that bring a coherent ground to the subject in question. From a Marxist thought perspective, we deal, in the first chapter, with the concept of labour, discussing how it is ontological to the social being existence. Then, we analyse how it is in a relation of subordination to capital in the current mode of production. The work category enabled us to advance precisely on the division of labour intrinsic to the relation of property. For this, we had to pass through on the development of properties in societies, in particular on the transition period from feudalism to capitalism with the primitive accumulation, when bourgeois private property arises, until the consolidation of capitalism, with the Industrial Revolution. It is in this cutout from European scenario where the genesis of capitalist relations takes place that we find a sharp opposition between the countryside and the city. Thus, we culminate in a discussion about the actuality of this opposition and the possibilities of its overcoming. The opposition that appears be of the spaces is the mere expression of the conflict of interests of the historical subjects that produce theses contradictory spaces in the contemporaneity.

Key words: City, countryside, division of labour, labour, production of the space.

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2 | O TRABALHO ENQUANTO FUNDAMENTO DA SOCIEDADE DO CAPITAL E DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO | 17 |
| 2.1 | O fundamento do trabalho nas relações humanas | 18 |
| 2.1.1 | O trabalho e seu processo propriamente dito..... | 24 |
| 2.2 | A relação capital-trabalho no sistema capitalista | 27 |
| 2.3 | O trabalho na produção do espaço..... | 34 |
| 2.3.1 | Produção dos espaços urbano e rural..... | 38 |
| 3 | PROPRIEDADE E DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE CAMPO E CIDADE | 42 |
| 3.1 | Trabalho e divisão do trabalho na relação sociedade-natureza | 42 |
| 3.2 | Propriedade e divisão do trabalho: Um olhar sobre o campo e a cidade..... | 44 |
| 3.2.1 | O surgimento da propriedade burguesa na “Assim chamada acumulação primitiva”..... | 52 |
| 4 | DA OPOSIÇÃO ENTRE CAMPO E CIDADE NO CAPITALISMO | 68 |
| 4.1 | Os meios de produção e a oposição campo e cidade na gênese histórica do capitalismo . | 68 |
| 4.2 | O campo e a cidade no capitalismo consolidado pela Revolução Industrial..... | 74 |
| 5 | SOBRE A ATUALIDADE DA OPOSIÇÃO ENTRE O CAMPO E A CIDADE | 82 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 105 |
| 7 | REFERÊNCIAS | 107 |

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado emergiu no âmago de inquietações pessoais em compreender com mais precisão a temática sobre o campo e a cidade, que se encontra comumente nas pesquisas geográficas contemporâneas, mas não se debruça numa perspectiva teórica de investigar a gênese histórica como a proposta lançada nesta a defender. Esta iniciativa se aliou à vontade de discernir a categoria trabalho, a qual se percebia como categoria fundamental no entendimento desse tema, sempre presente tanto nos debates realizados na ala acadêmica dos eventos, aulas, e pesquisas científicas, como na própria realidade que os trabalhadores se veem atrelados em suas jornadas de trabalho entre o campo e a cidade.

Na intenção de conhecer a realidade posta e debruçar nas dúvidas de como os trabalhadores se movem rotineiramente numa divisão de trabalho consolidada historicamente, investigamos além da categoria trabalho, a divisão do trabalho em geral, que se trata especificamente da separação de sujeitos e suas atividades em campo e cidade.

Assim, temos por objetivo analisar como a divisão do trabalho em geral condiciona à produção dos espaços do campo e da cidade. Mais adiante veremos a distribuição das ideias na composição dos capítulos, e desde já justificamos a importância de o aprofundamento dessas categorias no estudo da ciência geográfica ser uma contribuição que problematize e se desenvolva em conjunto com outras ciências humanas, ou mesmo que acrescente nos debates de leitores que se enverede nessas mesmas questões.

Esta pesquisa teve seu início na graduação em Geografia na UESB, por volta do ano de 2010 ao direcionar alguns debates nessa temática com a participação em grupos de estudos sobre a cidade e o processo de urbanização, volvidos por uma perspectiva da teoria de Lefebvre. Naturalizada do município de Macaúbas/BA, observamos que os dados populacionais neste município se diferenciavam da tendência geral brasileira (IBGE, 2010), apresentando uma população do campo com 31.657 habitantes (sendo 67%), superior à da cidade, com 15.410 habitantes (sendo 33%).

Diante desta recorrente situação, debruçamos sobre alguns estudos geográficos, e evidenciamos na investigação empírica que os trabalhadores que residiam no campo exerciam trabalhos na plantação agrícola, e em épocas propícias vendiam sua força de trabalho na cidade, ou migravam temporariamente para as metrópoles, dispondo-se a qualquer atividade que lhe complementasse a renda, retornando à sua residência mesmo com as possibilidades encontradas ou estagnadas nesse ciclo. Essa pesquisa se consolidou no trabalho monográfico, ao qual analisamos as contradições do capital que permeavam as relações de trabalho entre o campo e

a cidade, sob alguns denominadores específicos como a homogeneização, a oposição e a diferenciação. Nessa pesquisa tivemos dados produtivos para interpretar a realidade, mas com uma fundamentação teórica incipiente diante das questões que surgiram na desenvoltura da pesquisa.

Dando prosseguimento aos estudos em 2013, com a inserção no curso de especialização em “Análise do Espaço Geográfico” nesta mesma universidade, continuamos a investigar o município de Macaúbas, atualizando alguns dados sobre o campo e a cidade. Nessa fase, notamos o processo de valorização dos imóveis que perpassava o centro comercial da cidade, estendendo às terras rurais, em que foram construídos cerca de 30 loteamentos no período de 2008 a 2013, espalhados no perímetro da cidade em direção ao campo mais próximo. Nesse processo, percebemos que a especulação era maior que a habitação dos lotes, e a compra era, em sua maior parte, realizada através de escambos. Em sua maioria, os loteamentos irregulares não continham infraestrutura mínima para a construção das casas, e das que foram construídas, a moradia era, em grande parte, precária, ou distribuída em forma de aluguel, para uma massa de reserva de trabalhadores que migravam de um campo mais distante para vender sua força de trabalho na cidade e residir em sua proximidade. Muitos desses loteamentos urbanos e rurais, apesar de valorizados nessa especulação imobiliária, tornaram-se vãos desmatados, sendo alguns processados pelo IBAMA por destruição de matas virgens, e mantém-se até então numa expectativa de serem vendidos.

Nesta investigação, junto com o apoio do grupo de pesquisa “Trabalho, Mobilidade do Trabalho e Relação Campo-Cidade”¹ da mesma universidade, e ao “Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais”² (GPECT), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), iniciamos um estudo sobre o processo de valorização em Marx (1983), a valorização do espaço em Moraes e Costa (1999) e a relação entre campo e cidade em Marques (2006). No entanto, esse processo de apreensão estava focado principalmente aos resultados empíricos, não desenvolvendo uma compreensão aprofundada das contradições destes, necessitando de um aporte teórico mais conciso.

Com a oportunidade disponibilizada pelo PPGeo em 2016, e o ingresso no mestrado na área de concentração em “Produção do Espaço Geográfico”, nos vimos diante de uma possibilidade de maturar essas lacunas teóricas das pesquisas anteriores, e colaborar nas

¹ Grupo de Pesquisa vinculado ao Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos - LEAU da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob a coordenação da Prof. Dr.^a Suzane Tosta Souza e do Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos.

² Grupo de Pesquisa vinculado ao Laboratório de Estudos Agrários do Programa de Pós-Graduação de Geografia-PPGeo da Universidade Federal de Sergipe-UFS, sob a coordenação da Prof. Dr.^a Alexandrina Luz Conceição.

pesquisas promissoras que se adentram nessa temática, sendo, portanto, um avanço efetivo à linha de pesquisa “produção dos espaços urbanos e rurais”. Assim, esta dissertação é ao mesmo tempo, um desafio à parte das pesquisas anteriores, por levantar questões categóricas, e uma análise crítica a preenchê-las indiretamente.

Acerca dessas questões, levantamos uma delas inicialmente para nos defrontar sobre o debate: *O que se designa por relação campo-cidade ou relação cidade-campo na ciência geográfica?* Por que esses conceitos vêm sendo tratados quase que exclusivamente nessa ciência? Ao longo prazo, muitas dessas pesquisas sobre a temática, como é o caso de nossas próprias experiências anteriores, vem sendo predominantemente tratadas com uma descrição exaustiva da empiria, trazendo contradições reais e as colocando em posição central na pesquisa, relegando um maior avanço de uma base teórica. Tais contradições são deturpadas à deriva de concepções singulares, aos recortes de estudos de casos, vinculados às ideologias dominantes ou *estritamente* acadêmicas sem a existência de um pensamento autocrítico. Quando essas questões são submetidas teoricamente, sua abstração é limitada, conceitos fundamentados historicamente são deturpados com generalizações dúbias, criando empecilhos teóricos na desenvoltura do tema. Trata-se de uma conveniência em assegurar a “inovação” epistemológica da Geografia, advinda do movimento de renovação da Geografia Crítica, que nega a abstração dialética e autocrítica dentro da mesma ciência. Como afirma Menezes (2015):

De fato, os grandes debates metodológicos da década de 1980 se voltariam muito mais para uma saída da crise da disciplina geográfica (o que, em parte explica a grande quantidade das “soluções” teóricas-epistemológicas do contexto) do que da crise social real que necessitava de um enfoque dialético apurado, inclusive como forma de subsidiar a própria reflexão geográfica (MENEZES, 2015, p. 15).

Na pretensão de investigar a epistemologia da Geografia, traremos a responsabilidade de elencar as contradições teóricas com a construção desta dissertação que, dentro da lógica epistêmica, apresenta, de certo, limites diante do contratempo acadêmico. A contribuição está em trazer um estudo introdutório sobre a dimensão abstrata que envolve o campo e a cidade. Dirigimos, nesse sentido, a repensar as questões introduzidas, com a reformulação de sua proposta metodológica ao questionar: *Quais são as especificidades históricas da divisão do trabalho entre campo e cidade na moderna produção capitalista? O que é a oposição dialética entre campo e cidade? Como ela se materializa na produção desses espaços?*

A análise parte da categoria trabalho e estende à uma análise do período de transição do feudalismo ao capitalismo, quando ocorreu a acumulação primitiva, e no qual se intensifica essa divisão do trabalho em geral. Nossa intenção não é construir um cabedal de dados

empíricos, com o resgate histórico, pois a pretensão é saber o que é a divisão do trabalho, quais os tipos que se consolidaram no tempo histórico. Portanto, investigaremos de forma atrelada a realidade histórica com a análise teórica sobre a divisão do trabalho entre o campo e a cidade que se destaca reciprocamente com o processo de origem do capitalismo, entendendo essas relações-bases para sustentar a teoria sobre o campo e a cidade. Como afirmam Marx e Engels (2007, p. 33): “A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance a ele fazer justiça”.

Debates de pesquisadores que analisaram a transição, ou que a resgatam trazendo informações da temática central sugerida, alavancaram o corpo da escrita em conjunto à uma análise metodológica que, obviamente, traz perspectivas que estão dentro do modo de produção atual. Como afirmam Marx e Engels (2007, p. 33), em cada época traz uma distinção de fenômenos por si mesma “a partir dos diferentes elementos que encontra, não segundo o conceito, mas forçadas pelas colisões materiais da vida”. Nesse sentido, o fato histórico foi o eixo central da pesquisa, que validou as interpretações em conjunto com o intercâmbio entre indivíduos de diferentes épocas.

Se ir de encontro somente aos conceitos é uma falha, fecha-los à uma empiria atual desconexa de sua história é um erro de interpretação. É preciso, pois, confrontar fatos históricos e conceituações científicas articuladas no âmbito geográfico, para se chegar a uma análise teórica concisa que facilite a interpretação da realidade em questão, ainda mais em se tratando de ser um tema que gera polêmicas desde o processo da transição para o capitalismo.

Para almejar diferentes estágios temporais de determinação das forças produtivas, que envolvem as transformações do campo e da cidade, fizemos um estudo sobre a categoria *trabalho*, que por ser ontologicamente vinculada ao desenvolvimento das sociedades, traz um ganho propositivo e concreto para também se pensar a *emancipação humana*.

Compreender que o trabalho determina a ontologia do ser social é significativo para não cair no erro apontado por Lukács (2013) em achar que outras categorias do ser social, como a própria divisão do trabalho que estudamos, ou como a linguagem e a cooperação, possuiriam essa posição central na sua determinação. Todas estas últimas pressupõem, como diz o autor, um ser social já formado. Não se pode dividir o trabalho na sociedade se este ainda não existir. Assim, o trabalho é uma categoria que ainda mantém, diferente das outras, relação direta com a natureza, diferente da linguagem, por exemplo, que apenas realiza a comunicação entre seres sociais já existentes. Contudo, essa subsequência de conceitos não é cronológica, adverte Lukács (2013), mas apenas pode ser entendida em termos ontológicos.

Diferente de outros seres vivos, o ser humano realiza trabalho, ou seja, possui a capacidade de realizar suas necessidades imediatas, elaborando um plano mental para melhor alcançá-las nas suas ações sob a natureza. Pré-ideação é como se designa o ato de antecipar mentalmente as ações e suas possíveis consequências. Ao realizar trabalho, o ser humano transforma a natureza e a si mesmo, pois recria dessa natureza transformada novas necessidades, que exigem o intelecto e reelaboração de próximos planos. Essa capacidade de pré-idear as próprias ações distingue o instinto animalesco e o trabalho. O ser humano pode ser caracterizado em seu sentido físico e inorgânico, como a própria natureza. Estas características que são determinantes *per se*, não definem por total suas ações, pois estas ações, no processo mental e criativo, são sempre postas pela consciência do ser humano diante das circunstâncias materiais.

À medida que os seres humanos realizam trabalho, socializam-se através de várias formas, e nessas relações vão sendo criadas regras, valores, e a própria formação da sociedade. Tais relações caracterizam que o ser não é meramente isolado com suas ações, mas determinado pelas condições já postas materialmente por sociedades anteriores. *O ser humano é, portanto, um ser social*, que realiza trabalho e faz deste, a realização de sua existência. *O trabalho é, portanto, ontológico ao ser social*. A sociedade, ou seja, o conjunto de seres humanos ao se organizar para satisfazer suas necessidades, desenvolvem formas de divisões do trabalho.

O ser humano, na sua busca por sobrevivência, *retira alimento da natureza, usufrui-a enquanto moradia, e faz desta mesma natureza instrumentos*, que sejam úteis para garantir a sua vida e a reprodução enquanto espécie e ser social. Portanto, o desenvolvimento da sociedade está baseado no desenvolvimento da sua relação com a natureza. Nessa análise, três aspectos são relevantes no decorrer dessa pesquisa, são eles: *o trabalho, a propriedade e os meios de produção*.

Com fins de organização do pensamento, tratamos desses termos, e de como se comportam de forma abstrata e de forma concreta, entendendo-os na origem e consolidação do capitalismo que se deu no período da acumulação primitiva. Tais termos nos levaram à questão principal: O que condiciona os seres humanos a se reproduzirem entre campo e cidade? Assim, outras questões mais específicas também são levantadas: O que diferencia a divisão do trabalho antes e depois do sistema capitalista? Como essa divisão de trabalho entre campo e cidade se intensifica no período de transição do feudalismo para o capitalismo? Qual a dimensão concreta de transformação das propriedades (campo e cidade) e como relacioná-las à concepção de produção do espaço?

Esses desafios teóricos serão escritos na organização de mais quatro capítulos. Destas categorias, nos ocupamos de falar sobre o trabalho no segundo capítulo. Para isso, dividimo-lo em três subcapítulos. O primeiro tratou de explicar essa parte mais abstrata da categoria explicitada acima, compreendendo como que o ser humano se torna tal ser pelo processo de trabalho. Já no segundo, a pomos em sua forma capitalista perante a sociedade em que esta se realiza. Assim, investigamos algumas das peculiaridades que o processo de trabalho assume quando inserido nesse contexto. Vimos, desse modo, que o processo de produção de valor de uso é acompanhado pelo processo de produção e de valorização de valor, e estes possibilitando a produção da mais-valia, sustenta o capital e sua expansão sem limites. Após essas análises, no terceiro subcapítulo tecemos algumas considerações sobre o conceito de produção do espaço, para depois entrar em detalhes nesse processo a partir da sua expressão em espaço urbano e rural.

O terceiro capítulo teve como objetivo desvendar a origem da divisão do trabalho entre campo e cidade, tendo como cenário as formações sociais que existiram na Europa. Dividido em dois subcapítulos, no primeiro foi tratado especificamente sobre o que é a divisão do trabalho, resgatando desde a divisão sexual do trabalho, até as sociedades mais desenvolvidas. No segundo subcapítulo foi relacionado essas diferentes formas de divisão do trabalho com os seus respectivos tipos de propriedades, passando pelas sociedades tribal, antiga, medieval, até chegar nas origens da sociedade moderna. Assim, analisamos como esta última herdou e transformou uma divisão entre campo e cidade da sociedade feudal em uma divisão típica do capitalismo através da ascensão do capital com o processo de acumulação primitiva e seu desenvolvimento para uma sociedade efetivamente capitalista. A menção desses diferentes tipos de sociedade é justificada pela necessidade de se compreender as transformações da oposição entre campo e cidade ligadas a esses modos de produção e suas respectivas propriedades. Isso será fundamental para a compreensão que segue.

Já no quarto capítulo, o tema desenvolvido foi sobre a oposição que existe entre o campo e a cidade. Apesar de nosso foco ser necessariamente a sociedade capitalista, fizemos uma rápida introdução sobre o papel do campo e da cidade nos modos de produção predecessores, até chegar na gênese da oposição tipicamente capitalista que se desenvolve historicamente durante a acumulação primitiva. Esse período de transição é analisado conjuntamente com as gêneses da propriedade burguesa e das classes sociais que emergem junto a ela, os capitalistas industriais, os proprietários de terra e os trabalhadores assalariados. No segundo subcapítulo desse, voltamos nossos esforços a tratar de uma divisão do trabalho entre campo e cidade com o advento da Revolução Industrial, compreendendo como que, já em

um capitalismo consolidado, se situaram as classes sociais envolvidas nesse processo de produção e como a produção do espaço se transformou perante à totalização do capital em todo o globo. Nesse sentido, investigamos os interesses de classe que se conflitavam entre proprietários de terra e capitalistas industriais, de um lado, e entre essas duas últimas classes e os trabalhadores assalariados, de outro.

No quinto e último capítulo submergimos no debate da oposição entre campo e cidade na atualidade. Para isso, nos aprofundamos no debate dentro da geografia crítica, em autores que consideramos mais avançados teoricamente dentro do tema. Entretanto, entramos em confronto com algumas de suas posições em relação à essa atualidade, bem como a possibilidade de superação desta oposição em concomitância à superação da divisão do trabalho, da propriedade privada e do Estado.

Tratando dessas questões, nos baseamos no método do materialismo histórico e dialético enquanto compreensão de mundo.

O pensamento dialético foi fundamentado com a categoria trabalho por Hegel, sob um viés idealista, para entender as contradições do conhecimento entre sujeito-objeto. O trabalho em suas análises era entendido apenas enquanto produção de valor. Com uma perspectiva diferenciada, Marx e Engels (2007), além de problematizar a categoria trabalho nas formulações teóricas, veem as contradições do conhecimento inerentes à realidade material e histórica. Observam que existe uma pretensão objetiva na *ideologia* de discursões subjetivas, que legitimam o processo civilizatório com base na exploração do ser humano pelo ser humano. Nesta exploração, o trabalho está intrínseco à produção de valor e *mais-valia*, com o desenvolvimento capitalista. Assim, percebem que a relação teórica entre sujeito-objeto se baseia na realidade da luta de classes, e veem nessa categoria do *trabalho*, um fundamento material ao problematizá-la até o ponto de ver a possibilidade de uma emancipação social concreta a partir das massas operárias.

Na obra “A ideologia Alemã”, Marx e Engels (2007) retratam as especificidades da Alemanha para se basear, materialmente, contra as concepções filosóficas e idealistas de Hegel e seus sucessores, a quem ironicamente denominam de São Feuerbach e São Bruno. Estes se baseiam na existência de um mundo sensibilizado pelo ser “Homem Único”, que na visão concreta de Marx e Engels é o burguês alemão. Assim, para provar cientificamente estas deturpações sobre a sociedade, tidas como homogênea, trazem da realidade econômica e política a construção histórica da divisão do trabalho entre o campo e a cidade no século XIX.

Esse debate e a relação intrínseca entre método e realidade inspirou a presente dissertação, em que serão consolidados questionamentos não mais tendo a relação campo-

cidade como foco central, e sim a investigação sobre o trabalho e, com base nesse, a história da divisão do trabalho em geral. Nossa metodologia, portanto, parte da necessidade de introduzir as categorias em estudo e construir teoricamente sobre a produção do espaço, pois a abstração teórica é um percurso, e não uma conclusão em si mesma.

2 O TRABALHO ENQUANTO FUNDAMENTO DA SOCIEDADE DO CAPITAL E DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Neste segundo capítulo, nos ocupamos de tratar da categoria trabalho. Esta se apresenta enquanto fundamental para dar sustento teórico para toda a pesquisa, no que se refere a divisão do trabalho. Portanto, ela é nosso ponto de partida. A categoria trabalho também representa o fundamento da explicação do que é o ser humano e de como ele se organiza em sociedade. Assim, neste primeiro subcapítulo fizemos um resgate da teoria marxista para explicar o que faz do ser humano um ser social. Esta explicação, logo, se sustenta em uma perspectiva ontológica e histórica, e busca desvendar filosoficamente as estruturas do ser social e como esta é a base das suas categorias subsequentes, como, por exemplo, a linguagem, a ideologia e a divisão do trabalho.

Para isso, foi feita uma análise inicialmente do escrito de Engels “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem”, escrito em 1876 e publicado em 1895, o qual ele trata sobre o salto ontológico visto pelo processo histórico do surgimento dos primeiros seres sociais, ainda organizados em tribos, que durou milhares de anos até podermos enxergar o ser social já construído.³ Também nos debruçamos sobre o próprio processo de trabalho e os elementos simples que o compõe, como os meios e objetos de trabalho e a própria atividade em si. Esse trabalho, enquanto uma atividade inerente a qualquer forma social, é produtor de coisas úteis, valores de uso, que satisfazem as diversas necessidades humanas.

Nesse sentido, existe um caminho duplo para essa explicação, um que busca compreender no processo histórico como que os primeiros seres sociais surgiram, e outro que objetiva compreender quais são as características mais fundamentais que fazem do ser humano um ser totalmente diferente do ser natural. Lessa (2011) afirma que a categoria ontológica também não pode substituir a histórica:

A busca pelas mediações históricas concretas – como se deu o salto, qual a primeira sociedade humana, onde e quando ela surgiu, é uma tarefa que cabe à antropologia e à arqueologia. A ontologia não pode nem deve substituir a ciência; deduzir ontologicamente o processo histórico é um enorme equívoco.

³ Este texto de Engels, que nem se quer foi publicado em vida pelo autor, apesar de trazer contribuições indispensáveis, está preso ao momento histórico que foi escrito, no qual a ciência ainda acreditava que a evolução do ser humano vinha de uma linearidade do macaco. Contudo já se sabe, hoje, que a evolução não ocorreu dessa forma, e que os seres humanos tiveram seus próprios ancestrais, hoje extintos. A proximidade biológica que o ser humano possui com o macaco é, em um passado um pouco mais remoto, um ancestral em comum possuído pelas duas espécies. Logo, o trabalho não transformou o macaco em homem, mas sim um ser humano primitivo da mesma espécie (*homo sapiens*) em ser social. Resolvemos, ainda assim, utiliza-lo na nossa pesquisa, pois ele traz contribuições para explicar, o fundamento histórico do trabalho na base da sociedade. Assim, considera-se que nas citações que Engels fala do macaco, podemos entender hoje mais rigorosamente como um ancestral do ser humano.

Todavia, o simétrico também é verdadeiro: não podemos querer resolver as questões ontológicas a partir de estudos científicos ao fim e ao cabo, porque estes nem sempre são resolutivos das questões ontológicas as quais, sempre, versam sobre as categorias as mais universais (LESSA, 2011, p. 139-140).

Essa análise ontológica e histórica sobre o fundamento do ser social foi apenas um primeiro passo. O segundo subcapítulo visa compreender a realidade da sociedade capitalista. A análise da categoria trabalho na sociedade determinada pelo capital perpassa outros elementos históricos concretos particulares dessa formação social específica que também precisaram ser considerados. Assim, no segundo subcapítulo falamos do trabalho inserido no capitalismo, sua relação de classes intrínseca, seu processo de produção de valor e mais-valia e como o conceito de trabalho se transforma historicamente dentro da sociedade, não mais sendo aquele trabalho puramente produtor de valores de uso.

É importante pontuar que nenhuma dessas categorias exclui a outra numa compreensão verdadeira da realidade. Uma tem o objetivo de compreender o ser humano ontologicamente, já a outra de compreender o ser humano em um momento histórico específico. Segundo Lessa (2011), não só essas categorias não se excluem, como, pelo contrário, se complementam. Quando Marx, em *O Capital*, fala do trabalho no capitalismo, ele reafirma o conceito ontológico, que ainda serve como “[...] o fundamento para a crítica radical do trabalho abstrato, ou seja, para a crítica do modo de produção capitalista” (LESSA, 2011, p. 129).

No terceiro subcapítulo, temos o objetivo de versar sobre algumas expressões geográficas no campo temático sobre o campo e a cidade que tem por base o debate da produção do espaço dimensionadas em urbano e rural sobre a relação entre o conceito de trabalho com o de produção do espaço. Esse objetivo faz jus, pois este último conceito se tornará parte elementar nas análises da divisão do trabalho e da oposição entre campo e cidade. Para isso, iniciamos fazendo uma análise mais geral do conceito de produção do espaço, trazendo ideias desse debate dentro da Geografia. Depois nos aprofundaremos na questão mais específica sobre a produção dos espaços urbano e rural.

2.1 O fundamento do trabalho nas relações humanas

Em uma perspectiva geral, existem três esferas do ser. “O inorgânico, a vida e a sociedade, cada um deles compõe uma esfera ontológica (esfera de ser) específica, ontologicamente distinta das duas outras” (LESSA, 2011, p. 138). O surgimento de cada esfera superior do ser acontece de uma ruptura do desenvolvimento da esfera inferior, e nunca de uma

linearidade. Nosso objetivo nesta subseção é discernir os fundamentos do salto que levou ao aparecimento da terceira esfera, a saber, a do ser social.

Diferente das duas primeiras esferas, a existência do ser social se caracteriza pela capacidade de transformar a existência dada previamente em uma existência posta. Assim, as causas dos fenômenos naturais, orgânicos e inorgânicos, não demandam uma ação consciente, sendo uma *causalidade dada*. Por exemplo, a água possui um ciclo natural que é regido unicamente por leis naturais. Ou seja, não depende de uma ação consciente para acontecer.

No entanto, essa água pode ser captada, tratada e transportada para ser usada em locais secos onde o ciclo da água é incipiente, caracterizando, portanto, uma *causalidade posta* por seres sociais. Aqui, os fenômenos são movidos por uma ação consciente, mesmo que os indivíduos envolvidos nessa ação não tenham completa consciência do todo.

A atividade que o ser humano realiza para transformar conscientemente a matéria natural em algo inédito em sua existência é o trabalho. Sempre que um indivíduo busca satisfazer suas necessidades, ele planeja suas ações, das mais simples às mais complexas, com a finalidade de supri-las da melhor maneira possível diante das possibilidades encontradas. Logo, o trabalho “É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 1999, p. 4).

Mas, se o ser social não surgiu de um desenvolvimento linear do ser orgânico, e sim de uma ruptura radical a esta esfera, portanto: como podemos explicar o surgimento do ser humano? Segundo Engels, uma série de características precisou aparecer nos primatas mais desenvolvidos como a posição ereta, as mãos livres capazes de manipular objetos, a linguagem, e a alimentação propícia ao desenvolvimento do cérebro. Todas elas têm como fundamento a necessidade de se realizar trabalho.

De toda a produção que este ser humano primitivo cria, a de ferramentas é a mais importante, porque convém serem produzidas cada vez mais complexas em curso com as relações sociais construídas, além de permitir o avanço das forças produtivas. Após a construção do machado, é possível coletar madeira em grande quantidade para construir abrigos. Segundo Engels (1999), as primeiras ferramentas criadas pelo ser humano foram destinadas para a caça e pesca. Estas tiveram um papel fundamental para outro elemento importante no desenvolvimento do ser humano, já que:

[...] a caça e a pesca pressupõem a passagem da alimentação exclusivamente vegetal à *alimentação mista*, o que significa um novo passo de sua importância na transformação do macaco em homem. A alimentação com carne ofereceu

ao organismo, em forma quase acabada, os ingredientes mais essenciais para o seu metabolismo. Desse modo, abreviou o processo da digestão e outros processos da vida vegetativa do organismo (isto é, os processos análogos ao da vida dos vegetais), poupando, assim, tempo, materiais e estímulos para que pudesse manifestar-se ativamente a vida propriamente animal. E quanto mais o homem em formação se afastava do reino vegetal, mais se elevava sobre os animais (ENGELS, 1999, p. 15, grifo nosso).

É preciso frisar que o autor se refere à passagem para a alimentação mista, composta por diversos tipos de alimentos (carnes e vegetais), e não a uma puramente carnívora. Contudo, da mesma forma que os elementos anteriores não foram unicamente a chave para o salto ontológico, a mudança alimentar também não o foi. Essa mudança possibilitou também outros avanços ulteriores no modo de vida dos seres humanos. Quando os humanos passam a consumir carne, outras duas necessidades surgem, a saber:

[...] o *uso do fogo* e a *domesticação dos animais*. O primeiro reduziu ainda mais o processo da digestão, já que permitia levar a comida à boca, como se disséssemos, meio digerida; o segundo multiplicou as reservas de carne, pois agora, ao lado da caça, proporcionava uma nova fonte para obtê-la em forma mais regular. A domesticação de animais também proporcionou, com o leite e seus derivados, um novo alimento, que era pelo menos do mesmo valor que a carne quanto à composição (ENGELS, 1999, p. 16-17, grifo nosso).

A atividade de domesticação dos animais propriamente dita também já figura como um avanço nos processos de trabalho dos seres humanos, que através de sua ação consciente e direta vão selecionando os animais mais dóceis e mais produtivos, como as vacas que fornecem maior quantidade de leite. Além disso, são comumente usados para realizar certos tipos de atividades como puxar o arado ou realizar transportes mais pesados. “Ao lado de pedra, madeira, osso e conchas trabalhados, o animal domesticado e, portanto, já modificado por trabalho, desempenha no início da história humana o papel principal como meio de trabalho” (MARX, 1983, p. 151).

Como foi dito, a posição ereta, as mãos livres deram base para o surgimento da linguagem, do desenvolvimento do cérebro e da alimentação mista. Estes últimos foram elementos que vieram a consubstanciar o processo de trabalho, sendo desenvolvidos também por ele, para atender às suas necessidades e, conseqüentemente, as dos seres humanos que daí surgiam. Estava dado o fundamento original do ser social, o próprio trabalho. A partir disso, o desenvolvimento da humanidade se dá em passos largos. Do primeiro machado às primeiras sociedades mais complexas foram necessários centenas de milhares de anos. Desde então, houve uma maior dinâmica no desenvolvimento das forças produtivas.

O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião (ENGELS, 1999, p. 18).

Todas essas características que o ser social cria a partir de suas relações diferenciam-se de todas as outras coisas que existiam *a priori* na natureza, mesmo daquelas que deram base para sua existência. Apesar de pedra e madeira existirem na natureza independentemente da ação humana, um machado feito de pedra e madeira é algo inteiramente novo, que existe apenas devido à intervenção consciente do ser humano pelo trabalho. Da mesma forma, portas de madeira não são o desenvolvimento natural e biológico de árvores, precisam passar pelas mãos humanas para existir enquanto portas.

E diferenciando a natureza (inorgânica e orgânica) da sociedade, há uma constelação de complexos (linguagem, trabalho, relações sociais, arte, religião etc.) que consubstanciam esta última como um outro tipo de ser, que não só é extremamente mais complexo que o ser natural (inorgânico e orgânico), mas que, sobretudo, não pode ser derivado da natureza (LESSA, 2011, p. 133).

Logo, para Lessa (2011), não existe linearidade entre sociedade e natureza. Essa primeira surge de uma ruptura no processo, de uma atividade inteiramente nova e sua produção se dá por meio do trabalho. Isto faz com que, dentro dessa esfera, os seres humanos possuam capacidade de, em geral, transformar e abolir as relações sociais que criaram previamente. Uma religião antiga que já não é cultuada significativamente se torna um mito, e não mais uma religião de fato, como é o caso das religiões nórdicas, gregas, egípcias, astecas etc. Com a natureza o caso não é o mesmo, pois “[...] como o homem não criou a natureza pode [apenas] transformá-la, porém, jamais, aboli-la. Analogamente, como os homens criaram as relações sociais podem, além de transforma-las, aboli-las” (LESSA, 2011, p. 134). Além disso, essa relação com a natureza é intrínseca ao processo de trabalho, fazendo dela condição necessária para a existência da sociedade. Como afirma Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele

desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1983, p. 149).

Assim, o ser humano apenas pode transformar a natureza a qual possui alcance e diante das possibilidades que suas propriedades naturais permitirem, pois “Do mesmo modo que não podemos abolir a lei da gravidade, também não podemos converter uma gota d’água em um livro” (LESSA, 2011, p. 136). Por conseguinte, não é possível suprimir as barreiras naturais, e sim, apenas detectar fenômenos prejudiciais à existência humana, entendendo suas características físico-químicas da natureza e evitá-las da melhor maneira possível.

Por mais que as relações sociais sejam advindas do ser humano em si, este depende da existência prévia da natureza para existir. Isso quer dizer que, independente do grau da produção econômica de qualquer formação social, as mais avançadas possíveis, não há possibilidade da sociedade existir deslocada da esfera natural.

A sociedade, quer a tomemos em termos de sua origem, quer a observemos em termos de sua existência ao longo dos tempos, supõe a natureza como algo prévio, que lhe é anterior. Qualquer forma de sociedade seria inviável se ela não dispusesse da natureza como fonte de meios de subsistência e meios de produção (LESSA, 2011, p. 132).

Contudo, a natureza pode existir sem a sociedade. O ser humano pode até intervir na natureza, mas o desenvolvimento natural independe da sua intervenção. Os animais selvagens, nesse sentido, conseguem sobreviver no seu habitat sem contato com os humanos; as flores contêm capacidades reprodutivas por vias naturais, e expressam uma habilidade intrínseca à sobrevivência. Porém, por mais que algumas atividades de outros seres vivos podem ser comparadas com o trabalho humano em alguns aspectos, as atividades realizadas pelo ser humano são idealizadas na imaginação antes de serem realizadas.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera (MARX, 1983, p. 149).

É assim que o ser humano consegue transformar o meio a sua volta de acordo com suas vontades e necessidades. O ato de trabalho é um ato de vontade baseada nas necessidades das mais imediatas e fisiológicas (comer, beber etc.) às mais supérfluas e espirituais (assistir à uma partida de futebol na televisão). Elas demandam atos de trabalho, de transformação da matéria natural, para serem objetivadas. E ao fazer isso, o ser humano humaniza a matéria natural, as impregna com as marcas de sua subjetividade. Nenhum ser é capaz de realizar tal feito. Os

animais podem até alterar, pelas suas ações, aspectos da natureza, mas os fazem de maneira inconsciente, como as minhocas que aram e adubam a terra apenas por realizarem suas funções biológicas nela, sem nenhuma intervenção humana.

Mas nem um só ato planejado de nenhum animal pôde imprimir na natureza o selo de sua vontade, Só [sic] o homem pôde fazê-lo. [...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (ENGELS, 1999, p. 22).

Porém, imprimir essas vontades no mundo natural não significa, como dissemos anteriormente, dominá-la por completo. A partir do momento em que o ser humano cria algo novo e o põe na realidade objetiva, sua criação sai do seu controle imediato, estando à mercê das leis naturais, estando restrito apenas a manutenções por algum tempo. Um carro ainda precisa obedecer às leis da dinâmica, do atrito, da gravidade, da mecânica etc., bem como sofre as intempéries do tempo sobre suas peças. Engels (1999) sugere que algumas vezes as ações da sociedade fogem sobremodo ao seu controle que acaba se tornando um revés a própria sociedade, independente que ela tome consciência disso ou não. Engels dá alguns exemplos dessas consequências negativas:

Os homens que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e outras regiões devastavam os bosques para obter terra de cultivo nem sequer podiam imaginar que, eliminando com os bosques os centros de acumulação e reserva de umidade, estavam assentando as bases da atual aridez dessas terras. Os italianos dos Alpes, que destruíram nas encostas meridionais os bosques de pinheiros, conservados com tanto carinho nas encostas setentrionais, não tinham idéia de que com isso destruíam as raízes da indústria de laticínios em sua região; e muito menos podiam prever que, procedendo desse modo, deixavam a maior parte do ano secas as suas fontes de montanha, com o que lhes permitiam, chegado o período das chuvas, despejar com maior fúria suas torrentes sobre a planície. Os que difundiram o cultivo da batata na Europa não sabiam que com esse tubérculo farináceo difundiam por sua vez a escrofulose (ENGELS, 1999, p. 23).

Exemplo mais atual dessa falta de controle da natureza pela sociedade é também o acidente radioativo com o césio-137 que aconteceu na cidade de Goiânia no ano de 1987. O resto de material de um equipamento de radioterapia foi abandonado numa antiga clínica e descoberto por catadores de sucata que, ao desmontar o aparelho, propiciaram a disseminação da radiação pela cidade, contaminando mais de 1.600 pessoas e gerando a morte de quatro⁴.

⁴ Como pode ser visto na reportagem:
https://istoe.com.br/237475_goiانيا+25+anos+depois+perguntam+ate+se+brilhamos+diz+vitima/

Consequências como estas, é o que para Lessa (2015) se configura como o processo de alienação:

Quando as relações sociais se tornam entraves ao desenvolvimento humano, passam a ser uma relação social (criada, portanto, pelos humanos) que é anti-humana, desumana. São desumanidades criadas e reproduzidas pelos próprios humanos, são desumanidades socialmente postas. Isto é, em Marx, a alienação: *uma desumanidade socialmente posta* (LESSA, 2015, p. 21, grifo nosso).

Essa incapacidade de resolver todos as questões de um processo de trabalho, que envolvem elementos naturais e sociais, está no fato de que, segundo Engels (1999, p. 23-24), não a controlamos como se estivéssemos externos a ela, mas sim, “[...] por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada”.

2.1.1 O trabalho e seu processo propriamente dito

Ao diferenciarmos o ser humano social do primitivo, percebemos o desenvolvimento das condições biológicas e as relações construídas a partir do trabalho que faz do ser humano em si, um ser social. Entendemos a ontologia do trabalho no fundamento do ser social, mas é preciso compreender os detalhes do seu processo. Segundo Marx (1983, p. 150) “Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios”.

Inicialmente, podemos dizer que “ a atividade orientada a um fim” é a capacidade que o ser humano possui de moldar a matéria natural de acordo com suas vontades. A vontade de completar um objetivo parte de uma necessidade fisiológica ou social que o ser humano possui diante das circunstâncias objetivas encontradas. Como afirma Lessa (2011), tal capacidade é a prévia ideação, ou seja, o ser humano idealiza previamente a sua ação, e elabora mentalmente as melhores maneiras de realizá-la. Assim, utiliza meios para se atingir o resultado com eficácia. Realizando seu plano ideal, ou seja, pondo-o em circunstâncias objetivas, temos a objetivação. Dessa ação feita, o ser humano abstrai mentalmente as consequências positivas e negativas, aperfeiçoando as suas ações consecutivas. E isso é o que faz diferenciar o trabalho de uma simples atividade. Entremos em mais detalhes.

No processo de trabalho percebemos que há um sujeito, o ser humano, que se movimenta para transformar algo, que pode ser de uma matéria simples presente na natureza, ou ela mesma já modificada pelo trabalho em suas diversas escalas. O objeto para o qual a atividade humana direciona sua finalidade se chama de objeto de trabalho. Nas atividades mais simples:

Todas as coisas que o trabalho só desprende com sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza. Assim o peixe que se pesca ao separá-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado de seu filão (MARX, 1983, p. 150).

Já nas atividades mais complexas, o objeto a ser trabalhado já passou pelas mãos do ser social. O fato de já possuir trabalho cristalizado em sua matéria faz desse objeto de trabalho matéria prima. Logo, “Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima” (MARX, 1983, p. 150). Essa matéria prima pode conter o principal componente a ser transformado no processo de trabalho, mantendo-se até o resultado do produto final, ou mesmo ser matéria auxiliar que apesar de ser fundamental neste, é desgastada ou mesclada aos seus componentes físico-químicos, transformando o produto de trabalho em algo inteiramente novo e diferenciado do objeto e meio de trabalho inicial. Segundo Marx:

A matéria prima pode constituir a substância principal de um produto ou só entrar em sua formação como matéria auxiliar. A matéria auxiliar é consumida pelo meio de trabalho, como carvão pela máquina a vapor, óleo pela roda, feno pelo cavalo de tiro, ou é acrescentada à matéria prima para modificá-la materialmente, como o cloro ao linho não branqueado, carvão ao ferro, tinta à lã, ou apoia a execução do próprio trabalho, como, por exemplo, as matérias usadas para iluminar e aquecer o local de trabalho (MARX, 1983, p. 152).

Já os instrumentos que o ser humano utiliza para impulsionar e promover a sua ação sobre o objeto de trabalho se caracteriza como meios de trabalho, ou seja “[...] uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto (MARX, 1983, p. 150). Os meios de trabalho funcionam como extensão do próprio corpo do trabalhador, ou seja, que media o encontro entre o ser social e o objeto de trabalho a ser transformado, como apresenta Lessa (2011):

Os meios de trabalho são “as propriedades mecânicas, físicas, químicas” (Marx, 1983: 150) dos entes naturais que adentram o processo de trabalho, como meios empregados pelos homens para converter a natureza (o objeto de trabalho) em valores de uso. O “meio de trabalho”, portanto, não pode ser o

conhecimento ou a ciência, como ainda só se aplica sobre as “coisas” naturais (objetos de trabalho ou matérias-primas) (LESSA, 2011, p. 144).

Segundo Marx (1983) o meio de trabalho pode ser tanto o animal doméstico que auxilia nas atividades agrícolas, quanto a terra que permite a existência da plantação. Contudo, para se configurar enquanto meios, animal e terra precisam já terem sido modificados previamente pelo trabalho, ou seja, necessitam de “[...] uma série de outros meios de trabalho e um nível de desenvolvimento relativamente alto da força de trabalho” (MARX, 1983, p. 150).

Logo, o animal e a terra (e junto com ela, a água) podem ser tanto um objeto de trabalho (peixe pescado, lenha coletada) como um meio de trabalho (boi de arado, cavalo do moinho, jumento para o transporte). O que determinará sua posição será a função em que este ocupará no processo produtivo.

No final desse processo, o sujeito ao completar seu objetivo de transformar a matéria natural dada em coisa útil, que lhe satisfaça alguma vontade, ele tem em suas mãos o produto do trabalho. Esse produto nem sempre é um objeto de consumo final e acabado. Algumas vezes ele pode retornar ao processo produtivo enquanto meios ou objetos de trabalho. Se caso um lenhador retira a madeira da natureza com sua serra elétrica, transformando-a em um produto do seu trabalho, este poderá se converter em objeto de trabalho do marceneiro, que criará uma cômoda a partir dela. Portanto, “Produtos são, por isso, não só resultados, mas ao mesmo tempo condições do processo de trabalho” (MARX, 1983, p. 151).

Seguindo esse raciocínio, podemos separar o processo de trabalho na atividade em si, e na matéria objetiva pela qual ela se realiza. Essa matéria natural, objetos e meios de trabalho, são os próprios *meios de produção*. A atividade que se utiliza desses meios de produção para chegar a um produto final é uma atividade produtiva, ou o *trabalho mesmo*. É importante ressaltar que neste caso que estamos considerando, do trabalho enquanto relação genérica da sociedade, o trabalho é produtivo pois produz valores de uso, coisas úteis que satisfaçam as necessidades humanas de alguma natureza. Nesse sentido, todo trabalho é produtivo, e caso não seja, não é trabalho. Mas analisando o trabalho dentro do capitalismo, esta concepção se transforma. Isso é algo que veremos no próximo subcapítulo.

Além desses aspectos mais específicos do processo de trabalho propriamente dito, é preciso atentar a um outro fato. Este processo é, de maneira geral, indispensável, e está longe de deixar de existir enquanto a sociedade também existir. Como aponta Lessa (2011, p. 32-35), o “fim do trabalho” não se mostra uma hipótese aceitável, bem como uma “alteração ontológica” das relações de trabalho ou a “sociedade pós-industrial” pregada por alguns autores.

Esta atividade ainda permanece, nesse sentido ontológico, como descrito por Marx, que afirma que:

O processo de trabalho, [...] em seus elementos simples e abstratos, é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades [sic] humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983, p. 153).

Diante do que foi apresentado, fica evidente que, esta atividade do ser humano, além de ter sido fundamental para o aparecimento do ser social em sua ruptura ontológica, permanece sendo o fundamento mais basilar de toda estrutura social até os dias de hoje. É uma atividade que não pode cessar em nenhuma hipótese sem também levar à sociedade ao seu fim. É também por isso que esta categoria assume posição central e ontológica ao ser social dentro das análises de bases marxistas.

2.2 A relação capital-trabalho no sistema capitalista

O processo de trabalho analisado na subcapítulo anterior, apesar de encerrar a explicação fundamental da existência de toda e qualquer sociedade humana, não está completo se o objetivo for compreender a realidade concreta. Ele está limitado aos aspectos mais gerais do processo, não dando conta de esclarecer as particularidades ao longo da história. Apesar de o trabalho possuir características comuns em todo modo de produção, cada um deste vai possuir também as suas particularidades. Logo, o processo de trabalho se diferencia a cada formação social, e assim também o é no capitalismo, por isso a necessidade de ver esta relação atual em detalhes.

Para isso, a primeira coisa a se fazer é diferenciar o processo de trabalho visto dentro da totalidade do capitalismo, apontando as particularidades históricas desse modo de produção. Porém, isso não quer dizer que todo trabalho ocorra de forma homogênea dentro desse. O que de fato acontece é uma tendência das relações de trabalho se tornarem subsumidas diretamente pelo capital. Contudo, existem relações de trabalho que, apesar de também serem determinadas pelo capital, não são subsumidas diretamente por ele. É o caso dos trabalhadores autônomos como artesãos, pequenos comerciantes, camponeses, entre outros, que não estão necessariamente em uma relação direta de assalariamento entre trabalhador e empregador. Mas

suas atividades estão voltadas para a produção e circulação de mercadorias dentro do sistema capitalista.

Neste subcapítulo, tratamos de debruçar mais sobre essa relação tendenciosa existente entre proletário e capitalista. Segundo Marx (1984), no capitalismo, não são os produtores diretos que reúnem as condições necessárias para a produção, mas sim um sujeito externo a ela, os capitalistas. Estes detêm a propriedade dos meios de produção, são donos legítimos deles. Sua obtenção se deu devido a um longo processo histórico de espoliação das colônias, expropriação das terras e demais meios de produção, expansão do comércio global, que pouco a pouco foi concentrando todas essas riquezas na mão de uma classe em ascensão, a burguesia. Esse processo é a chamada acumulação primitiva, o qual veremos nos próximos capítulos.

É evidente que apropriar dos meios de produção foi essencial para consistir uma relação entre capital e trabalho típica do capitalismo, contudo, esta relação apenas se torna completa quando, do outro lado, o trabalho dos produtores diretos se converte em mercadoria, podendo ser comprado e vendido como qualquer outra. Isso pôde acontecer devido à expropriação das terras e demais meios de produção que afirmamos acima. Sem nenhum meio de produção para poder desenvolver seu próprio trabalho e garantir sua própria sobrevivência, os trabalhadores são lançados à sorte do mercado de trabalho, e a única escolha que lhes resta é se submeter à venda de seu trabalho ao capitalista. Assim, a este último é conferida a função de promover a reunião entre meios de produção e trabalho.

Mas ao capitalista não interessa comprar todas as qualidades do trabalhador. Ele não o compra por completo, e sim apenas uma de suas partes, a sua *força de trabalho*. A força de trabalho nada mais é do que a capacidade de trabalhar produtivamente, ou seja, de transformar o objeto de produção em um valor de uso inteiramente novo. Para o trabalhador, pouco importa qual atividade ele desenvolverá, isso fica a critério do seu empregador.

O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares. [Primeiro] O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. [...] segundo, porém: o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador (MARX, 1983, p. 154).

Sobre este primeiro fato citado pelo autor, isto representa o estado de subsunção do trabalho ao capital. Isso se deve à separação do processo de decisão, ou seja, do trabalho intelectual, que é atribuído à classe dominante. Não são os produtores diretos que assumem o comando e decidem o que produzir, e nem como farão isso. Isto fica a cargo daquele sujeito que reúne os meios de produção e da força de trabalho enquanto suas propriedades adquiridas.

No produto final do processo de trabalho está cristalizado a força de trabalho que o trabalhador despendeu de si sob o comando do capitalista. Segundo Marx (1983), essa força de trabalho é medida em quantidade de tempo que foi gasto para produzir àquela mercadoria. Quanto mais tempo se gasta em média para produzir algo – considerando também o tempo gasto para produzir os meios de produção – maior o seu valor final. É na venda desta mercadoria que o burguês consegue realizar a mais-valia produzida pelo (e expropriada do) trabalhador. Logo, o capitalista “Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só um valor de uso, mas um valor e não só um valor, mas também mais-valia” (MARX, 1983, p. 155).

Mas de onde vem a mais-valia?

Segundo Marx (1983), a mercadoria é resultado de um duplo processo, no qual o trabalhador tanto produz um valor de uso quanto um valor. Essa duplicidade representa, no primeiro caso, o aspecto qualitativo, e no segundo caso, o quantitativo da mercadoria. Isso quer dizer que, por um lado, ela possui uma utilidade, ou seja, uma capacidade de atender necessidades humanas quaisquer, não importando “[...] se elas se originam do estômago ou da fantasia” (MARX, 1983, p. 45). Essa utilidade é o que dá a qualidade à mercadoria. Por outro lado, ela também possui um fator que reduz toda e qualquer mercadoria à uma única coisa, “[...] dispêndio de força humana de trabalho” (MARX, 1983, p. 51). Esse dispêndio é medido pelo tempo de trabalho necessário para produzir a mercadoria, logo, representa seu aspecto quantitativo.

Temos que perceber que é possível existir um bem que possua valor de uso sem possuir valor. Esse bem pode ser tanto natural (água, terra virgem, atmosfera respirável) quanto produto do trabalho. Para possuir valor, este bem (agora mercadoria) precisa ser adquirido por outrem numa relação de troca.

De outro modo, não pode existir valor sem valor de uso. “Sendo inútil, do mesmo modo é inútil nela contido, não conta como trabalho e não constitui qualquer valor” (MARX, 1983, p. 49). O valor de uso reside nas qualidades físicas, químicas e geométricas da mercadoria e na capacidade que este corpo tem de satisfazer alguma necessidade. Já o valor não possui nada de físico, apenas precisando do corpo da mercadoria para poder estar contido nele.

Diferenciando esse duplo caráter da mercadoria (valor de uso e valor), podemos diferenciar agora o duplo caráter do trabalho que a produz, o trabalho útil e o trabalho abstrato. O primeiro é a capacidade que o ser humano tem de se pôr em movimento numa atividade produtiva com o fim de satisfazer suas necessidades e transformar objetos de trabalho em coisas úteis. “Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil” (MARX, 1983, p. 50). O trabalho útil, como já foi dito no primeiro tópico, é uma qualidade ontológica e

uma atividade intrínseca à existência humana. Já o trabalho abstrato é a mera capacidade humana de produzir, abstraindo-se de todas as outras qualidades que esse trabalho possa possuir. Ele aparece quando é reduzido todo e qualquer trabalho a mero dispêndio de trabalho humano, medido em tempo. Assim, todos os tipos de trabalhos existentes “[...] deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (MARX, 1983, p. 47).

Conseqüentemente, essa redução a trabalho humano abstrato faz com que a força de trabalho possa ser vendida ou comprada para realizar uma atividade produtiva, sob o viés quantitativo medido em tempo. O objetivo da reprodução desse trabalho não está necessariamente ligado à satisfação de alguma necessidade humana, e sim aos interesses lucrativos de uma parcela da sociedade, a classe burguesa.

A intenção do capitalista ao investir capital em alguma atividade produtiva não parte da utilidade social da mercadoria a qual pretende produzir, e sim do lucro que pode alcançar com a exploração do trabalhador. Logo, para o capitalista interessa, em última instância, o trabalho abstrato, não o trabalho útil. Este primeiro é que produz valor, e que será convertido, no final do processo, em lucro que obtém com a venda da mercadoria. O segundo apenas produz o corpo da mercadoria, necessário para que o valor exista. Não importa, para o capitalista, qual será essa mercadoria, se livros ou tomates, apenas que ela seja portadora do valor.

Existem dois valores relacionados à força de trabalho, ao trabalho abstrato, são tão importantes para compreender como que o capitalista consegue extrair mais riqueza do que a investida por ele. Esses são, primeiro, o valor da própria força de trabalho em si e, segundo, o valor que a força de trabalho pode criar. “[...] o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso” (MARX, 1983, p. 159). E essa diferença resulta no processo de valorização.

Depois de ter adquirido os meios de produção, o capitalista tem de comprar a força de trabalho para pôr em movimento a produção de mercadorias. A força de trabalho, como toda mercadoria, vale o custo de sua produção. Seu valor de troca é igual ao custo das mercadorias que ele usa para reproduzir a si mesmo e a sua força de trabalho, como comidas, roupas, casa, remédio, transporte etc.

Mas acontece que “[...] o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso” (MARX, 1983, p. 160). Este valor de uso agora pertence a quem o comprou, no caso, o capitalista, e o valor de uso da

força de trabalho é a capacidade de produzir. A partir disso se revela a característica da mercadoria ‘força de trabalho’ que a torna especial em relação a todas as outras, pois o trabalho tem capacidade de produzir mais valor do que o custo de sua manutenção. Isso faz com que o burguês consiga vender a soma de suas mercadorias por uma quantia maior do que ele investiu em toda a produção.

Levando em consideração que o trabalhador só receberá a quantia referente ao seu sustento, que é o seu salário estabelecido socialmente de acordo com as leis do mercado capitalista (de compra e venda de mercadorias de manutenção), ou melhor, que é o valor da sua força de trabalho, esta será paga pelo capitalista com a própria produção gerada pela força de trabalho, que nada mais é que uma pequena parcela da produção. Esse tempo de usufruto da força de trabalho pelo capitalista que é necessário para pagar o próprio custo da força de trabalho do trabalhador é o que Marx (1983) denomina de trabalho necessário. Em outras palavras, nessa parcela da jornada de trabalho, o trabalhador gera um valor igual ao valor do seu salário. A outra parcela de valor que a força de trabalho produz além do seu salário será apropriada pelo capitalista na venda das mercadorias, no seu valor final.

Ao realizar a venda da mercadoria, ou seja, a sua consumação na relação de troca na sociedade, o capitalista adquire a quantia expressa do trabalho excedente e não pago, que é a mais-valia. É apenas neste momento que podemos dizer que “Finalmente a artimanha deu certo. Dinheiro se transformou em capital” (MARX, 1983, p. 160).

É analisando esse processo que podemos perceber com clareza qual é, de fato, a gênese do capital. Este não é, de modo algum, originário da atividade do capitalista, e nem da genialidade de cientistas e engenheiros que pensam novas formas de desenvolver os meios de produção. De outro modo, vem do trabalho excedente, não pago, que é expropriado pelo capitalista, e reinvestido no processo produtivo num ciclo *Ad aeternum*. Dessa forma, “[...] é absurdo falar do trabalho separadamente do capital. A palavra capital, nesse sentido, compreende ambos, capital e trabalho” (MILL apud MARX, 1983, p. 155, nota 10).

Temos aí o processo de valorização, que, diferente do processo de trabalho útil, é quando, ao produzir valor, o produto final encerra mais valor do que o investimento inicial. De outro modo, se o trabalhador apenas produzisse a mesma quantidade de valor que sua força de trabalho mesma vale, teríamos um processo de formação de valor apenas, e não de valorização.

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias (MARX, 1983, p. 162).

Assim, Marx (1984) afirma que o conceito de trabalho produtivo se modifica no capitalismo. Antes, no trabalho considerado em abstrato, ser produtivo significava produzir riqueza material a partir da natureza. No capitalismo, esse conceito se estreita, pois apenas é produtivo o trabalho que produz mais-valia, não bastando ser simplesmente uma atividade que tenha como fim a realização de um produto. Assim, Marx afirma que “Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 1984, p. 105).

Em alguns casos, ainda afirma o autor, nem sempre essa produção precisa ser especificamente material. Ele usa o exemplo do mestre-escola, o professor que, trabalhando sob o comando do capitalista, valoriza o valor investido por este último por meio de seu trabalho. “O fato de que este último [o capitalista] tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação” (MARX, 1984, p. 106).

Mas isso não quer dizer de nenhum modo que o trabalho no capitalismo se livra por completo das determinações da natureza. O fato de que todo trabalho depende a priori da natureza:

[...] continua sendo válido mesmo para a sociedade capitalista mais avançada no preciso sentido de que sem a transformação da natureza o capital produzido ou valorizado pela exploração do trabalho abstrato não poderia se quer existir. O que a sociedade burguesa tem de “novo” frente às formações sociais pré-capitalistas não inclui o desaparecimento do trabalho, mas, sim, sua subsunção ao capital (LESSA, 2011, p. 132).

Por outro lado, o conceito de trabalho produtivo também se amplia. O trabalhador produtivo não é apenas aquele que, individualmente, transforma a natureza com sua atividade direta. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho se torna cada vez mais complexo, fazendo com que a divisão do trabalho dê funções das mais diversas a todo o grupo envolvido. Assim, alguns estarão “[...] mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho”, mas a totalidade do trabalho só pode ser compreendida tendo em vista todo esse “[...] trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho” (MARX, 1983, p. 105).

Com essa divisão do trabalho no capitalismo fica evidente a separação entre as funções manuais e intelectuais⁵, sendo estas últimas concedidas às classes privilegiadas e seus capachos (técnicos, engenheiros, administradores) para deter o controle das forças produtivas, e as primeiras destinadas ao proletariado que vende sua força de trabalho. O que era algo único do processo de trabalho, torna-se fragmentado concretamente na luta de classe. Nesse sentido,

⁵ Falaremos sobre o surgimento da divisão do trabalho manual e intelectual no próximo capítulo.

“Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos” (MARX, 1984, p. 105).

Tanto o estreitamento quanto a ampliação do conceito de trabalho e trabalhador produtivos são essenciais para compreender quem produz a mais-valia e, conseqüentemente, quem põe em movimento, por meio do trabalho, o processo de valorização e expansão do capital.

Além disso, é preciso saber também que existem duas formas da mais-valia no capitalismo. A mais-valia absoluta e a relativa. Ambas são unas no mesmo processo, mas si diferenciam no modo de sua alteração. “A produção da mais-valia absoluta gira em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais (MARX, 1984, p. 106).

A mais-valia absoluta é implementada em grande parte com a subordinação formal do trabalho ao capital. Isto é, na origem do capitalismo, ainda antes da grande indústria baseada na maquinaria, quando os primeiros capitalistas puseram seus trabalhadores assalariados para atuarem em uma jornada que ia além do necessário para produzir mercadorias que valessem seus salários. Ou seja, é a extensão da jornada de trabalho para além do trabalho necessário. Com o capitalismo já consolidado esse processo é mais escasso, sendo que só é possível ampliá-lo pelo próprio aumento absoluto da jornada de trabalho. Contudo, a jornada de trabalho tem seu próprio limite físico.

Já a mais-valia relativa só pôde surgir com as relações capitalistas já consolidadas; não mais com a mera subordinação formal do trabalho ao capital, mas uma subordinação real. O único meio que o capitalista encontra para poder ampliar sua exploração é a ampliação relativa da mais-valia. Isso quer dizer que, com o desenvolvimento das forças produtivas ou com a intensificação do trabalho, aquela parte em que o trabalhador trabalha apenas o necessário para reproduzir o valor da sua força de trabalho é diminuída, e sem nenhum aumento absoluto da jornada de trabalho a parte do trabalho excedente é aumentada relativamente. Isso devido a um aumento da produtividade do trabalho.

Marx (1984) ainda afirma que a diferença de ambas parece não existir se olharmos superficialmente. Ambas são a apropriação da jornada de trabalho excedente do trabalhador pelo capitalista. “Observando-se, porém, o movimento da mais-valia, desfaz-se essa aparência de identidade” (MARX, 1984, p. 107). Vejamos como esse movimento pode ocorrer na sociedade capitalista já consolidada:

Pressupondo-se que a força de trabalho seja paga por seu valor, encontramos frente a estas alternativas: dada a força produtiva de trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante prolongamento absoluto da jornada de trabalho; por outro lado, dada a limitação da jornada de trabalho, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante mudança da grandeza de suas partes, trabalho necessário e mais-trabalho, o que, por sua vez, se o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho, pressupõe mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho (MARX, 1984, p. 107).

Visto, então, o movimento real, é possível perceber com mais clareza a diferença entre mais-valia relativa e mais-valia absoluta, e que sem a produtividade não há mais-valia.

Após essas considerações sobre o trabalho, cabe-nos tratar sobre o processo de produção desses espaços, no campo e na cidade. Mas antes disso, discorreremos sobre o debate da produção do espaço que vem sendo trabalhado pela Geografia, a qual nos dará base para melhor compreender como os espaços urbanos e rurais são produzidos.

2.3 O trabalho na produção do espaço

Apresentamos no início deste capítulo como o trabalho, por ser uma atividade orientada a um fim, é meramente social, e agora debruçaremos como o espaço (conceito e realidade) está também relacionado ao viés social. Esses dois conceitos filosóficos que exprimem a realidade serão relacionados com o sujeito social, em seus detalhes, para investigar a questão que envolve sociedade e natureza, compreendendo se o espaço, por um lado, é em si, algo materializado, sendo objeto, meio e produto do trabalho, ou por outro lado se é apenas uma maneira de espacializar/dimensionar a matéria.

Antes de iniciarmos de fato sobre o tema, é preciso considerar algumas questões. O conceito de produção do espaço é relativamente recente nas ciências humanas, principalmente na Geografia, surgindo com mais nitidez em 1974 com a publicação de “A produção do espaço”, de Henry Lefebvre (2006), sociólogo francês. Desde então, autores da Geografia se apropriaram de suas formulações para desenvolver esse conceito e entender a realidade geográfica sob uma perspectiva inspirada na teoria marxista.

Isso faz com que a construção epistemológica sobre o conceito esteja ainda num patamar de desenvolvimento. Seguindo a perspectiva lefebvriana, o conceito de espaço em si mesmo é deixado em segundo plano em relação ao da produção propriamente dito. Sendo assim, nesta obra, o autor considera o espaço de forma demasiadamente abstrata, estando distante de uma vinculação com a realidade social. Considera muito pouco, por exemplo, a própria questão

da extensionalidade espacial, ou seja, localização real em tempo e espaço, materialidade tão necessária no âmbito geográfico. O autor vincula a compreensão do espaço pelos conceitos de espaço *concebido*, *vivido* e *percebido*, mesclando respectivamente concepções *hegeliana*, *nietzschiana* e *marxista* – como visto em Schmid (2012) – pelos quais se pode compreender o espaço por uma “tridialética” levando em consideração, *em primeiro lugar*, as concepções intelectuais sobre o espaço; *em segundo lugar*, sua relação com a subjetividade dos sujeitos; e *em terceiro lugar*, o espaço produto dos sujeitos que trabalham nele. Desse modo, é perceptível que estes conceitos são mais discursos que o autor apropria e reproduz sobre uma pretensa materialidade que ele, em sua elaboração epistemológica, afirma sobre o espaço, do que necessariamente a confirmação dessa materialidade pela realidade.

Além disso, ao discutir o espaço, Lefebvre (2006) dá muita ênfase ao urbano, colocando-o enquanto definidor, e as vezes enquanto o próprio sujeito dos processos históricos.

Essas concepções lefebvrianas, apesar de iniciais, tiveram (e ainda têm) importância enorme em relação ao salto que se deu de um conceito de espaço ainda ligado ao absoluto geométrico newtoniano (SMITH, 1988), sendo tomadas como referência por geógrafos como o próprio Smith (1988), além de Godoy (2008) e Silva (2001), que atrelam a categoria trabalho à produção do espaço, avanço fundamental para investigá-la na ciência da geografia sob uma perspectiva marxista. No entanto, por estas leituras serem ligadas às concepções abstratas de Lefebvre, não podemos tomá-las como algo mais consolidado teoricamente, mesmo dentro do marxismo, como é com a categoria trabalho. Portanto, nosso objetivo é expor a construção desse debate para melhor compreensão sobre seu desdobramento do debate sobre o espaço urbano e rural.

O que queremos evidenciar, nesse sentido, é que nos encontramos dentro desse processo do desenvolvimento da ciência geográfica ainda embrionário, sem condições objetivas de avançar numa concepção definidora do espaço. Seguimos, assim, a produção marxista mais desenvolvida na Geografia, vinculada ao processo produtivo do trabalho no capitalismo.

Sobre isso, Lefebvre afirma que é preciso compreender, antes de falar no conceito de produção do espaço, o que significa a própria produção. Assim, levanta questões como “quem produz e para quem? O que é produzir? Como e por que produzir? ” (LEFEBVRE apud GODOY, 2008, p. 125). Nesse sentido, diz que a produção é um ato humano pelo qual ele cria não só coisas, produtos, mas como todo o resto da sociedade (ideologias, Estado, ciência etc.). Logo, não apenas algo material propriamente dito, mas também ligado às relações, acontecimentos e conflitos.

É importante saber também que o único ser que tem a capacidade de se reproduzir por meio de uma atividade decorrente de uma prévia ideação é o ser social. Segundo Lessa (2011, p. 142):

Ao contrário da reprodução biológica, a reprodução social é um processo fundado pelo trabalho, um tipo de atividade na qual o indivíduo humano primeiro elabora na consciência (como ideia, como ideação) para depois transformar a natureza naquilo que necessita. Tal interação com a natureza é sempre, [...], mediada pela consciência e pelas relações sociais; estas comparecem no mundo dos homens com funções que possibilitam um tipo de transformação da matéria natural completamente diferente daquela operada pelos animais e plantas.

Logo, a produção de que estamos falando é uma produção humana, consciente (como já foi dito, por mais que os indivíduos envolvidos não tenham consciência de todo o processo), e que, ao produzir a realidade externa, produz também a si mesmo. E a atividade humana central para compreender essa produção é o trabalho. É por isso que Godoy (2008, p. 126) também afirma que “Embora o conceito de ‘produção’ encontre-se além da materialidade, a categoria central que o fundamenta é, sem dúvida, a categoria Trabalho”.

Assim, ao produzir da natureza coisas úteis que satisfaçam necessidades, ao produzir a si mesmo nesse processo, o ser humano também produz o espaço em que vive, num movimento cíclico e contínuo de gerações humanas e espaços diferenciados. A casualidade dada pela natureza e posta pelos seres humanos em sociedade (relações sociais) para a reprodução da vida no mundo, não faz deles dominadores absolutos da natureza, mas, de outro modo, sujeitos a ela e à própria totalidade social. Nesse movimento dialético, há a produção do espaço.

Smith (1988) traz a reflexão de que existe uma relação metabólica entre sociedade e natureza – que é o próprio trabalho –, e essa relação consiste na materialização das relações sociais na própria natureza e no ser humano. Essas relações são materializadas em suas contradições no espaço, sendo este tanto produto quanto condição de produção. Logo, Smith considera que a produção do espaço seja essa realidade em transformação, dando um caráter de movimento a esta. *Ele é o meio social, produto histórico do trabalho, onde os seres sociais se realizam*. Sendo assim, o espaço é mais do que o espaço físico, absoluto, é também o espaço social.

O movimento cada vez mais intenso de transformação da natureza com o desenvolvimento econômico da sociedade, vai pondo à prova certas concepções utilizadas do espaço enquanto um absoluto físico, que não são capazes de explicar o universo social. Contudo, segundo Smith (1988):

Não importa a perspectiva crítica que assumamos em relação ao conceito [de espaço], é difícil de se escapar de algumas noções básicas de espaço – espaço como um campo, como um receptáculo, como um simples vácuo. Hoje, em sociedades ocidentais, essa visão de espaço é virtualmente instintiva na linguagem comum. (SMITH, 1988, p. 109).

E ainda segundo o autor, não é apenas nessa visão geral da sociedade que o espaço se encontra com uma definição incerta. Segundo ele [...] o conceito de espaço tende a ser dado como algo indiscutível e seu significado como algo não problemático, enquanto na verdade é um conceito vago, com multiplicidade de significados muitas vezes contraditórios” (SMITH, 1988, p. 109).

Contudo, esta não é uma discussão a qual a Geografia pode simplesmente se esquivar, pois “não há ciência sem objeto, e o espaço social, é o objeto da geografia, objeto entendido enquanto movimento e processo” (SILVA, 2001, p. 11). Diferente desta perspectiva de Silva, Smith (1988) concebe o *espaço social* enquanto objeto que surge da Geografia Humanística, apoiada na fenomenologia, e que este conceito não considera, dentro desta perspectiva, a materialidade do espaço. Mesmo que o conceito de espaço social acabe sendo também desenvolvido por outros métodos, como o próprio marxismo, para este autor, o *espaço geográfico* é um conceito mais plausível aos estudos até então realizados na ciência geográfica, por que

Por mais social que ele possa ser, o *espaço geográfico* é manifestamente físico é o espaço físico das cidades, dos campos, das estradas, dos furacões e das fábricas. O *espaço natural*, no sentido de espaço absoluto herdado, não é mais sinônimo de *espaço físico*, haja vista que o espaço físico, por definição, pode ser social (SMITH, 1988, p. 120, grifos nosso).

Essa diferença entre espaço natural e físico levanta questões sobre o uso da terra/solo nas análises de pesquisas geográficas, principalmente se tratando de pesquisas relacionadas ao espaço rural. A terra seria parte do espaço natural, ou meramente do espaço físico? E essa terra, enquanto natureza, também não traria um viés social?

Nesse sentido, a realidade social em transformação (no solo, na terra, vale salientar) é a produção do espaço geográfico, diferente da natureza, em que a terra tem na sua composição química e física uma série de outros significados, estudados por outras ciências. Por exemplo, a química pode estudar a fertilidade de um solo, mas não sua apropriação privada. Logo, a terra pode ser estudada tanto numa perspectiva natural, quanto social.

Assim, continuemos nesse raciocínio, levando em consideração as ressalvas feitas sobre a produção do espaço, voltando nossos olhares nesse momento, para entender suas dimensões

postas na geografia enquanto urbana e rural, que será importante nas questões levantadas sobre a divisão do trabalho e oposição entre o campo e a cidade no quarto e quinto capítulo.

2.3.1 Produção dos espaços urbano e rural

A totalidade, que tem por base a relação capital-trabalho, como explicamos, é, no capitalismo, uma ordem maior que conduz a separação do ser humano da natureza. As contradições desse processo são materializadas, com base no que discutimos anteriormente, no espaço geográfico. Nesse sentido, esses processos de trabalho se realizam dialeticamente em diferentes singularidades em produção dos espaços urbanos e rurais. Ou seja, o trabalho dos sujeitos do campo determina seu espaço, assim como o trabalho dos sujeitos da cidade também o faz, produzindo os espaços aos quais se relacionam. “O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações” (WILLIAMS, 1989, p. 387).

Entretanto, seria um erro interpretar esses dois espaços enquanto uma dualidade. Ao contrário, são uma unidade dialética, na qual a relação entre trabalho e capital gera uma determinação social totalizante do espaço geográfico, produzindo singularidades de forma desigual e combinada. Segundo Smith (1988):

[...] o espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes. Assim a divisão mundial em mundo subdesenvolvidos e desenvolvidos, embora inexata, somente pode ser compreendida em termos de espaço geográfico como um todo. Ele envolve a padronização do espaço geográfico como uma expressão da relação entre o capital e o trabalho (SMITH, 1988, p.130).

Lefebvre (2006), afirma que além desse viés econômico, os espaços foram e são produzidos historicamente influenciados pela arquitetura, escultura, linguagem, arte e conhecimento de cada época, reinventados espacialmente pelos sujeitos em formação e simbolizados, seja nos edifícios, nos grandes estabelecimentos e seus compartimentos internos, seja nas casas simples ou preservadas em suas características ímpares, seria, pois, relações complexas de trabalho, caracterizando num movimento ininterrupto entre estrutura (econômico) e superestruturas (ideológico). Segundo o autor:

O espaço não tem, portanto, nada de uma “condição” a priori de instituições e do Estado que as coroa. Relação social? Sim, decerto, mas inerente às relações de propriedade (a propriedade do solo, da terra, em particular), e de outra parte

ligada às forças produtivas (que parcelam essa terra, esse solo), o espaço social manifesta sua polivalência, sua “realidade” ao mesmo tempo formal e material. Produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção; redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados. Este meio de produção, produzido como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas (LEFEBVRE, 2006, p. 128).

Com a ordem do sistema do capital que envolve a separação do sujeito e objeto a partir da extração da mais-valia, os trabalhadores em geral, direta ou indiretamente, estão assujeitados pelas mais graves formas alienantes, veladas ou explícitas no trabalho abstrato. Assim, a relação de exploração do trabalho pelo capital produz espaços cada vez mais contraditórios e apropriados desigualmente. Como afirma Silva (2001): “Todos estão no espaço pelo trabalho. Com a diferença de que os que consomem sua força de trabalho para si e os proprietários dos meios de produzir estão inteiros e os outros estão mutilados” (SILVA, 2001, p. 52).

Na lógica de reprodução do capitalismo, no espaço urbano percebe-se que grande parte dos trabalhadores vive o desemprego estrutural (constituindo o exército de reserva), ou realizam diferentes tipos de funções, como os de contrato temporário (terceirizados), informais, submetendo às condições mais precárias de trabalho. Do mesmo modo, o capital age no campo, transformando o trabalhador que vive neste espaço – um camponês ou não, que sobrevive em suas diversas condições – com a proletarização da maior parte dos sujeitos da família, destituindo-a, tornando-se indivíduos supérfluos à deriva do mundo do trabalho. Marques (2002), em suas pesquisas sobre a classe trabalhadora no Brasil, afirma que:

A necessidade de ações voltadas para o desenvolvimento e a inclusão social no Brasil se põe para o campo da mesma forma que para a cidade, pois, tanto num espaço como no outro, grande parte de nossas classes subalternas não alcança a cidadania. Elas vivem numa condição de constante instabilidade, deslocando-se entre o espaço rural e o espaço urbano a procura de melhores condições de vida (MARQUES, 2002, p. 109).

É preciso ressaltar, que apesar de a autora ter apresentado uma realidade vivida por esses trabalhadores que veem na instabilidade entre o campo e a cidade, a busca constante da sobrevivência, ora em um espaço, ora em outro, não concordamos com sua visão política que vê no desenvolvimento nacional, na inclusão social e na própria cidadania um caminho para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, pois se trata, ao nosso ver, de encaminhamentos a ilusões reformistas.

Segundo Gaudemar (1977), a reprodução da classe trabalhadora é essa própria busca constante, através da mobilidade do trabalho, da “liberdade” da venda da força de trabalho

móvel. Tal classe está subsumida à sua exploração, adaptando-se às novas necessidades do capital. Seja no campo ou na cidade, buscam, na realização do trabalho, a superação das necessidades imediatas, sociais e orgânicas.

Em consequência disso, os espaços urbanos e rurais estão constantemente sendo reproduzidos junto às transformações da realidade, seja pela totalidade com base no capital-trabalho, seja na reafirmação desta, através das singularidades. Essas singularidades são limitadas pela proletarização, com a universalização do trabalho assalariado nos espaços urbanos e rurais. Como analisa Smith (1988):

Mas, como sempre, o que o capital herda de uma forma ele se põe a reproduzir em outra. Uma certa acumulação primitiva do espaço (i.e., propriedade privada ou porções de terra), começando no campo, oferece a condição essencial para se transformar a geografia do feudalismo em geografia do capitalismo. O mercado mundial baseado na troca se transformou numa economia mundial baseada na produção e na universalidade do trabalho assalariado (SMITH, 1988, p. 201).

O que não quer dizer que há um espaço único, homogêneo, na geografia. O que existe é uma exploração econômica que reflete a uma sociedade se classes, se expressando desigualmente em cada espaço, a depender de tais singularidades. Silva (2001) exemplifica essa condição comum nos diferentes espaços.

[...] Daí não se poder pensar num espaço único na geografia, a superfície da terra. O espaço da Suécia, não é igual ao espaço brasileiro, nem ao francês, nem ao indiano; o espaço brasileiro de hoje não é o de cinquenta anos atrás: o espaço agrário brasileiro e o industrial não são homogêneos; o espaço da pequena produção nordestina não é exatamente o mesmo da produção mercantil do sul do país. Todos eles, no entanto, têm um traço comum, estão submetidos ao mesmo modo de produção, em qualquer um deles há exploração econômica, em todos eles existe um componente terra, a base física, que em qualquer parte da sociedade capitalista tem um preço, um valor de troca e se constitui em monopólio de uma classe: os proprietários de terra (SILVA, 2001, p.21).

Logo, a produção dos espaços urbanos e rurais são condicionadas pela relação capital-trabalho, e são espaços produzidos desigualmente por uma sociedade de classes.

O trabalho, como apontamos em alguns momentos neste capítulo, para desenvolver suas potencialidades, para se tornar mais produtivo, é necessário que se divida de muitas formas, dando origem à muitas facetas da *divisão do trabalho*. Essa divisão vai desde uma divisão sexual, até a divisão em detalhes dentro de uma fábrica, e o seu desenvolvimento está ligado ao desenvolvimento histórico das formas de propriedade na sociedade. Nesse próximo

capítulo tratamos sobre esta relação, dando maior ênfase no processo histórico da divisão do trabalho entre campo e cidade.

3 PROPRIEDADE E DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE CAMPO E CIDADE

O raciocínio puramente lógico de equiparar verdade e falso a algo é uma concepção falha para entender a realidade que está condensada de contradições. Inspirada em Aristóteles, na sua afirmação de que *a verdade significa a ausência de contradições* (ARISTÓTELES apud SADER, 2007, p. 9), essa tendência de pensamento surgida na Antiguidade, tem sido metodologicamente fundamentada até os nossos dias, em concepções pragmáticas, que equacionam a relação sociedade-natureza. A presente pesquisa seguirá um caminho alternativo àquele do pensamento formal para entender a formação das cidades, processo que aparentemente supõe um campo pré-existente, e que é levantado em muitos discursos como a supremacia da realidade urbana até então.

A partir disso, questionamos inicialmente: A origem da cidade é em si, uma oposição ao campo?

Sabemos que não são os espaços naturais que se opõe, e sim os interesses entre seres sociais para satisfazer suas necessidades imediatas em sociedade. Então, como ocorre essa relação entre seres sociais e a natureza, a ponto de dividi-la em campo e cidade?

Na compreensão de tais questões, traremos inicialmente a origem da sociedade e sua relação dialética com a natureza, e nesse contexto a categoria que expressa essa realidade: o *trabalho*. Em sequência, desenvolveremos um estudo sobre as divisões do trabalho, e os tipos de *propriedade* existentes na história. E assim, ao levantar o processo de desenvolvimento dos meios de produção, levantaremos a questão central e histórica da oposição entre o campo e a cidade. Lancemos, então, ao desafio!

3.1 Trabalho e divisão do trabalho na relação sociedade-natureza

O ser humano, na sua relação metabólica com a natureza, cria maneiras de sobrevivência, através de sua adaptação física às condições climáticas, retirando-a seus alimentos, e fazendo de seus membros corporais, *meios de trabalho*. A natureza que também se encontra em constante transformação com os ciclos da vida e a casualidade, é assim transformada pelo trabalho humano, tornando-se *objeto e produto de trabalho*. O desenvolvimento do trabalho pelo ser humano gera em si mesmo uma série de estímulos sensoriais/cerebrais de acordo com as condições materiais encontradas, que capacitados no processo de pré-ideação, ao satisfazer suas necessidades imediatas e posteriores, cria e

aperfeiçoa utensílios, abrigos, e instrumentos de trabalho, ou seja, transforma a natureza em sua volta em *meios de produção*. Segundo Marx (1983, p. 150) o trabalho em si, com referência ao seu resultado, se caracteriza como a atividade produtiva desse processo.

A reprodução humana e o contato entre seres humanos geram em si mesmos a consciência de si e do outro, da vida em sociedade. Se pensarmos no indivíduo, em circunstância isolada, este existe usufruindo a natureza, e ao realizar trabalho a transforma em meios de produção e produtos do trabalho. Essa realidade material produzida individualmente é absorvida pelos demais indivíduos, influenciando em suas ações, e criando outras necessidades individuais e sociais a partir desse contexto. Por isso, o ser humano não é um ser único e isolado. O ser humano é ontologicamente um ser social, que se desenvolve diante de sua realidade concreta, e que através do resultado social de suas obras, anseia a linguagem com os seus semelhantes. Como afirmam Marx e Engels (2007):

O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. *A linguagem é tão antiga quanto à consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo*; e a linguagem nasce tal como a consciência, do carecimento, da necessidade, de intercâmbio com outros homens. (MARX; ENGELS, 2007, p. 34-35, grifo nosso)

A linguagem inerente à consciência de si e sua relação com o outro está nas atividades mais simples às mais complexas de manutenção da vida humana. Com a reprodução natural, e consequente aumento de indivíduos, tem-se a consciência/linguagem destes sobre a natureza (enquanto base para a produção de riqueza social) e sobre a sociedade, com a necessidade de distribuição de suas atividades, de uma *divisão do trabalho*.

A divisão do trabalho é, portanto, uma das forças principais da história, a consumação da contradição entre os interesses de indivíduos, ou entre as famílias singulares, e o interesse coletivo de todos os indivíduos. É a atividade que está dividida em forma natural e não voluntária, é a própria ação do homem que se torna um poder ora estranho, ora imposto, que tem como expressão material, a propriedade, ou seja, a convenção da apropriação do trabalho, que, por exemplo, perpassa do âmbito local da tribo ao desenvolvimento da sociedade civil. Como ressaltam Marx e Engels:

As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade; quer dizer, cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho (MARX; ENGELS, 2007, p. 89).

De início, podemos apontar que a divisão social do trabalho aparece de três maneiras distintas: A primeira delas é a divisão entre os grandes gêneros da produção, a agricultura no campo e o comércio e a indústria nas cidades; que é chamada de *divisão do trabalho em geral*. A segunda entre ramos específicos, por setor de produção, como, por exemplo, a divisão da agricultura (algodão, trigo, milho), na divisão da indústria (têxtil, químicos, metalurgia, construção civil); chamada *divisão do trabalho em particular*. A terceira divisão acontece dentro do processo produtivo de uma mercadoria específica, ou seja, dentro do espaço da indústria, e determina que o trabalhador exerça uma função fragmentada do processo total (corte, costura, tingimento e acabamento de um vestuário); a chamada *divisão do trabalho em detalhes* (MARX, 1984).

Para melhor entender esses tipos de divisão do trabalho, mais especificamente sobre a primeira, debruçamos no próximo subcapítulo sobre as relações de propriedade que perpassaram o desenvolvimento da sociedade. Para focar os nossos horizontes em um estudo realizável, diante das inúmeras especificidades do campo e da cidade dispersas em espaços e tempos diferenciados, faremos um recorte do cenário da Europa, em que dispomos de dados históricos mais precisos e debates já iniciados sobre a temática da divisão do trabalho em geral. Sabemos que a verdade histórica não rodeia sobre uma perspectiva ocidental, e que existem outras realidades como as dos povos ameríndios, chineses, egípcios, africanos, indianos e do Oriente Médio. Como nosso objetivo é entender a oposição entre campo e cidade no capitalismo, fizemos este recorte que engloba as formas sociais que o precederam.

Nesse sentido, os tipos de propriedade que tratamos são as: tribal, comunal/estatal, feudal/estamental e burguesa. Assim, compreendemos as diversas relações sociais construídas com a transformação da natureza em meios de produção, e nessa perspectiva a sua materialidade também na forma de propriedade-solo para alavancar o debate sobre a origem e separação do campo e da cidade.

3.2 Propriedade e divisão do trabalho: Um olhar sobre o campo e a cidade

A propriedade ainda é um termo que possui diversas interpretações e polêmicas quanto aos interesses da sociedade. Para os capitalistas neoliberais, por exemplo, a propriedade é um direito de apropriar de algo para garantir a produtividade econômica, de benefício uno e social, e que, portanto, é fundamental para o desenvolvimento da humanidade. No entanto, o que está por trás da palavra “direito” sobre tal propriedade? Se *todos* os indivíduos tivessem realmente

direito à propriedade de algo, por que muitos trabalhadores vivem à mercê da venda da força de trabalho, e nas incertezas das suas condições básicas para viver, em que nada se apropria?

De fato, a *propriedade* é uma relação social, mas não um direito (a todos!). Segundo Marx e Engels (2007, p. 37) “[...] a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia”. Essa relação de *domínio* teve seu início na divisão sexual do trabalho.

Contudo, segundo Davis, nesta divisão a *exploração* nem sempre existiu. Ela só se efetiva concretamente com o surgimento da propriedade privada.

[...] a desigualdade sexual como a conhecemos hoje não existia antes do advento da propriedade privada. Durante as primeiras eras da história da humanidade a divisão sexual do trabalho dentro do sistema econômico de produção era completamente oposto ao hierárquico. Nas sociedades onde os homens eram responsáveis pela caça de animais selvagens e as mulheres por seu turno na recolha de vegetais e frutos, ambos os sexos faziam tarefas econômicas essenciais às suas sobrevivências. Porque naquele período as famílias eram sobretudo extensas. O papel da mulher nos assuntos domésticos era valorizado e respeitado, como um membro produtivo da comunidade (ENGELS apud DAVIS, 2016, s/p).

A produtividade das funções domésticas das mulheres nas atividades de coleta de alimentos e manutenção das tribos surtiu efeito para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Com isso, as tribos deixavam de ser nômades e se estabilizavam por períodos de tempo maiores no lugar.

Desse mesmo modo, com o desenvolvimento agrícola surge a *produção e o trabalho excedentes*, que, contudo, vão ser apropriados privadamente. Com essa produção excedente sendo apropriada por uma classe dominante insurgente, composta em sua maioria por homens, a divisão sexual do trabalho se torna desigual. A necessidade da produtividade e exploração do trabalho inverte os valores antes respeitados nas funções realizadas por mulheres.

Adentremos agora nesses detalhes sobre gênero para compreender tais questões. A primeira divisão foi estabelecida, convenientemente, às condições fisiológicas dos indivíduos. Diferente dos outros animais, o ser humano, ao nascer, ainda se encontra em formação e possui grande dependência para se desenvolver. Assim, ao gênero feminino, na sua condição biológica e de procriação, foi atribuído funções que equiparasse a essa condição física, de exclusividade da produção do leite materno. Esta é uma das determinações naturais oportunizadas que dividem o trabalho entre os sexos. Disso decorre que, de acordo as necessidades de assegurar a reprodução, atribuiu-se à mulher nessa fase, funções de trabalho doméstico e a criação dos filhos. Ao longo do tempo, esta função foi sendo imposta. E essas funções atribuídas às mulheres dentro da tribo estiveram, quase que exclusivamente, relacionadas ao trabalho

manual. Enquanto que os homens tiveram suas funções ampliadas ao âmbito externo da tribo, como a caça e a guerra, desenvolvendo mais o raciocínio e a linguagem em suas ações, que estiveram integradas ao trabalho intelectual.

Nessas condições, é estabelecido uma divisão sexual do trabalho, que “só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual (MARX; ENGELS, 2007, p. 35).

A produtividade intelectual, em sua maioria, socialmente atribuída enquanto uma função pelos homens, passam a controlar a produtividade material atribuída à função da mulher e viola suas capacidades humanas coagindo-a sempre exercitar esse trabalho, estabelecendo um vínculo de exploração entre os integrantes e criando nesse conflito a contradição da unidade familiar. Como afirma Marx e Engels (2007):

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição, e mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem (MARX; ENGELS, 2007, p. 36, grifo dos autores).

A construção histórica da sujeição da mulher às convenções biológicas impõe-na a voluntariar sua força de trabalho, tornando atividades escravas. Sacrificando seu tempo nessas funções, deixam de realizar outras, sendo, portanto, exploradas. Os homens, nos privilégios de uma construção social patriarcalista⁶, conduzem em tempo suas atividades ao beneficiar do trabalho das mulheres, e o controla a partir da unidade familiar. A apropriação privada desse trabalho que lhe é alheio cria conflitos de interesses que se estendem da escravidão da unidade familiar à tribo. Advinda da divisão sexual, que se torna desigual a partir da propriedade privada, essas relações de exploração se estendem a homens e mulheres que não possui os meios de produção. Assim, a divisão do trabalho condicionou uns indivíduos à execução do trabalho produtivo, e outros, o privilégio do controle sobre os meios de produção. Nessa fragmentação convencional de interesses, o ser humano passa a ser explorado pelo ser humano.

Como mencionamos, a desigualdade sexual, a partir da relação do patriarcalismo e a determinação da monogamia, teve desfechos históricos em feminicídios, dependência

⁶ Relações que cedem privilégios ao homem sob o status de provedor dos meios de subsistência dentro da habitação, enquanto a mulher é excluída da vida pública, se ocupando da manutenção do espaço doméstico com o objetivo de servi-lo. Essa relação se estende para toda a totalidade social, na qual essa desigualdade é reproduzida e naturalizada em outras esferas como a política, o trabalho, a ciência e a cultura (LESSA, 2012).

econômica e sentimental, coação psicológica e exclusão social das mulheres. A sua subversão à essas imposições, e a resistência frente os “valores comportamentais edificados, mais tarde pela religião” era um risco que as mesmas tinham e que com muita violência foram conduzidas para uma relação de escravidão na família. Como afirma Marx e Engels (2007):

A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a *propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia*. Além do mais, *divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade* (MARX; ENGELS, 2007, p. 37, grifo dos autores, grifo nosso, grifo nosso).

Logo, a divisão sexual do trabalho consolida-se a partir da *propriedade comum primitiva/coletiva*, que com a exploração de trabalho subverte-se em propriedade privada. Como afirma Engels (1984, p. 127) “Tanto é assim que há dois mil e quinhentos anos não se tem podido manter a propriedade privada senão com a violação dos direitos da propriedade”.

Como já mencionado, a exploração entre indivíduos perpassa a propriedade sobre o gênero no núcleo familiar patriarcal e se amplia com o aumento populacional e intercâmbio externo de troca e guerra com outras tribos que vem a conduzir à formação de uma sociedade de classes, não só de exploração de mulheres, como também de homens em condições econômicas desprivilegiadas. Segundo Marx e Engels (2007, p. 90): “Ao lado da propriedade comunal, já se desenvolve a propriedade privada móvel e, mais tarde, a propriedade privada imóvel, mas como uma forma anômala e subordinada à propriedade comunal”.

Portanto, a primeira propriedade, fincada ainda na divisão sexual do trabalho, é a propriedade tribal, em que a produção se encontra pouco desenvolvida, sendo, no máximo, a agricultura, a atividade mais produtiva sob relações de escravidão latente na família.

Segundo Marx (1983), cada tribo, família ou comunidade desenvolve meios de vida, de trabalho e produtos condicionados pelas suas necessidades naturais. “É essa diferença naturalmente desenvolvida que, ao entrar em contato as comunidades, provoca um intercâmbio recíproco dos produtos e, portanto, a transformação desses produtos em mercadorias” (MARX, 1983, p. 277). Esse intercâmbio de produtos diferentes vai originar, dentro da totalidade social, a divisão do trabalho em particular, ou seja, entre ramos da produção. Se uma tribo desenvolve armas mais eficientes, pois em seu território há animais mais robustos e violentos, e outra tribo desenvolve a produção de roupas de inverno que possam aquecer mais, pois em sua região o inverno é mais rigoroso, elas se tornam, dessa forma, especialistas em um ramo e adquirem

produtos da tribo vizinha, que se especializou em outro ramo. Agora, através da troca, ambas as tribos podem ter roupas de inverno e armas de melhores qualidades.

Com o desenvolvimento das sociedades, o trabalho e sua consolidação em forças produtivas, foram apropriados por uma parcela da sociedade, que passou a controlar os meios de produção e a se beneficiar com a produção de riquezas em geral. Essa estrutura social e desigual foi sendo engessada com a criação de valores e padrões sociais de favorecimento material à classe dominante, que sob o patriarcalismo, estabeleceram direções do conjunto social, enquanto que a classe dominada ficou submetida a essa, sobrevivendo apenas da sua força de trabalho.

A luta de classes se torna evidente nessa separação entre trabalho manual e intelectual, e surge a necessidade de um maior controle social para manter essas relações desiguais. O Estado é o órgão criado para institucionalizar as medidas e interesses da classe dominante, apaziguando os conflitos e manipulando a exploração inerente à relação da propriedade privada, que se estende tanto nas relações sociais quanto na propriedade-solo. Como afirmam Marx e Engels:

A maior divisão do trabalho material e espiritual é a separação entre cidade e campo. A oposição entre cidade e campo começa com a passagem da barbárie à civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação, e mantém-se por toda a história da civilização até os dias atuais (MARX; ENGELS, 2007, p. 52).

Diferente da divisão sexual do trabalho, que desenvolve relações desiguais de *propriedade móvel* entre os indivíduos e suas *necessidades*, a divisão do trabalho em geral caracteriza por relações desiguais em um conjunto social, que se *organiza* para desenvolver o trabalho produtivo, e nessa pretensão, há uma necessidade de concentração das atividades na *propriedade imóvel*. A delimitação da terra por um tipo de sociedade, estabelece intercâmbios (trocas) internos e externos de acordo aos seus valores, domínios e padrões econômicos. Isso é o que vem a se caracterizar por nação.

A divisão do trabalho em geral é maior por fincar os interesses dos sujeitos à propriedade imóvel, sendo o campo e a cidade separados na organização da sociedade em nação. Na maioria dos períodos históricos, o campo torna-se alvo de uma maior concentração do trabalho manual com a produção agrícola e a pecuária; e a cidade o foco administrativo voltado para decisões jurídicas e políticas da produtividade. O conhecimento científico nesse processo fica acessível apenas à classe dominante, sendo interceptado pelas culturas religiosas determinantes pelos modos de vida.

A divisão do trabalho em geral, apresentada na oposição campo e cidade é um fator histórico importante no desenvolvimento das sociedades de classes, mas essa oposição na história não limita em si mesma (campo e cidade), pois apresenta-se sob diversos níveis de divisão do trabalho no intercambio interno ou externo com outras nações, e de acordo aos tipos de sociedades e suas condições materiais no tempo histórico.

O processo de formação das sociedades (tribal, escravagista, estamental, capitalista) possui influência do processo de desenvolvimento dos materiais (objetos de trabalho), instrumentos (meios de trabalho) e produtos de trabalho. Logo, como afirmado por Marx e Engels (2007, p. 89): “As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade”. Entremos nessas fases históricas e suas propriedades.

Com base na obra *A ideologia alemã* de Marx e Engels (2007), as cidades surgem através da união de duas ou mais tribos. O desenvolvimento do trabalho intelectual inicia-se com a invenção da escrita há 4.000 a.C., e é cada vez mais atribuída às relações dominantes e políticas de apropriação de recursos e desenvolvimento da produtividade do trabalho ao seu favor. Essa fase acontece no início da Antiguidade, e caracteriza-se pela segunda propriedade do nosso recorte de estudo, a comunal/estatal.

No período do século V d.C. há um desenvolvimento do processo de escravidão atrelada à comunidade, daí o termo *propriedade comunal*. Tanto a classe dominante (os cidadãos/patricios) quanto a classe dominada (os escravos/plebeus e proletários) tinham, respectivamente, uma relação de status e dependência dentro da comunidade. Sair desta significava abandonar os prestígios ou sucumbir à deriva e aos riscos com as tribos e comunidades estrangeiras. A relação escravagista era construída internamente na comunidade ou adquirida através das disputas e guerras, submetendo os derrotados à essa relação. Esse tipo de propriedade estatal perdurou nas civilizações antigas no Oriente Médio, na Europa, e em parte do Ocidente (Grécia e Roma) até a Queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., quando consolida definitivamente a propriedade privada imóvel, com a oposição entre o campo e a cidade.

Segundo Lefebvre (1972, p. 41, grifos do autor) “[...] na Antiguidade, a cidade política organizava, dominava, protegia, administrava, explorava um território com os seus camponeses, aldeões, pastores, etc.”. Logo, na Antiguidade, a organização política e administrativa partia da cidade. Com o desenvolvimento das cidades administradas por uma elite, tem-se um conflito com os interessados pelo campo, e caracteriza-se o primeiro vestígio de oposição entre o campo e a cidade. Com o desenvolvimento das forças produtivas, os sujeitos

na cidade geram uma separação não somente com os que trabalham no campo, como também entre si, nas suas especificidades econômicas, gerando uma interna divisão do trabalho entre indústria e comércio. As disputas econômicas também ocorrem entre cidades, de acordo suas modalidades mais produtivas (mercantil, marítima, comercial e industrial), o que influencia para a formação das fronteiras, e limites entre Estados/Nações, gerando, através da concorrência pelas riquezas naturais, oposições também entre Estados.

No entanto, a escravidão nas relações sociais de contratos e conquistas não foram suficientes para impulsionar a produtividade e a manutenção desse sistema. Sob a forma de Impérios, quanto mais estes cresciam, mais necessitava do aumento da quantidade de escravos, que nem sempre se conseguia com as guerras e consequente conquistas territoriais.

Somada a essa fragilidade, a invasão dos bárbaros foi um golpe de misericórdia para levar ao fim à propriedade comunal. Houve uma destruição das forças produtivas do campo e da cidade, bem como o esfacelamento do conhecimento científico alcançado. Em 476 d.C., a queda do Império Romano afetou a relação escravagista e o domínio político das cidades, e o campo passa a ser o alvo das construções e restauração das ruínas, e a fuga das elites formando uma sociedade de estrutura rural, hierárquica e medieval.

A transição para o modo de produção do Feudalismo, caracteriza-se por outra divisão do trabalho, e pela terceira forma de propriedade: a estamental, ou feudal. Segundo Marx e Engels (2007, p. 91) “A divisão do trabalho pouco ocorreu na florescência do feudalismo”, porque as trocas foram inicialmente pouco favoráveis, sendo a linguagem e as relações condicionados aos limites dos feudos, que eram dispersos na extensão do campo, e continham pouca população.

Os camponeses, na intenção de se protegerem das possíveis invasões e se estabilizarem nas terras, cediam voluntariamente sua força de trabalho em forma de servidão e submissão às ordens do senhor feudal, que detinha tanto a suserania⁷ fundiária e militar⁸, quanto a posse dos meios de produção. Impostos e laudêmios eram pagos de acordo as fronteiras e as regalias da nobreza religiosa. Logo, a propriedade feudal se difere da propriedade comunal por haver uma relação associativa entre proprietários e produtores diretos, relação de acordo não estabelecida na escravidão. A sociedade feudal desenvolvida se distribuía em suseranos, composto ao topo pelos reis e suas camadas hierarquizadas entre senhores e nobres mais privilegiados, que cediam

⁷ Quem cedia a terra

⁸ Segundo Marx e Engels, de origem germânica.

glebas em troca da fidelidade da vassalagem⁹, representada em diversas hierarquias entre nobres menos prestigiados, militares e servos.

A igreja tinha um papel determinante nos valores sociais e políticos, estabelecendo o controle da hierarquia por meio de regimentos de sacralização para justificar o domínio e a posse que tinha sobre as terras e seus impostos, e manter ordenada uma hierarquia com base no discurso litúrgico do catolicismo. Temos aqui um relato do Bispo Aldaberon de Laon, realizado em possíveis anos de 1025 e 1027:

O domínio da fé é uno, mas há um triplo estatuto na Ordem. A lei humana impõe duas condições: o nobre e o servo não estão submetidos ao mesmo regime. Os guerreiros são protetores das igrejas. Eles defendem os poderosos e os fracos, protegem todo mundo, inclusive a si próprios. Os servos, por sua vez, têm outra condição. Esta raça de infelizes não tem nada sem sofrimento. Fornecer a todos alimentos e vestimenta: eis a função do servo. A casa de Deus, que parece una, é, portanto, tripla: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros (FRANCO, 2001, p. 121).

Com as grandes navegações no século XV, e com o desenvolvimento científico voltados para o comércio marítimo, as relações mercantis são avantajadas diante da intensificação das trocas e arrecadações feudais. Assim, os senhores, com prejuízos em relação a produção excedente, passam a descontar nos servos com o aumento dos impostos e de sua exploração com o trabalho também excedente. Os servos, em meio as condições desfavoráveis de trabalho, fogem para as cidades em busca de melhores condições de vida. “Estes fugitivos isolados chegavam nas cidades, e eram subsumidos à corporação criada pelos primeiros fugitivos ao organizar os estabelecimentos e os ofícios. Da mesma forma, os senhores feudais iam até à cidade e não tinha força militar contra essas corporações” (MARX; ENGELS, 2007, p. 53).

Nessa fase, a hierarquia de trabalho da cidade era semelhante à do campo. No campo, a propriedade era fundiária e a renda era produzida pela força de trabalho dos servos camponeses e apropriada pelos senhores feudais. Já nas cidades, a propriedade era corporativa e a relação era estabelecida entre mestres e aprendizes, tanto entre artesãos como entre comerciantes.

Esses trabalhadores, que chegavam [na cidade] isoladamente, não conseguiam nunca constituir uma força, pois, uma vez que seu trabalho era de tipo corporativo e precisava ser apreendido, os mestres da corporação os

⁹ Quem recebia a terra com o pacto de servidão/submissão.

subjugavam e os organizavam segundo seus interesses, ou então, quando o seu trabalho não tivesse de ser apreendido e, por isso, não fosse corporativo, mas sim trabalho diariamente remunerado, os trabalhadores não chegavam a formar uma organização, permanecendo como uma plebe desorganizada. Nas cidades, a demanda por trabalho diariamente remunerado originou a plebe (MARX; ENGELS, 2007, p. 53).

É neste momento que as relações feudais começam a se ruir, pois os senhores feudais já não conseguem sustentar seu domínio sob os servos camponeses. “Na Inglaterra, a servidão tinha na última parte do século XIV de fato desaparecido. A grande maioria da população consistia naquela época, e mais ainda no século XV, de camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse a etiqueta feudal que ocultasse sua propriedade” (MARX, 1984, p. 263). É nesse contexto que, segundo Marx, se inicia a acumulação primitiva do capital, a qual fortalece a burguesia insurgente daquele país. Contudo, ele ressalta que esses períodos não são uniformes em relação a outros países, “[...] repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra” (MARX, 1984, p. 285). Porém, sabe-se que o autor escolhe dar um destaque maior a este último, já que ele concentra, além de um grande desenvolvimento industrial, dados de estatísticas sociais mais numerosos e transparentes. No próximo tópico conduzimos nossa análise para este processo econômico que resultou a concentração da propriedade burguesa nas mãos de suas personificações.

3.2.1 O surgimento da propriedade burguesa na “Assim chamada acumulação primitiva”

Para compreender como o capital intensifica e altera todo o movimento de relações sociais, Adam Smith, dá um ponta pé inicial ao termo da “acumulação primitiva”. No seu contexto histórico, ele fez uma análise que colocava a burguesia convenientemente numa situação privilegiada, como se fosse uma brincadeira infantil do quebra-pote, em que os primeiros a chegar têm a sorte de se apropriarem de toda riqueza encontrada e aos últimos não sobram nada. No entanto, essa iniciativa teórica de A. Smith foi utilizada por Marx (1984) para o desenvolvimento de uma compreensão da gênese do capital, não deixando o termo isento de críticas e reestruturando-o em “A assim chamada acumulação primitiva”, exposta em O Capital.

Na análise deste capítulo, Marx traz a princípio os pressupostos históricos dos quais o capital necessitava para surgir enquanto relação predominante na sociedade. “Dinheiro e

mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e subsistência. Eles requerem sua transformação em capital” (MARX, 1984, p. 262). Essa transformação atua de dois lados antagônicos. O primeiro destes são os elementos materiais do capital, meios e objetos de trabalho que, antes presentes na própria condição do trabalhador, agora são possuídos por uma classe apartada do processo de trabalho propriamente dito, a burguesia.

O segundo é a transformação de todos os tipos de trabalhadores em trabalhadores livres. Mas essa liberdade significa estar em condição de dispor de todo o seu tempo para a submissão de sua força de trabalho a novas relações de produção, que surgem justamente dessa separação entre produtor direto e meios de produção. Há uma expropriação tanto dos servos, que pertenciam aos meios de produção, à terra dos senhores feudais; quanto dos camponeses economicamente autônomos, que possuíam seus próprios meios de produção, sua própria terra. Logo:

[...] esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 1984, p. 262).

A expropriação dos trabalhadores pela acumulação primitiva foi, como aponta o autor, um dos mais violentos eventos da história humana, levada a cabo apenas para atender as necessidades da criação de um novo tipo de propriedade e para ascender uma nova classe social, detentora dessa propriedade, ao pódio do poder econômico.

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de realização do trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1984, p. 262).

Esse processo da acumulação primitiva vai alterar as relações de produção do campo e da cidade, e com isso também cria classes sociais específicas desses espaços, como os arrendatários capitalistas, os proprietários fundiários, a burguesia industrial, a pequena burguesia, e os trabalhadores assalariados. A acumulação de capital é a própria reprodução

crescente da propriedade privada burguesa, e com ela as classes sociais que as personificam. Nesse sentido, voltemos nossos olhares primeiramente para o campo:

A relação do feudo no campo se tornava obsoleta diante do interesse da produção capitalista nascente em apropriar de vastas extensões de terras para a produção e extração de matéria prima das riquezas naturais, como foi a produção de algodão, fundamental à tecelagem, primeiro setor à ser desenvolvido na Inglaterra. Essa medida só pôde ser efetivada com a expropriação de camponeses autônomos e a quebra das regulamentações políticas feudais que ainda resistiam ao esfacelamento do antigo modo de produção. Assim, as “[...] grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistências e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. *A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo processo*” (MARX, 1984, p. 263, grifo nosso).

Essa é a primeira mudança, e que merece destaque: o intenso processo de proletarização dos camponeses. Esse processo colocou a vida desses sujeitos de cabeça para baixo, tirando-os da reprodução ligada à sua propriedade fundiária e os jogando em uma condição em que estivessem disponíveis para serem utilizados enquanto força de trabalho pelo capital. Os sujeitos produtores tiveram que se tornar trabalhadores livres, ou seja, desprendidos de qualquer outra condição de reprodução social.

Uma das forças sociais que expulsou muitos camponeses da terra foi a própria classe dominante do modo de produção anterior, os senhores de terras. Sobre isso, Marx aponta que:

Foi muito mais, em oposição mais teimosa à realeza e ao Parlamento, o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal (MARX, 1984, p. 264).

Isso ocorre pois, ao se ver enquanto classe dominante de uma relação que se deteriorava mais e mais a cada instante, os senhores feudais tentam adaptar-se de todo modo às novas relações que começam a criar forma e força no cenário europeu, e mais especificamente da Inglaterra. Por tanto, buscam concentrar as terras em suas mãos, mesmo que os servos possuíssem “o mesmo título jurídico feudal que ele”, ou seja, os mesmos direitos à terra perante a lei vigente.

Mesmo que não conseguissem sempre expulsá-los diretamente, uma estratégia que arrancou as possibilidades que restaram aos camponeses de se manterem na terra foi a “usurpação de sua terra comunal”. Estas eram as terras que, por gerações e gerações, os

camponeses podiam dividir o uso entre si, seja para coletar lenha, seja para a criação de animais de pasto. O uso dessa parcela comum das terras garantia uma maior capacidade de reprodução social desses sujeitos, já que a parcela destinada exclusivamente a si mesmo e à sua família muitas vezes não lhe proporcionava a autonomia econômica necessária. Demonstrando este processo em fatos históricos, Marx (1984) traz vários relatos. Um destes diz que:

Em Northamptonshire e Lincolnshire tem predominado muito o cercamento das terras comunais e a maioria dos novos senhorios surgidos dos cercamentos está convertida em pastagens; em consequência, muitos senhorios não têm 50 acres sob o arado, onde anteriormente eram arados 1 500. (...) Ruínas de antigas habitações, celeiros, estábulos etc. são os únicos vestígios dos antigos habitantes. Cem casas e famílias, em alguns lugares, foram reduzidas (...) a 8 ou 10. (...) Os proprietários fundiários, na maioria das paróquias, onde o cercamento somente se realizou a 15 ou 20 anos, são muito poucos em comparação com o número dos que lavraram a terra quando na condição de campo aberto. Não é nada incomum ver 4 ou 5 ricos criadores de gado usurparem senhorios recentemente cercados, que antes se encontravam em mãos de 20 a 30 arrendatários e outros tantos pequenos proprietários e moradores. Todos eles e suas famílias foram expulsos de suas posses juntamente com muitas outras famílias que eram por eles ocupadas e mantidas (Rev. ADDINGTON apud MARX, 1984, p. 269).

Além dos camponeses economicamente autônomos, também existiam no campo os pequenos arrendatários (em contraposição aos grandes arrendatários capitalistas que falaremos mais a frente), aqueles que alugavam terras dos *landlords*, grandes proprietários fundiários, para poder, juntamente com sua família, lavrá-la e de lá tirar seus meios de subsistência. Esses sujeitos foram igualmente pressionados e constrangidos a deixarem a terra devido à sua alta concentração. “Em muitas paróquias de Hertfordshire [...] 24 arrendamentos com 50-100 acres em média foram fundidos em 3 arrendamentos” (WRIGHT apud MARX, 1984, p. 269). Ainda segundo outro crítico desse processo histórico citado por Marx:

“Se”, diz o Dr. Price, “a terra cair nas mãos de alguns poucos grandes arrendatários, os pequenos arrendatários” (antes designados por ele como ‘uma multidão de pequenos proprietários e arrendatários, que mantinham a si mesmos e a família com o produto das terras cultivados por eles, como ovelhas, aves, porcos etc. (...) que criam na terra comunal, tendo portando pouca oportunidade de comprar meios de subsistência’) “serão transformados em pessoas que terão de ganhar sua subsistência trabalhando para os outros e que serão forçadas a ir ao mercado para comprar tudo de que precisam. (...) Será realizado, talvez, mais trabalho, porque há mais compulsão para isso. (...) Cidades e manufaturas crescerão, pois mais pessoas que buscam emprego serão impelidas para elas. Essa é a forma como a concentração dos arrendamentos opera naturalmente e em que, neste reino, há muitos anos tem operado” (PRICE apud MARX, 1984, p. 270).

E os trabalhadores do campo que foram expulsos de sua base fundiária não se transformaram apenas em assalariados nas manufaturas urbanas, mas também em jornaleiros no próprio campo. Começaram a habitar as *cottages*, casas destinadas a esses trabalhadores. Dessa forma a compulsão pela intensificação do trabalho se tornou algo crescente. Essa expropriação e o aumento da produtividade agrícola que a segue “[...] tiveram efeitos tão agudos sobre o trabalhador agrícola que [...], entre 1765 e 1780, seu salário começou a cair abaixo do mínimo e a ser complementado pela assistência oficial aos pobres” (MARX, 1984, p. 270).

Essa tendência à queda dos salários é decorrente da intensa proletarização dos trabalhadores, que foi essencial para criar o exército industrial de reserva, peça chave para a existência do modo de produção capitalista. Segundo Luxemburgo (s/d), o modo de produção vigente é o único que, de forma permanente, mantém uma quantidade de trabalhadores sem desempenhar papel algum.

O exército de reserva tem uma dupla função para o capital: por um lado, fornece a força de trabalho em caso de desenvolvimento súbito dos negócios; por outro lado, a concorrência dos desempregados exerce uma pressão contínua sobre os trabalhadores empregados e faz baixar os seus salários ao mínimo (LUXEMBURGO, s/d, p. 320-321).

Além disso, a autora aponta que também é no capitalismo que se perde qualquer preocupação de garantir a existência imediata do trabalhador. Tanto no escravismo quanto no feudalismo havia uma atitude dos senhores de escravos e de terras para manter os trabalhadores que estivessem sob seu domínio, mesmo que essa manutenção fosse igual àquela de seus animais. Isso porque o trabalho era escasso devido ao baixo índice de produtividade. No capitalismo a produtividade crescente com os meios de produção mais desenvolvidos, permite que alguns sujeitos não façam parte diretamente do processo de trabalho. Esses desempregados estavam entregues à própria sorte e à própria morte, sendo esta naturalizada pela burguesia aos fundamentos teóricos malthusianos (LUXEMBURGO, s/d, p. 324).

Esse foi um dos principais ganhos para os capitalistas que surgiam desse processo para todas as desocupações de camponeses da sua base fundiária. Um dos casos mais notáveis, relatado tanto por Marx (1984) quanto por Luxemburgo (s/d) foi a expropriação dos camponeses pela condessa de Sutherland

Segundo Luxemburgo:

Para transformar as terras aráveis em pastagem para carneiros, expulsaram-se os camponeses das suas terras e das suas propriedades. Isto processou-se na Inglaterra do século XV até ao século XIX. Nos anos 1814 a 1820, nos domínios da condessa de Sutherland, por exemplo, foram expulsos quinze mil

habitantes, as suas aldeias incendiadas e os seus campos transformados em pastagens nas quais cento e trinta e um mil carneiros substituíram os camponeses. [...] Os camponeses livres como o ar e sem meios não tinham mais do que a liberdade de morrer de fome ou, livres que eram, de se venderem por um salário de fome (LUXEMBURGO, s/d, p. 340).

Sem sair da sua pátria, esses povos gaélicos foram empurrados para regiões onde não havia terras produtivas, à beira do mar, transformando sua atividade produtiva de acordo com as condições que lhes impuseram. Se tornaram então, pescadores. Mas quando menos esperavam, a foice da acumulação primitiva ainda lhes preparou mais um golpe fatal.

[...] Os bravos gaélicos deviam pagar ainda mais caro por sua idolatria romântica montanhesa pelos “grandes homens” [chefes] do clã. O cheiro de peixe subiu ao nariz dos grandes homens. Farejaram algo lucrativo por trás dele e arrendaram a orla marítima aos grandes comerciantes de peixes de Londres. Os gaélicos foram expulsos pela segunda vez (MARX, 1984, p. 273).

Toda essa expulsão dos camponeses de suas propriedades foi estabelecida pela expropriação dos meios de produção. Essa expropriação teve como um dos principais agentes o Estado moderno, que de modo bastante vigoroso, já nasceu sendo aliado das classes capitalistas; seu objetivo maior foi a proletarização dos trabalhadores, ou seja, torna-los livres, nos termos já apontados: trabalhadores sem nenhum meio de produção, os quais estão limitados a apenas vender a única propriedade que lhes restou: a força de trabalho.

Diversas foram as medidas estatais para garantir a acumulação primitiva do capital. O que só demonstra a relação entre ambos desde o berço. Para ter certeza de que o campo se tornasse cada vez mais despovoado, determinou por lei a proporção ideal entre terras para lavouras e terras para pastagens. Determinou também a quantidade mínima de acres que as *cottages* dos trabalhadores de aluguel precisavam ter ao seu redor. Quantidade essa que foi diminuindo cada vez mais a cada reformulação de sua legislação. E ainda determinou a distância mínima entre essas *cottages*, para garantir que não haveriam casas muito próximas as outras.

Igualmente, a expropriação dos povos camponeses ainda se tornou mais violenta devido à desapropriação e roubo dos bens da Igreja Católica, antiga concentradora da propriedade fundiária feudal, na época da Reforma Protestante no século XVI.

A supressão dos conventos etc. lançou seus moradores na proletarização. Os próprios bens da Igreja foram, em grande parte, dados a rapaces favoritos reais ou vendidos por um preço irrisório a arrendatários ou a habitantes das cidades especuladoras, que expulsaram em massa os antigos súditos hereditários, juntando suas explorações. A propriedade legalmente garantida a camponeses

empobrecidos de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscada (MARX, 1984, p. 266).

Algumas paróquias se tornaram prisões para os trabalhadores pobres que quisessem receber algum auxílio para suprir sua miséria. Os prisioneiros destes locais teriam que se deixar levar ao cárcere por livre e espontânea vontade e ainda estar disponível caso algum proprietário de terras precisasse de sua força de trabalho, alugando-o das paróquias por uma taxa, e devolvendo-os assim que terminassem com os trabalhos. Verdadeiros escravos de aluguel. Mas “Esses efeitos imediatos da Reforma [protestante] não foram os mais persistentes. A propriedade da Igreja constituía o baluarte religioso das antigas relações de propriedade. Ao cair aquela, estas não poderiam ser mantidas” (MARX, 1984, p. 267).

O Estado vai se fortalecendo ainda mais, e é com a Revolução Gloriosa, golpe de Estado que concretiza aliança entre antigos nobres proprietários de terra e a burguesia, que coloca

[...] extratores de mais-valia fundiários e capitalistas ao poder. Inauguraram a nova era praticando o roubo dos domínios do Estado, até então realizado em proporções apenas modestas, em escala colossal. Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexadas a propriedades privadas. Tudo isso ocorreu sem nenhuma observância da etiqueta legal. O patrimônio do Estado apropriado tão fradulentamente, junto com o roubo da Igreja, na medida em que não sumiram durante a revolução republicana, formam a base dos atuais domínios principescos da oligarquia inglesa. Os capitalistas burgueses favoreceram a operação visando, entre outros motivos, transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como os pássaros, provenientes do campo etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, da alta finança que acabava de sair da casca do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas (MARX, 1984, p. 268).

Essa aliança entre nobreza e capitalistas ainda hoje possui seus resquícios, tendo em vista que a Inglaterra mantém o status da Família Real e o hino nacional ainda é o tradicional *God save the Queen/King* (Deus salve a Rainha/o Rei), não só no seu território, mas como em diversos países colonizados por ele que também usam como hino oficial ou real. Contudo esse *status* é unicamente um resquício dessa época, já que o poder econômico e político está centralizado nas mãos das classes capitalistas e seus representantes no Estado. A única coisa que não foi usurpada de fato foi sua pomposa aparência e a riqueza utilizada para mantê-la.

Com todas essas transformações no campo, os camponeses se transformando mais e mais em assalariados, era necessário se ter, do outro lado, uma classe antagônica a eles que pudesse absorvê-los e manter a produção de riquezas sempre crescente. Aí entra os

arrendatários capitalistas. Estes se originaram, segundo Marx (1984), dos antigos *bailiff*, servos dos senhores feudais que possuíam a função de gerir uma aldeia, sendo os camponeses dessa aldeia diretamente subordinados a ele. É por volta da segunda metade do século XIV que os arrendatários começam a aparecer, possuindo relação direta com “[...] o *landlord* [que lhe] fornece sementes, gado e instrumentos agrícolas. Sua situação não é muito diferente da do camponês. Apenas explora mais trabalho assalariado. Torna-se, logo, *metayer* [meeiro], meio arrendatário” (MARX, 1984, p. 280-281).

Essa forma de arrendatário divide tanto os custos da produção quanto o produto dela, não muito diferente do que acontecia na relação feudal. Contudo, é uma forma passageira, que logo dá lugar a outra, na qual o arrendatário “[...] valoriza seu próprio capital pelo emprego de trabalhadores assalariados e paga uma parte do mais-produto em dinheiro ou *in natura*, ao *landlord* como renda da terra” (MARX, 1984, p. 281).

São necessários muitos séculos para que o arrendatário capitalista se torna uma classe com elevado poder econômico. Alguns fatores contribuíram para sua ascensão. O primeiro deles foi a usurpação das terras comunais e do gado presente nela, aumentando sua riqueza diretamente. O segundo foi a revolução agrícola entre o século XV e XVI que aumentou a produtividade da produção. Essa revolução ocorreu devido a “[...] métodos melhorados de cultura, maior cooperação, concentração dos meios de produção etc., e porque os assalariados agrícolas não apenas foram obrigados a trabalhar mais intensamente, mas também o campo de produção, sobre o qual trabalhavam para si mesmos, se contraía mais e mais” (MARX, 1984, p. 282).

O terceiro foi o tempo de contrato dos arrendamentos que eram muito longos, “[...] frequentemente por 99 anos” (MARX, 1984, p. 281). Isso fez com que eles continuassem pagando o mesmo valor nominal ao *landlord*, enquanto, com a desvalorização dos metais preciosos, a moeda também perdesse seu valor. Em contraposição a isso, os arrendatários podiam aumentar o preço de suas mercadorias ao vende-las no mercado, pagando o mesmo valor do aluguel da terra. “Assim, ele se enriquecia, ao mesmo tempo, à custa de seus trabalhadores assalariados e de seu *landlord*” (MARX, 1984, p. 281).

Restava agora criar as condições materiais, políticas e econômicas, para sustentar um proletariado dócil e submisso. Como se não bastasse todo “O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domicílios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna [...]” (MARX, 1984, p. 274-275), era necessário agora

criar leis para consolidar todas essas mudanças estruturais na sociedade. Leis que garantissem a contínua reprodução do capital que estava sendo acumulado.

Logo foram surgindo leis que proibiam qualquer tipo de indivíduo ocioso, seja por ainda não ter se acostumado com o modo de vida da cidade, seja pela falta de oferta de emprego no próprio campo, ou seja por não ter conseguido um trabalho que estivesse apto a exercer. Essas leis tinham como punição: a mutilação de partes do corpo como as orelhas; marcações com ferro quente na testa, costas e braços com letras que os denominassem vagabundos; o trabalho forçado para serviços públicos e comunitários; e em alguns casos de reincidência, o próprio fuzilamento. “Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura” (MARX, 1984, p. 277).

Essas leis eram necessárias na medida em que não havia uma subsunção real dos trabalhadores ao capital, que só vai ser efetivada com a inserção da maquinaria na grande indústria. As condições materiais da produção não estavam organizadas a tal ponto de elas mesmas fornecerem as bases para a subordinação direta do trabalhador. A força precisava ser usada para manter esses novos assalariados vendendo sua força de trabalho nas fileiras do mercado. Após esse período,

Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada (MARX, 1984, p. 277).

Outro tipo de lei que o Estado moderno precisou instituir foram Estatuto dos Trabalhadores em 1349, na Inglaterra, e a Ordenança em 1350, na França. Este foi extremamente necessário, já que a demanda por trabalhadores era ainda maior que sua oferta. Isso fazia com que os salários tendessem a subir acima da média e que pudessem negociar com mais facilidade sua jornada de trabalho. Para essa burguesia insurgente – principalmente a urbana, já que as manufaturas cresciam mais rápido do que o exército industrial de reserva – não ter tanto prejuízo, foi-se necessário estabelecer a leis dos *salários máximos* e do *prolongamento das jornadas de trabalho*. As punições para quem pagasse um salário maior do estabelecido ainda era menor em relação à pena para quem o recebessem, respectivamente 10 e 21 dias de prisão.

Essas leis, é claro, se tornaram obsoletas na medida em que não havia mais necessidade de se garantir a subserviência do trabalhador sob *dominação política* direta. Quando as condições materiais se assentaram de modo que a *dominação econômica* do capital estivesse completa, essas leis foram abolidas. “Eram uma anomalia ridícula, desde que o capitalismo passou a regular a fábrica por meio de sua legislação privada, deixando o imposto dos pobres completar o salário do trabalhador rural até o mínimo indispensável” (MARX, 1984, p. 279).

Essas leis e medidas estatais não se voltavam, como pode-se perceber, apenas para os camponeses. Na cidade e no campo haviam igualmente alguns outros trabalhadores sendo expropriados. Estes foram os artesões de suas corporações e guildas urbanas ou das indústrias domésticas rurais. Estas últimas, que estavam ligadas principalmente à tecelagem, passaram principalmente por uma expropriação direta, tal como foi a expropriação fundiária. Já nas cidades as próprias leis econômicas que estavam surgindo com o processo da acumulação primitiva frearam seu desenvolvimento.

As forças econômicas das corporações de artesãos tiveram sua decadência com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção nas cidades. Isso aconteceu pois, com o surgimento das cooperações e manufaturas baseadas no assalariamento, o trabalho se tornou mais produtivo. Apesar de os meios de produção não sofrerem grandes alterações em relação aos artesanais, a relação de produção dentro da manufatura fez com que o processo se tornasse mais dinâmico pelo acúmulo de relações e meios de produção num só lugar.

Devido a uma nova divisão do trabalho, que surge com a manufatura, a divisão em detalhes, os trabalhadores se especializaram em uma parcela cada vez menor do processo geral de produção da mercadoria. Pôde-se criar ferramentas mais especializadas para esses trabalhos mais especializados e também se diminuiu os poros temporais que antes existiam quando se passava de uma função para a outra. Outro motivo que proporcionou a expansão das manufaturas em relação à produção artesanal foi a possibilidade de concentrar a riqueza do trabalho excedente. Sobre isso, usando a produção de linho da Westfalia como exemplo, Marx observa que:

Antes, repartido entre inumeráveis pequenos produtores, que o cultivavam e fiavam em pequenas porções com suas famílias, está agora concentrado nas mãos de um capitalista que faz outros fiar e tecer para ele. O trabalho extra despendido na fiação do linho realizava-se antes como receita extra de inumeráveis famílias camponesas ou, ao tempo de Frederico II, também em impostos *pour le roi de Prusse* [para o rei da Prússia]. Ele realiza-se agora no lucro de alguns poucos capitalistas (MARX, 1984, p. 282).

Esse acúmulo do trabalho extra na mão de poucos capitalistas permitiu que o excedente fosse reinvestido enquanto capital no processo produtivo, aumentando a produtividade e gerando ainda mais acumulação de capital.

Tudo isso fez com que as manufaturas pudessem ser mais competitivas em relação à produção artesanal e, aos poucos, assumissem um lugar mais predominante dentro do mercado em relação aos grêmios (MARX, 1983). Entretanto, as manufaturas não foram uma evolução direta das corporações de mestres artesãos.

A expansão do comércio e da manufatura acelerou a acumulação do capital móvel, ao passo que nas corporações, que não recebiam nenhum estímulo para a ampliação da produção, o capital natural permanecia estável ou até mesmo diminuía. O comércio e a manufatura criaram a grande burguesia, enquanto nas corporações concentrava-se a pequena burguesia, que então já não dominava mais nas cidades como antes, mas tinha de se curvar ao domínio dos grandes comerciantes e manufatureiros. Daí a decadência das corporações, tão logo entraram em contato com a manufatura (MARX; ENGELS, 2007, p. 57).

Desse processo que Marx (1984) aponta o surgimento do capitalista industrial. Mas ele faz uma ressalva em relação ao termo: tanto o arrendatário capitalista quanto o dono de uma fábrica urbana são capitalistas industriais se formos considerar a categoria propriamente dita. A diferença semântica entre industrial e arrendatário é apenas para refletir a oposição que existe entre a produção agrícola e a manufatureira, agora concentrada na cidade.

O surgimento dessas duas classes apresenta certas diferenças, como a velocidade em que elas se desenvolveram e se estabeleceram no espaço, produzindo-o de forma desigual conforme avança a divisão do trabalho. Aos arrendatários capitalistas, como já visto, custaram-se séculos para que seu poder econômico os pusesse em posição de destaque dentre as classes privilegiadas. Já os capitalistas industriais, donos das manufaturas, tiveram condição de ascender rapidamente. E o primeiro motivo foi justamente sua origem. Estes surgiram, em sua maioria, daquelas classes que já possuíam grande quantidade de capital acumulado, os grandes comerciantes e usurários. Esses dois tipos de capital, o *usurário* e o *comercial*, que formam o capital *monetário*, surgem antes mesmo do capital *industrial*, e por algum tempo houve tentativas por vias legais para que os possuidores deste primeiro não se tornassem reprodutores deste último, proibindo-os “[...] pela constituição feudal no campo e pela constituição corporativa nas cidades de se converter em capital industrial” (MARX, 1984, p. 285). Mas as transformações radicais em uma sociedade não são determinadas por leis e decretos, mas sim por força material. “A nova manufatura foi instalada nos portos marítimos de exportação ou em

pontos no campo, fora do controle do velho sistema urbano e de sua constituição corporativa” (MARX, 1984, p. 285).

A acumulação primitiva de capital por esses indivíduos teve forte origem na colonização dos povos da América, Ásia e África. Disso surgiram disputas entre as nações europeias entre si – Espanha, Portugal, Países Baixos, Inglaterra – e também contra as próprias colônias. A colonização foi uma fonte de riquezas sem tamanho, “O tesouro apesado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital” (MARX, 1984, p. 287). Na Inglaterra mais especificamente, além do sistema colonial, a acumulação primitiva também se amparou

[...] no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica (MARX, 1984, p. 285-286).

Este é o segredo da rápida ascensão da burguesia industrial em comparação com os arrendatários capitalistas. E concomitantemente a essa rapidez, a produtividade das fábricas urbanas necessitava de uma crescente quantidade de força de trabalho, e devido às péssimas condições de trabalho nas oficinas corporativas e comerciais decorrente da sua baixa produtividade, a manufatura passa a ser um destino para a maior parte dos trabalhadores. Além disso, nas cidades, as corporações administradas pela pequena burguesia (antigos mestres artesãos) tornaram subsumidas à formação dessa grande burguesia, no viés tanto da produção de mercadorias, quanto da incontrolável massa de consumidores de produtos mais baratos pelos sujeitos do campo e da cidade.

Esses consumidores nada mais eram do que os trabalhadores que antes produziam seu próprio meio de subsistência. Com a extinção dos ofícios domésticos rurais, os trabalhadores se veem obrigados a comprar das manufaturas os produtos que antes eram produzidos por si mesmo.

De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em trabalhadores assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam, ao mesmo tempo, para este último seu mercado interno. Antes, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e as matérias primas que depois, em sua maior parte, ela mesma consumia. Essas matérias primas e esses meios de subsistência tornaram-se agora mercadorias; o grande arrendatário as vende e nas manufaturas encontra ele seu mercado. Fio, pano, tecidos grosseiros de lã,

coisas cujas matérias-primas encontravam-se ao alcance de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu autoconsumo – transformam-se agora em artigos de manufatura, cujos mercados são constituídos justamente pelos distritos rurais. A numerosa clientela dispersa, até aqui condicionada por uma porção de produtores pequenos, trabalhando por conta própria, concentra-se agora num grande mercado abastecido pelo capital industrial (MARX, 1984, p. 283).

É necessário, nesse nível de explanação, estabelecer certo aspecto importante na transição da predominância do capital comercial ou mercantil para o capital industrial ou produtivo. Este primeiro torna-se desnecessário com o desenvolvimento de uma nova formação da sociedade, a burguesa industrial, tanto do campo quanto da cidade.

Isso acontece pois há uma diferença essencial entre capital comercial, predominante na época da acumulação primitiva, e o capital produtivo, predominante no capitalismo já consolidado. Neste primeiro, a burguesia comercial obtinha sua mais-valia por uma relação de trocas desiguais, apenas de compra e venda. Para isso, os comerciantes usavam dinheiro para comprar determinadas mercadorias em locais onde havia sua oferta, vendendo-as por um preço acrescido em locais onde a demanda era superior. Já no capital produtivo, a burguesia investe seu dinheiro em mercadorias para a produção de riquezas e as vende no mercado. É do valor que foi agregado pelo trabalho neste processo que surge sua mais-valia.

Apesar de ambas as relações – capital comercial e industrial – possuírem uma mesma fórmula econômica, D-M-D', a reprodução das duas possuem diferenças fundamentais.

De fato, o desenvolvimento autônomo do capital comercial, que se baseia em diferenciais de preço entre mercados e esferas de produção *separados* (comprar barato e vender caro) é "inversamente proporcional à não-sujeição da produção ao capital". Sua *externalidade, vis-à-vis* com a produção, é a própria condição de sua existência, pois interpõe-se como "intermediário" "entre extremos que não controla e premissas que não cria". O capital mercantil pode apenas redistribuir mais-valia mediante lucros inesperados: daí seu papel-chave na acumulação original de capital. Ele não pode, porém, ser uma fonte de acumulação permanente e auto-reprodutora. Tem um papel *preparatório* decisivo, ao lado de suas formas "domésticas" de usura, especulação com a escassez etc., mas não pode desempenhar um papel determinante, endógeno, na transição (MERRINGTON, 1977, p. 224-225, grifos do autor).

Apesar disso, o capital mercantil não evoluiu linearmente para o capital produtivo. Na verdade, os indivíduos que as detinham possuíam interesses antagônicos. Se o capital mercantil, como afirmou Merrington acima, era um agente externo que dependia, de um lado, de uma produção de excedentes, e de outro lado, de um mercado consumidor latente, na reprodução do capital produtivo a distribuição das mercadorias já estão incluídas no processo, já que "O processo de produção global do capital inclui tanto o processo de circulação quanto o processo

de produção propriamente dito. Eles constituem as duas grandes seções de seu movimento, que aparece como totalidade desses dois processos” (MARX, 2011, s/p).

Durante o período da manufatura, quando o capital produtivo ainda não tinha alcançado o seu estágio mais desenvolvido, o capital comercial ainda desempenhava um papel importante no comércio global. Contudo, é com o desenvolvimento da grande indústria que essa relação se inverte.

Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, é, ao contrário, a supremacia comercial que dá o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava então. Era o “deus estranho” que se colocava sobre o altar ao lado dos velhos ídolos da Europa e que, um belo dia, com um empurrão e um chute, jogou-os todos por terra. Proclamou a extração de mais-valia como objetivo último e único da humanidade (MARX, 1984, p. 288).

Assim, a existência do capital produtivo se sobrepõe tanto ao capital mercantil quanto ao estamental. O capital mercantil, nessa relação, “foi revolucionário e conservador ao mesmo tempo. [pois] Ele destruiu a ordem feudal, mas em última instância, foi sempre dependente dela” (KAY apud ROTTA, 1997).

Essa diferença entre o capital produtivo e os capitais mercantil e estamental¹⁰ também produziu diferentes cidades. Merrington (1977) aponta que a mudança do predomínio entre as grandes cidades comerciais que existiam no feudalismo para as cidades industriais nascentes na origem do capitalismo foi reflexo do desenvolvimento do modo de produção dominante. Logo, foram essas condições objetivas que fizeram cidades como Londres prosperarem enquanto *locus* do capital produtivo, e cidades como Nápoles perderem sua importância econômica, já que desempenhavam um papel predominantemente mercantil.

Da mesma forma que o capital produtivo não foi uma evolução linear destes dois últimos, as cidades do capital produtivo também não foram uma evolução linear das cidades feudais, e sim uma destruição desses elementos.

Neste atual estágio da argumentação, podemos finalmente apontar uma contradição inerente a esse desenvolvimento. O capital industrial, enquanto força social, é a negação do capital comercial, pois torna-o desnecessário, já que inclui a circulação de mercadorias no próprio processo global de produção de capital. Mas é o capitalista mercantil, em grande

¹⁰ Segundo Marx e Engels (2007, p. 54), o capital estamental: “[...] era um capital natural, que consistia na habitação, nas ferramentas e na clientela natural e hereditária, e que tinha de ser legado de pai para filho como capital irrealizável, devido ao intercâmbio não desenvolvido e à circulação incompleta. Esse capital não era, como o moderno, calculável em dinheiro e para o qual é indiferente se ele é aplicado em uma ou outra coisa, mas sim um capital imediatamente ligado ao trabalho determinado do possuidor e inseparável dele”.

medida, que se torna o capitalista industrial. Os sujeitos que personificam o capital acompanham o desenvolvimento de um capital ao outro, mesmo que esses diferentes tipos de capitais sejam mutuamente excludentes.

O processo de transformação que conduz a uma maior divisão do trabalho reflete a ascensão da propriedade privada, para além da propriedade imóvel e móvel, em que o trabalho não dependa de ordens e relações de proximidade entre classe dominante e classe dominada, e que seja alienante por si mesmo para o trabalhador. Eis que chegamos na quarta propriedade, característica do modo de produção capitalista, a propriedade burguesa.

Tanto a propriedade (terra e ferramentas próprias) dos trabalhadores diretos, camponeses e artesãos, quando a das classes que dominam os trabalhadores diretos, senhores de terra, de escravos e burgueses, são propriedades privadas. Porém com diferenças cruciais. A primeira pressupõe que os meios de produção estejam distribuídos entre diversos detentores dela, cada camponês possuindo sua terra, cada artesão possuindo suas ferramentas. Já a segunda pressupõe que esses meios de produção estejam concentrados nas mãos de poucos detentores, como um grande proprietário fundiário ou um burguês dono de toda uma rede de indústrias.

Segundo Marx (1984, p. 293), o modo de produção baseado na propriedade privada dos trabalhadores diretos, “Em certo nível de desenvolvimento, produz os meios materiais de sua própria destruição”, e além disso, “Pretender eternizá-lo significaria, como diz Pecqueur com razão, ‘decretar a mediocridade geral’”. A sua concentração a transformou em propriedade privada burguesa. Mas esta também não escapa à força da história.

O sistema de apropriação capitalista surgido do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, baseada no trabalho próprio. Mas a produção capitalista produz, com inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação (MARX, 1984, p. 294).

A sua negação, entretanto, não é o retorno, como dito acima, à propriedade privada individual, mas sim uma possibilidade à transformação em propriedade social, fazendo uso do que adquiriu no sistema capitalista, a cooperação do trabalho e a concentração dos meios de produção. A diferença fundamental é que esses meios de produção não mais pertenceriam a um único indivíduo, mas sim à coletividade dos trabalhadores, através de um processo revolucionário.

A ascensão da propriedade burguesa foi forjada em um processo em que a garantia da sobrevivência de muitos indivíduos é posta em segundo plano em relação à garantia de uma minoria a uma condição social de luxos e regalias tão alta quanto o sol. Mas, tal como o Ícaro

grego, ao querer chegar sempre mais próximo do sol, mais as chances de suas asas de cera se derreterem e caírem ao mar, onde afundarão nas águas profundas da história.

Após compreender o processo do surgimento desta propriedade burguesa, no próximo capítulo explicamos a oposição entre o campo e a cidade nesse processo de transição, e como os meios de produção são oportunizados nessa relação capital-trabalho.

4 DA OPOSIÇÃO ENTRE CAMPO E CIDADE NO CAPITALISMO

Este capítulo tem o objetivo de relacionar o desenvolvimento da propriedade privada burguesa com a produção dos espaços do campo e da cidade. Uma oposição crescente é vista entre esses dois espaços na medida em que a propriedade burguesa se torna relação dominante que impera sobre a sociedade, produto da relação capital. As classes que o personificam nesses diferentes espaços se tornam facções que, na medida em que seus interesses entram em conflito, lutam entre si por uma maior parcela da exploração da mais-valia. De outro lado, os trabalhadores assalariados tanto do campo quanto da cidade se encontram numa relação desumanizadora pela qual precisam se submeter à venda de sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

A oposição entre os espaços do campo e da cidade, fruto da divisão do trabalho, tem um processo histórico conflituoso. O campo e a cidade são herdados do modo de produção anterior, e a partir deles, o capital os transforma, superando-os. Por isso nesse primeiro subcapítulo tratamos do processo histórico no qual os meios de produção se transformam paulatinamente em propriedade burguesa. É de interesse mostrar como que, ainda no período da acumulação primitiva, o campo e a cidade vão tomando posições distintas na configuração espacial produzida pelo trabalho.

Já no segundo subcapítulo, entramos mais nas consequências da Revolução Industrial nessa oposição entre campo e cidade. Mostramos como que a máquina, principalmente a que usa o vapor como força motriz, altera as relações de produção agrícola e fabril, intensificando ainda mais a divisão do trabalho em geral e a consequente separação entre os espaços do campo e da cidade. Também mostramos como que as condições de habitação, saúde, trabalho etc. dos trabalhadores do campo e da cidade se transformam, e cada uma na sua especificidade, são sempre deixadas em segundo plano para garantir o crescimento monstruoso do capital, seja fabril na cidade, seja agrário.

4.1 Os meios de produção e a oposição campo e cidade na gênese histórica do capitalismo

Tanto o surgimento das cidades quanto a oposição entre elas e o campo não são uma exclusividade do capitalismo, pelo contrário, são elementos herdados por ele. Para tratar da particularidade da oposição existente entre campo e cidade, específica do modo de produção capitalista, abordamos, inicialmente, sobre a diferença entre essa oposição ao longo da história.

Não é nossa intenção, entretanto, esgotar o tema da oposição nos diferentes modos de produção, e sim, apenas tocar em seus aspectos mais relevantes. Do mesmo modo que antes, nosso recorte ainda permanece, sobretudo, no cenário europeu, já que tratar de todo esse processo de produção das cidades nas diversas organizações sociais que já existiram seria um trabalho muito amplo. Isto posto, comecemos então!

Nos diferentes momentos históricos, tanto a cidade como o campo apresentam funções sociais e classes diferenciadas. Logo, os interesses das classes presentes no campo e na cidade se opõem também de maneira diferente. Por isso, “É impossível circunscrever, portanto, apenas com uma definição o que é uma cidade: as cidades do Oriente antigo, as da época da pólis, as da Idade Média, as dos diversos estágios do capitalismo etc. não podem ser simplesmente postas sob um denominador comum, a partir de um ponto de vista fixo” (LUKÁCS, 2013, s/p).

Assim, o desenvolvimento da divisão do trabalho em geral e a consolidação da propriedade privada na sociedade estabeleceu consigo uma relação de oposição entre o campo e a cidade. Esta oposição é, na realidade, a oposição entre os respectivos sujeitos e seus interesses, ambos em constante transformação. Ao dividir o trabalho em gêneros agrícola, industrial e comercial, divide-se também os indivíduos que realizam esses diferentes trabalhos. Conseqüentemente, os seus interesses se tornam conflitantes. Na Antiguidade, por exemplo, o Estado, representado pela classe dominante na cidade, cobram tributos dos trabalhadores livres, como dos camponeses (no campo) e dos comerciantes (na cidade).

A oposição entre cidade e campo só pode existir no interior da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade determinada, a ele imposta – uma subsunção que transforma uns em limitados animais urbanos, outros em limitados animais rurais e que diariamente reproduz a oposição entre os interesses de ambos (MARX; ENGELS, 2007, p. 52, grifo nosso).

Contudo, ao longo da história, a cidade e o campo, bem como a oposição existente entre eles, tiveram importâncias diferentes nas sociedades. Na Antiguidade, a cidade servia como centralização política da nação. Apesar da maior parte das relações econômicas serem efetivadas no campo, com o predomínio do cultivo de plantações agrícolas e criação de animais de pasto, a classe dominante que habitava a cidade detinham o controle de suas trocas, e o domínio geral das terras com o processo de escravidão.

Na Antiguidade, a cidade *política* organizava, dominava, protegia, administrava, explorava um território com os seus camponeses, aldeões, pastores, etc. Nalguns casos, como Atenas e Roma, esta cidade política conseguiu dominar, tanto pela guerra como pelas trocas (troca pura e

comércio), territórios incomparavelmente mais vastos do que os seus arredores imediatos (LEFEBVRE, 1972, p. 41, grifo do autor).

Logo, a oposição entre campo e cidade já surge nesse mesmo período com a divisão do trabalho em geral. Segundo Marx e Engels (2007, p. 90), na Antiguidade já existia “[...] a oposição entre cidade e campo e, mais tarde, a oposição entre Estados que representam o interesse da cidade e aqueles que representam o interesse do campo; e, no interior das próprias cidades, encontramos a oposição entre a indústria e o comércio marítimo”.

Diferente da Antiguidade, na Idade Média não só a produção econômica estava predominantemente no campo, mas também a esfera política encontrava neste espaço o seu *locus*. A política e a economia estavam organizadas de forma hierárquica dentro dos feudos e aos controles de uma nobreza rural e do clero. O campo se torna proeminente por que a classe dominante vive lá, pois “O senhor apoia-se nos campos; domina um território reduzido e quer expandi-lo” (LEFEBVRE, 1972, p. 41).

O trabalho no início do feudalismo era “[...] marcado pela fraca produção de excedente e pela pequena expressão do comércio para além dos limites locais” (MORAES; COSTA, 1999, p. 81). Em decorrência da crise do Império Romano, as cidades se tornam enfraquecidas e são atacadas frequentemente por bárbaros, e nessa imprevisibilidade, os meios de produção são reconstruídos em um processo lento nas localidades, não expandindo nos arredores circunvizinhos.

Nesse período, muitas cidades foram parcialmente destruídas, saqueadas, e somente depois de um longo período de restauração, estas começam a se tornar relevantes no século XII com a concentração da produção artesanal e de um mercado crescente. As classes que representavam essas atividades, os mestres artesãos e a burguesia mercantil, vão fortalecendo seu poder político. Conseqüentemente, se intensifica uma oposição entre os interesses das classes do campo e da cidade.

Em primeiro lugar, e este é talvez o aspecto mais importante, a ineficiência da organização senhorial da produção – a qual com certeza passara despercebida enquanto não tivera rival – revelava-se agora claramente, por contraste com um sistema mais racional de especialização e de divisão do trabalho. Os bens manufaturados¹¹ podiam ser comprados mais baratos do que se fossem feitos em casa, e essa pressão para comprar gerou uma pressão para vender. Juntas, essas pressões exerceram poderosa influência no sentido de trazer as propriedades feudais para a órbita da economia de troca. “De que serviam agora”, pergunta Pirenne, “as oficinas domésticas, que, em toda senhoria

¹¹ Os produtos manufaturados citados por Sweezy não são aqueles produzidos dentro das manufaturas baseadas na divisão do trabalho em detalhes e no trabalho assalariado. Há nesta passagem apenas uma coincidência dos termos, mas não dos conceitos.

importante, costumavam manter grande número de servos a fim de produzirem tecidos ou instrumentos agrícolas, muito inferiores aos que agora eram feitos pelos artesãos da cidade mais próxima? Em quase toda parte, elas foram deixando de existir, no decurso do século XII" (SWEEZY, 1977, p. 53-54).

Além disso, a oposição entre campo e cidade se torna, aos poucos, mais conflituosa, a ponto de as classes da cidade precisarem se unir contra a nobreza rural dos feudos.

Na Idade Média, os burgueses eram forçados, em cada cidade, a se unir contra a nobreza rural a fim de salvar sua pele; a expansão do comércio e o desenvolvimento das comunicações levaram as diversas cidades a conhecer outras cidades que haviam defendido os mesmos interesses na luta contra a mesma *oposição* (MARX; ENGELS, 2007, p. 63, grifo nosso).

A “nobreza de rapina” tinha interesses opostos às classes em ascensão das cidades (MARX e ENGELS, 2007, p. 91). Esses interesses divergentes dos sujeitos caracterizam um marco na oposição entre campo e cidade no feudalismo. Segundo Lefebvre (1972):

Contra quem se dirige esta [estrutura feudal]? Simultaneamente *contra a classe produtora* dominada (a dos camponeses) e *contra as cidades* (contra os seus habitantes, “os burgueses” que se entregam ao comércio e às trocas). Trata-se de uma *dupla luta de classes*, luta sobretudo encarniçada entre burgueses e senhores, e dela nasce a revolução urbana da Idade Média e o aparecimento do Estado monárquico (LEFEBVRE, 1972, p. 42, grifos do autor).

Logo, a oposição entre campo e cidade só ocorre numa fase mais desenvolvida do sistema feudal, já com a ascensão das classes urbanas. Nas cidades, a propriedade corporativa era uma organização feudal dos oficiais do capital mercantil. “Longe de ser fixo, muito menos exclusivamente ‘rural’, o feudalismo foi o primeiro modo de produção na história a permitir, por sua própria ausência de soberania, um lugar estrutural autônomo para a produção urbana e para o capital mercantil” (MERRINGTON, 1977, p. 225).

Dessa forma, a cidade foi se tornando um espaço autônomo em relação ao campo e os interesses das classes desses dois espaços se tornou cada vez mais divergentes. A exemplo disso, Merrington (1977) resgata uma manifestação concreta dessa divergência de interesses. Segundo o autor:

Na Escócia, os burgos reais cercavam-se de suas regalias, no interior das quais "apenas burgueses podiam desempenhar qualquer atividade de comércio varejista, mesmo de produtos nativos", monopólio que só foi rompido, e assim mesmo parcialmente, no final do século XVII. No caso de Flandres [na Bélgica], o fracasso dos centros têxteis em criar uma forma de "cidade-estado" tem sido atribuído à "preocupação exclusiva do burguês com sua cidade e seus interesses urbanos", sua "tendência a isolar-se do campo", impedindo o

estabelecimento de uma unidade econômica viável de cidade e campo. Como diz Polanyi, a cidade tanto "envolvia o mercado como impedia sua maior expansão". O crescimento da cidade dependia de suas especificações, que eram a salvaguarda de seu monopólio contra o campo, e que lhe permitia "explorar economicamente o campo através de seus preços monopolistas, sistema de tributação, organização em guildas, fraudulência comercial direta e usura" [Marx] (MERRINGTON, 1977, p. 230).

Durante o período da acumulação primitiva, a separação entre o campo e a cidade se amplia. A produção agrícola se volta cada vez mais para o fornecimento de matérias primas para às manufaturas, que se concentram principalmente nas cidades. As indústrias domésticas do campo perdem cada vez mais espaço de atuação com o desenvolvimento da produtividade das manufaturas. Mas "Somente a grande indústria fornece, com as máquinas, a base constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria do povo do campo e completa a separação entre a agricultura e a indústria rural doméstica, cujas raízes – fiação e tecelagem – ela arranca" (MARX, 1984, p. 284).

Esse desenvolvimento urbano e rural típico do capitalismo, de outro modo, faz com que tanto as atividades políticas quanto as econômicas se tornem centralizadas nas cidades. A classe dominante, a saber, a burguesia, se consolida enquanto uma classe cidadina, trazendo para este espaço urbano os pesos político e econômico. Assim, é no capitalismo que as diferenças históricas se tornam mais evidentes ao se tratar do papel da cidade e do campo e como elas se opõem nos diferentes modos de produção. Isso porque, na concepção materialista da história:

*A anatomia humana contém a chave para a anatomia do macaco*¹². Os indícios de desenvolvimentos superiores entre as espécies animais subordinados, contudo, pode ser compreendida apenas depois de conhecido o desenvolvimento superior. A economia burguesa, desse modo, fornece a chave para a antiga etc. (MARX apud MESZÁROS, 2011, p. 701, grifos do autor).

É por essa perspectiva que o desenvolvimento histórico superior das cidades e do campo nos permite compreender melhor a relação entre eles e a oposição entre os indivíduos que neles vivem. Sendo a divisão de trabalho entre o campo e a cidade, umas das maiores determinações históricas – *a mais crassa*, nas palavras de Marx e Engels – podemos entender que, nas relações modernas existentes da configuração do campo e da cidade estão inseridas

¹² Da mesma forma que Engels, Marx, no mesmo contexto histórico, concebia o macaco na mesma linha evolutiva humana. Ver esclarecimento já realizado na nota 3. Ressalta-se aqui, não essa inverdade, mas o sentido da expressão de Marx de que é mais compreensível a formação da sociedade por uma análise da realidade atual. Compreendendo o seu contexto histórico, sua analogia ainda possui validade.

tanto resquícios, quanto a extinção de processos econômicos passados. Esse acúmulo de relações nos permite perceber que:

A urbanização do campo, através da industrialização da agricultura, é hoje uma realidade indiscutível e algo que Marx previu. “A história da Antiguidade Clássica”, disse ele, “é a história das cidades fundadas sobre a propriedade da terra e sobre a agricultura. A Idade Média (período germânico) começa tendo a terra como o assento da História, cujo desenvolvimento posterior avança, então, na contradição entre cidade e campo; *na época moderna ocorre a urbanização do campo e não a ruralização da cidade como na Antiguidade*” (SMITH, 1988, p. 165, grifo nosso).

Como afirmaram Marx e Engels (2007, p. 52), a separação entre o campo e a cidade pode ser considerada “[...] como a separação entre capital e propriedade da terra, como o início de uma existência e de um desenvolvimento do capital independentes da propriedade da terra, o início de uma propriedade que tem como base apenas o trabalho e a troca” (MARX; ENGELS, 2007, p. 52). Do mesmo modo, Marx e Engels só puderam compreender esse aspecto da oposição entre campo e cidade pois já tinham uma concepção mais desenvolvida sobre *capital*, para além das concepções rudimentares das sociedades antigas, nas quais “O capital, como capital comercial ou capital-dinheiro, aparece nessa abstração precisamente ali onde o capital ainda não é o elemento dominante das sociedades” (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 701).

A consolidação do capital enquanto uma propriedade móvel, despreendida da terra, tem seu ápice com sua concentração nas cidades. Ao longo da história, atividades econômicas como a produção industrial e o comércio, se tornaram, pela divisão do trabalho em geral, especialidades das cidades. Contudo:

Somente a grande indústria fornece, com as máquinas, a base constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria do povo do campo e completa a separação entre a agricultura e a indústria rural doméstica, cujas raízes – fiação e tecelagem – ela arranca. Portanto, é só ela que conquista para o capital industrial todo o mercado interno (MARX, 1984, p.284)

Portanto, é o desenvolvimento da mecanização das produções urbana e rural que promove a subsunção real do trabalho ao capital e, conseqüentemente, a consolidação do sistema capitalista. Por conseguinte, essa mecanização vai também estabelecer de uma vez por todas a relação típica entre o campo e a cidade nessa formação socioeconômica. No próximo subcapítulo damos continuidade a análise do desenvolvimento desses dois espaços, agora cindidos, pela implantação e generalização da maquinaria da produção tanto urbana quanto rural.

4.2 O campo e a cidade no capitalismo consolidado pela Revolução Industrial

A produção da manufatura mostra seus limites para a acumulação do capital, porque expressa necessariamente os limites humanos na aceleração da produtividade. Cada trabalhador, com limitados números de membros, que inclui a coordenação eficaz de mãos e pés, só pode operar um limitado número de ferramentas, não potencializando a produção da quantidade de produtos para gerar capital ao gosto da cobiçosa burguesia.

A única forma de superar esse limite é a utilização de um mecanismo que possibilite a um único trabalhador operar uma quantidade de ferramentas superior à sua quantidade de membros. Eis que emerge, na produção, a maquinaria.

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força. Aí temos a máquina, mas apenas como elementos simples da produção mecanizada (MARX, 1984, p. 10).

Com a inserção da maquinaria no chão da fábrica o trabalhador não opera as ferramentas com suas próprias mãos. Estas são transformadas em máquinas-ferramenta, modificadas para não precisarem do controle direto do operário. Sua função é apenas pôr a máquina em movimento, com operações simples e repetitivas, muitas vezes se limitando a apenas vigiá-la. Mesmo a força motriz não advém necessariamente daquele que a opera, podendo ser também de origem hidráulica, eólica ou animal. Contudo, Marx (1984) aponta que, apesar de grandes avanços, essas forças motrizes ainda não movimentavam grandes quantidades de máquinas. Assim, a força à vapor assume o posto de principal fonte de energia.

A diferença entre esta última e as que a precederam é justamente sua potência mecânica. Aumentando o tamanho da máquina-motriz, que gera a força para pôr em movimento as máquinas-ferramenta, foi possível transformar toda uma indústria em um sistema de máquinas movida por uma única fonte de energia.

Como sistema articulado de máquinas de trabalho, que recebem seu movimento apenas de um autômato central através de uma maquinaria de transmissão, a produção mecanizada possui sua forma mais desenvolvida. No lugar da máquina individual surge aqui um monstro mecânico, cujo corpo enche prédios fabris inteiros e cuja força demoníaca, de início escondida pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros gigantescos irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho propriamente ditos (MARX, 1984, p. 14).

A máquina a vapor proporcionou que as cidades centralizassem ainda mais a produção fabril, que antes possuía focos espalhados pelo campo. Isso porque a força hidráulica, muito utilizada antes da máquina a vapor, dependia de condições naturais específicas de uma queda d'água, e as fábricas que a utilizavam precisavam ficar perto de rios. Por isso o uso da máquina a vapor, que só dependia do consumo móvel do carvão e da água, permitiu “[...] a concentração da produção em cidades ao invés de, como a roda d'água, dispersá-la pelo interior, universal em sua aplicação tecnológica, dependendo sua localização [da máquina a vapor] relativamente pouco de condições locais” (MARX, 1984, p. 11).

Desse modo, o desenvolvimento da máquina a vapor e sua disseminação em outros setores de produção supera tanto os limites humanos do trabalhador, quanto os limites naturais. Mas, além destes, esse desenvolvimento tecnológico supera também os limites espaciais, ao expandir os meios de transporte e comunicação, garantindo à grande indústria sua realização “[...] com sua velocidade febril de produção, sua escala maciça, seu continuo lançamento de massas de capital e de trabalhadores de uma esfera da produção para a outra e suas recém-estabelecidas conexões no mercado mundial”. Algumas das invenções neste ramo, surgidas com a Revolução Industrial, foram “[...] navios fluviais a vapor, ferrovias, transatlânticos a vapor e telégrafos, ao modo de produção da grande indústria” (MARX, 1984, p. 16), que potencializa uma nova condição/produção espacial.

Esse rebatimento das grandes máquinas de transporte e comunicação vão expandir o sistema do capital surgido no cenário europeu, criando a estrutura espacial global vital para a perpetuação do capital enquanto uma força permanentemente expansiva. Engels (2010), ao tratar desse mesmo aspecto da Revolução Industrial, diz que quando essas novas invenções são empregadas:

[...] em escala internacional, compreende-se que então se tornou realidade o que antes era apenas uma potencialidade: o *mercado mundial*. Até aquele tempo, o mercado mundial era constituído apenas por uns poucos países, fundamental ou exclusivamente agrícolas, nucleados em torno de um grande centro industrial, a Inglaterra, que consumia a maior parte de suas matérias-primas excedentes e fornecia-lhes, em troca, a maior parte dos produtos industriais de que necessitavam. É, pois, facilmente explicável o caráter extraordinário do progresso industrial inglês, a ponto de o seu nível em 1844 nos parecer hoje quase insignificante e primitivo (ENGELS, 2010, p. 347, grifo do autor).

Isso mostra que a expansão das relações capitalistas pelo mundo devido à utilização das máquinas não só alterou a divisão do trabalho entre campo e cidade em uma escala nacional de mercado interno. Entra aqui a importante divisão internacional do trabalho, que irá

especializar determinados territórios nacionais também em gêneros de produção (agrícola e industrial). Essa divisão vai criando um mercado mundial, como apontado por Engels, cada vez mais dividido em especialidades.

Esse capital desenvolvido pela maquinaria provocou, já no modo de produção capitalista consolidado na Revolução Industrial, outras profundas mudanças tanto na cidade e no campo, quanto nos sujeitos que habitavam nestes locais. Um dos aspectos que é mais visível nessa mudança é a concentração de trabalhadores desprovidos de meios de produção nas cidades e a consequente formação do exército industrial de reserva, como vimos anteriormente.

Entretanto, é preciso advertir que, mesmo considerando que esse desenvolvimento tecnológico empurrou a sociedade para um maior dinamismo nas relações sociais, isso não altera o fato de que ainda é o trabalho que ocupa a condição fundante do ser social, mesmo que este trabalho esteja sendo “levado” pela técnica em determinados períodos da história.

A necessidade de concentrar uma grande quantidade de trabalhadores em um só lugar para garantir uma reprodução do capital mais eficiente é uma das características do modo de produção que vai determinar as cidades típicas do capitalismo. Engels (2010) relata como que, nos bairros periféricos das cidades da Inglaterra, os trabalhadores viviam amontoados em casebres insalubres os quais possuíam apenas um cômodo, o banheiro sendo um buraco no chão, reunindo cerca de 10 membros da família que viviam juntos, muitas vezes sem camas ou cobertores. As casas eram construídas tão próximas umas das outras que as varandas dos cortiços eram praticamente conectadas com as que ficavam do outro lado da rua, deixando os espaços entre elas nas sombras quase que o tempo todo. Alguns trabalhadores viviam em tamanha condição de miséria que os trapos que vestiam eram sua única roupa. Ainda para o autor:

Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha (ENGELS, 2010, p. 70).

Ainda segundo Engels (2010), não foi apenas a cidade que se tornou um lugar de miséria para os trabalhadores assalariados. O autor mostra que, no campo, os jornaleiros, camponeses que trabalhavam por jornadas diárias, ou os pequenos arrendatários, que alugavam porções de terras para poder produzir com seu próprio trabalho, viviam em total insegurança no que se refere a ter garantias de sua sobrevivência. Ele afirma que a população do campo teve sua situação suportável por mais tempo que a da cidade. Contudo, quando a indústria se tornou

desenvolvida a ponto de não conseguir mais absorver a população excedente que vinha do campo, a situação se agravou.

Até mesmo a caça, ainda que para atender as necessidades imediatas daqueles que não tinham condição de comprar os meios de subsistência, era proibida por lei, exceto para os nobres; por mais que essa caça existisse em abundância. Muitos camponeses foram presos, deportados, e alguns mortos em confronto com a guarda florestal. A situação na Irlanda ainda era pior “As pessoas moram em casas que são verdadeiros estábulos, mal comem durante o inverno [...], durante 30 semanas têm batatas que mal chegam para matar a fome e durante as outras 22 [no período do inverno] nada lhes resta” (ENGELS, 2010, p. 303).

A situação era tão agravante que alguns relatórios de pesquisa apontados por Marx (1984, p. 235) comparavam as condições de alimentação e trabalho dos criminosos condenados a trabalhos públicos forçados, de um lado, e dos trabalhadores livres do campo, de outro. Foi constatado que estes primeiros possuíam melhores dietas e trabalhos menos árduos que os segundos. Isso fazia com que algumas pessoas preferiam estar encarceradas do que sujeitas à própria sorte no mercado de trabalho.

A habitação desses trabalhadores do campo também não se diferia muito das apontadas por Engels ao falar sobre a situação dos operários urbanos. Trazendo à tona o *Public Health. Seventh Report* (Sétimo Relatório de Saúde Pública) de 1864, Marx (1984, p. 240) aponta que “O Dr. Hunter investigou 5 375 *cottages* de trabalhadores rurais não só nos distritos puramente agrícolas, mas em todos os condados da Inglaterra. Desses 5 375, 2 195 tinham só 1 quarto de dormir (frequentemente ao mesmo tempo sala-de-estar), 2 930 só 2 e 250 mais de 2”. Isso fazia com que o amontoamento de pessoas facilitasse a transmissão de doenças contagiosas, provocando epidemias entre os trabalhadores que dormiam no mesmo quarto.

Podemos fazer mais um comparativo entre os sujeitos trabalhadores do campo e da cidade, ocorreu na mesma época na Inglaterra. A Lei dos Cereais impedia a importação de cereais para evitar a ampla concorrência de mercado interno e manter o lucro britânico com o estável preço de venda dos mesmos. No entanto, com a lotação das cidades pela massa industrial de reserva, os trabalhadores do campo se veem impedidos de lá venderem sua força de trabalho, se submetendo a condições de exploração no campo, em que a relação patriarcalista foi sendo substituídas por relações assalariadas de baixos salários e impostos pelo usufruto da terra (ENGELS, 2010). A comparativa miséria torna-se cada vez naturalizada e intensiva de acordo o aumento da massa de reserva.

Assim, camponeses tendiam a se submeter neste sacrifício, até mesmo institucionalmente com a distribuição da miséria, tanto com a divisão do ganho do trabalho em

coletivo, como da divisão dos pagamentos dos impostos na Casa dos Pobres. A rotina de trabalho seguiu com promessas sobre a lei citada tanto argumentada por proprietários fundiários, quanto pelos capitalistas donos de fábricas à sua conveniência e ao seu dispor. Uma relação de interesses a partir de estratégias de oposição entre o campo e a cidade.

Enquanto os industriais prometem a seus operários céus e terra se as leis sobre os cereais forem *revogadas*, proprietários e arrendatários prometem mundos e fundos a seus trabalhadores se as mesmas leis forem *mantidas*. Em qualquer dos casos, os proprietários não conseguem conquistar os trabalhadores para suas posições: assim como os operários fabris, os jornaleiros agrícolas mostram-se inteiramente indiferentes à supressão ou manutenção das leis sobre os cereais (ENGELS, 2010, p. 299-300, grifos do autor).

Essa disputa se tornou sempre mais encarniçada entre os capitalistas da cidade e do campo. Ao mesmo tempo que a burguesia industrial atacava a manutenção das leis do trigo, também a aristocracia fundiária revidava em seu discurso, sob forma de crítica às condições dos trabalhadores fabris e o amparo dessa relação pela legislação fabril, as atitudes dos burgueses industriais em relação aos seus trabalhadores.

Um velho ditado inglês diz que quando dois bandidos se caem no pêlo, algo de bom sempre acontece. E, de fato, a barulhenta e apaixonada briga entre as duas facções da classe dominante para saber qual das duas explorava mais desavergonhadamente o trabalhador tornou-se, à direita e à esquerda, parteira da verdade (MARX, 1984, p. 232).

E, por certo, com a revogação britânica da Leis dos Cereais em 1846, “A realidade comprovou a mentira dessas promessas. O capital industrial da Inglaterra, que se fortaleceu por meio da revogação das leis do trigo, reforçou seus ataques aos interesses vitais da classe trabalhadora” (MARX, 1983, p. 223, nota 50). Tudo isso não passava de demagogia para convencer os trabalhadores da cidade e do campo de que as classes dominantes tinham algum interesse em uma melhoria das suas condições de miséria.

Contudo, esse discurso reflete uma dinâmica real apontada por Merrington (1977). O preço do trigo, no período analisado por Engels, constituía também uma parte do preço da força de trabalho, já que ele era a base alimentar dos trabalhadores. Em decorrência disso, o capital já amadurecido adquire uma capacidade de se apropriar dos discursos utópicos (promessas econômicas, discursos ecológicos etc.) e redefine qualitativamente o que é a oposição entre campo e cidade. Segundo Merrington:

[...] a oposição cidade-campo se torna a dos *preços agrícolas versus industriais*, uma determinação cada vez mais política ao invés de baseada no preço de mercado (subsídios, quotas, preços fixos), pois a necessidade [é] de

controlar o custo da reprodução da mão-de-obra – o preço do reformismo nos nossos dias – essa determinação vai contra o interesse dos produtores agrícolas (MERRINGTON, 1977, p. 242, grifo do autor).

A inevitável revogação dessas leis, ao vir à tona na realidade inglesa, forçou as classes dominantes do campo a desenvolver sua produção, já que, com a importação do trigo de outros países, eles estariam mais suscetíveis à concorrência capitalista no mercado. Isso fez com que a produção do espaço agrário inglês se transformasse mais uma vez, com a construção de

Drenagem em larga escala, novo sistema de alimentação em currais e de cultivo de forragens artificiais, introdução de aparelhagem mecânica de adubação, novo tratamento da terra argilosa, uso mais elevado de adubos minerais, utilização da máquina a vapor e toda espécie de nova maquinaria de trabalho etc., e, sobretudo, a cultura mais intensiva do solo caracterizam essa época (MARX, 1984, p. 234).

Evidentemente, os custos desse desenvolvimento sempre se recaem às condições de vida dos trabalhadores, que sustentam os custos dos avanços do capital. Além disso, os trabalhadores não são a única fonte de riqueza que sofre terrível degradação com o avanço do capital no campo. Este avanço “[...] não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade (MARX, 1984, p. 102).

Até aqui pudemos concluir que o progresso do capital altera completamente o campo e a cidade, bem como as relações sociais que existem nestes. As classes que surgem e que se realizam nesses diferentes espaços vão construindo interesses opostos, mesmo que ambos estejam nivelados com o desenvolvimento do capital em geral. Daí a disputa entre capitalistas da cidade e do campo, “facções da classe dominante” que personificam uma única força social, o capital.

A partir da disputa entre as facções da classe dominante do campo e da cidade, Merrington (1977) analisa o que acontece com as diferentes cidades e com o campo no desenvolvimento capitalista.

Em primeiro lugar, o campo tem um lugar fundamental nessa relação. As grandes cidades possuem uma “[...] dependência de um frágil sistema de fornecimento e da imigração rural, mesmo para manter sua população num nível constante, torna evidente este ponto” (MERRINGTON, 1977, p. 243). Logo é imprescindível para o desenvolvimento capitalista das cidades que também haja um desenvolvimento no campo.

Em segundo lugar, o autor analisa as cidades baseadas na propriedade corporativa que vão perdendo a importância em relação às cidades industriais. As primeiras vão se redefinindo qualitativamente, se tornando pontos turísticos ou centros de redistribuição. Já as segundas vão adquirindo cada vez mais importância econômica e política, se tornando grandes metrópoles. Contudo o autor alerta que:

É evidente que essas redefinições qualitativas não resultaram de "cidades" como protagonistas da história: foi o modo dominante de produção que determinou as condições globais segundo as quais as cidades prosperaram ou não. As cidades, a despeito de seu papel de marca-passo *cultural*, tanto refletiam as condições da acumulação rural como contribuíam para a mesma (MERRINGTON, 1977, p. 243, grifo do autor).

Tudo isso aponta para uma reflexão da oposição entre cidade e campo onde não haja uma “[...] concepção unilinear de ‘urbanização’ como um processo correlato ao crescimento econômico, nem [uma] ação autônoma de uma ‘economia urbana’ que agisse externamente sobre o campo” (MERRINGTON, 1977, p. 242).

O capital, sendo essa força social totalizante, penetra tanto no espaço do campo, quanto no da cidade, indistintamente, se apropriando de qualquer trabalho excedente que puder. Sobre isso, Williams (1989) levanta a questão:

E, à medida que ganha importância a ordem urbana fundamentada no dinheiro, para onde vai o grosso do novo capital, senão de volta para o campo, a fim de intensificar o processo de exploração? A ganância e a mesquinhez, tão fáceis de serem isoladas e concentradas na cidade, retornam visivelmente para as mansões senhoriais, cercadas de plantações e trabalhadores. E trata-se de um processo duplo. A exploração do homem e da natureza, que tem lugar no campo, é concretizada e concentrada na cidade. Por outro lado, porém, os lucros provenientes de outros tipos de exploração – a riqueza acumulada do comerciante, do advogado, do cortesão – vão penetrar o campo, como se (mas trata-se de uma aparência apenas) fosse um novo fenômeno social (WILLIAMS, 1989, p. 72)

Assim, podemos considerar a produção econômica e social como consequência mútua nas relações entre o campo e a cidade, e não como supremacia da cidade sobre o campo. Ao mesmo tempo que o campo fornece a base material e populacional para as cidades, a produção industrial que existe nestas últimas revoluciona de forma dinâmica a agricultura. Isso acontece porque o capital que se concentra nas cidades, se expande e passa também a transformar radicalmente o campo. “As necessidades de revolucionamento social e as antíteses do campo são, assim, niveladas às da cidade” (MARX, 1984, p. 101) na medida em que substitui constantemente o camponês pelo trabalhador assalariado. Assim, o capital passa a ser imperativo em todas as relações de produção, mesmo que sua concentração esteja mais

densamente nos espaços das cidades. Essa concentração de capital urbana, sem perder de vista a análise de reciprocidade, faz Williams (1989) concluir que:

Assim, concordo em ver a cidade como representação do capitalismo, tal como muitos estão fazendo agora, desde que possa afirmar também que este modo de produção teve origem especificamente na economia rural da Inglaterra e lá produziu muitos dos efeitos característicos – aumento de produção; reorganização física de um mundo totalmente disponível; deslocamento de comunidades tradicionais; a formação de um resíduo humano que veio a se transformar numa força, o proletariado – que foram posteriormente encontrados, em diversas formas, em cidades e colônias e em todo um sistema internacional (WILLIAMS, 1989, p. 391).

Após ter as relações desvendadas sobre o período da origem e consolidação do capitalismo, algumas considerações podem ser feitas sobre a oposição entre campo e cidade nos tempos do final do século XX e início do século XXI. Este próximo capítulo trata de responder as questões: a oposição e a divisão do trabalho entre campo e cidade, que existiram na origem do modo de produção capitalista, ainda se mantém nos dias de hoje? De outro modo, elas desapareceram ou se transformaram? Estes termos – oposição e divisão do trabalho – seria o mesmo que o que se designa por “relação campo-cidade”, conceito usado frequentemente nas pesquisas geográficas sobre o tema? Vejamos a seguir.

5 SOBRE A ATUALIDADE DA OPOSIÇÃO ENTRE O CAMPO E A CIDADE

É muito comum na ciência geográfica encontrarmos autores que afirmam uma transformação significativa nas relações entre campo e cidade na atualidade.

De um lado, dentro de perspectivas que compreendem o desenvolvimento capitalista como o maior avanço que a humanidade já produziu, encontramos teorias como as de Inácio Rangel e Orlando Valverde, já criticadas por Oliveira (2004), que afirmam que o campo é meramente produto de resquícios feudais, que está em vias de desaparecimento, em sua total redefinição com a ampliação do trabalho assalariado, vendo contraditoriamente a possibilidade de avanço na sociedade através da luta pela reforma agrária.

Outros pesquisadores como José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga acreditam que o campo vem se transformando enquanto uma extensão da cidade (de suas relações de produção, de seu modo de vida etc.), estando os *camponeses* prestes a desaparecer ao serem proletarizados, abandonando as práticas camponesas tradicionais, da pequena propriedade e do trabalho familiar, transformando progressivamente o campo em um grande *lôcus* do agronegócio capitalista, altamente modernizado, com grande inserção de tecnologias para o aumento de sua produtividade agroindustrial. Estes autores, diferente dos primeiros citados, acreditam que as contradições sociais seriam solucionadas através do desenvolvimento urbano nacional, e os sujeitos do campo condicionados nessa lógica produtiva de mercado, seriam *pluriativos* em suas atividades denominadas *rururbanas*, não dependendo mais da terra e sendo melhor definidos enquanto *agricultor familiar*. Souza (2008) sabiamente critica o pensamento desses autores, afirmando que:

Com base neste discurso, os serviços e a indústria passam a representar opções de “ocupação” para as famílias rurais, levando os defensores dessa vertente a afirmarem que não haveria mais uma oposição entre o rural e o urbano, havendo, agora, uma espécie de “integração”, de *continuum* rural-urbano. Este conjunto de transformações é reunido sob a expressão de **Novo Rural**, e no Brasil, tem em José Graziano da Silva um de seus principais defensores (SOUZA, 2008, p. 329, grifos da autora).

Nesse debate sobre o *continuum*, alguns autores vão tendenciando seus discursos nas relações urbanas, concatenados com a afirmação da predominância do consumo no campo e na cidade, em que inevitavelmente um “novo rural” deve emergir da exploração de trabalho dos sujeitos. Analisamo-los com mais detalhes.

Sposito (2006), pesquisadora que também defende uma concepção de inspiração lefebvriana com ênfase nas relações urbanas traz algumas contribuições sobre a relação entre o

campo e a cidade nos diferentes modos de produção. Entretanto, a autora, ao fazer análise da *complementariedade entre espaços*, relega a importância *dos sujeitos*, e tão pouco chega a compreender a categoria trabalho, primordial no entendimento dessa problemática. Ela se fundamenta nas “condições técnicas e econômicas” para confirmar um intenso processo de urbanização, e conduz suas análises em *atributos* como a concentração demográfica (quantidade populacional), diferenciação social (densidade demográfica) e unidade espacial, que não explicam em sua totalidade, as contradições inerentes da divisão do trabalho. A autora, fundamenta-se também em Milton Santos, para afirmar que com o desenvolvimento da técnica a oposição entre campo e cidade foi superada, pois espaços urbanos e rurais foram transformados numa espécie de “amalgama”, reafirmando um devir urbano como uma pretensa homogeneização inviável em nossa concepção, tão quanto é inviável a toda forma de trabalho se tornar assalariada no capitalismo. Nesse sentido, vemos algumas complicações em sua interpretação devido ao afastamento, ou até mesmo a perda da leitura das contradições, que se reproduzem em ambos os espaços, e apesar de não ser o seu foco, omite a questão agrária fundamental para compreender o campo e a cidade no século XXI.

Com uma interpretação similar à da autora anterior, Joao Rua (2006), outro pesquisador geógrafo, não debruça sobre a divisão do trabalho ao tratar o campo e a cidade, e também afirma esse “amalgama” existente entre espaços urbano e rural, mas com o diferencial de que se trata de territórios híbridos que misturam harmoniosamente a *cultura* urbana com a rural, se tornando ora “urbanidades no rural”, ora “ruralidades no urbano”. Essa visão perpassa apenas ideologicamente a realidade, sem dirigir a uma objetividade concreta de seus estudos.

Da mesma forma, Fernandes e Ponte (2002) afirmam a concepção de “novas ruralidades”, no entanto embasadas nas transformações do campo com a implantação de políticas públicas. Os autores trazem contradições vivenciadas nas relações de trabalho, mas tão quanto Alentejano (2003), o qual se inspiram, se perdem nessas denominações, afirmando que não existe somente um território designado “novo rural”, mais a possibilidades de existência de “novos rurais e novos urbanos” para identificar atividades que possam ser produtivas na reprodução do capital.

Percebemos, que essa visão do “novo rural”, mesmo que este não seja um objetivo premeditado, são hipóteses criadas que sustentam os anseios da classe dominante agrária tentando maquiagem a luta de classes, com as míseras possibilidades de garantia de sobrevivência do trabalhador do campo. Para Alentejano (2003), essas possibilidades para os trabalhadores são vinculadas com a distribuição de terras inaproveitadas ou mal aproveitadas, restos dos grandes latifundiários. Contraditoriamente, Fernandes e Pontes (2002) percebem que essa

medida que visa “formar núcleos habitacionais, de reserva de mão-de-obra e que dispendam de pouca quantidade de terra é uma das soluções mais viáveis para demonstrar o ‘interesse’ do Estado em auxiliar os trabalhadores rurais” (FERNANDES; PONTE, 2002, p. 125). Logo, esses três últimos autores levantam questões da complementariedade, e em suas concepções particulares, defendem que a superação dos problemas sociais será por vias dentro deste sistema, o que os fatos históricos analisados já mostraram inviável. Diferente da perspectiva desses, expomos a nossa mais à frente.

Sobre os autores que citamos inicialmente e que afirmam a inexistência do campo, já existe alguns textos que sintetizam criticamente suas diversas formulações como Marques, (2002), Oliveira (2004), e Souza (2008; 2010). Portanto, iremos voltar nossos olhares nestes, dentre outros autores da linha de pensamento crítico, *em sua maior parte* da Geografia, tendo por foco a continuidade do debate da oposição, tanto para utilizar da contribuição de raciocínio dos capítulos anteriores, quanto para avançarmos nas pesquisas geográficas marxistas que vem sendo desenvolvidas sobre a contradição entre o campo e a cidade.

Nessa análise crítica ao sistema capitalista, encontramos tanto autores que enxergam na classe camponesa um foco de resistência contra hegemônico que entra em conflito com a reprodução da propriedade privada burguesa, contendo, assim, uma força social para superá-lo (MARQUES, 2002; SOUZA, 2008); quanto autores que compreendem a expansão das relações urbanas como central tanto no desenvolvimento contraditório do capital, quanto nas possibilidades da produção de uma sociedade radicalmente nova (CARLOS, 2004).

Para sintetizar metodologicamente as contradições postas entre o campo e a cidade, resgatamos o debate da oposição dita superada, da relação entre campo e cidade, e fizemos nosso posicionamento ao final do capítulo junto à fundamentação teórica construída desta, que tem por alicerce conceitual o aprofundamento da divisão do trabalho em geral no capitalismo.

Tratamos de analisar inicialmente as concepções defendidas por Rotta (1997) e Carlos (2004), que apesar de apresentar concepções teóricas semelhantes com a qual nos sustentamos ao criticar o modo de produção capitalista, se enveredam por alguns caminhos diferentes aos nossos, ao refletir as relações pontuais que definem as mudanças entre o campo e a cidade na contemporaneidade. Após isso, apontamos questões teóricas de Marques (2002) e Oliveira (2004) para situarmos até que ponto dessas concordamos, e no quanto seus posicionamentos políticos nos são divergentes sobre a possibilidade de superação das contradições entre campo e cidade. Logo, avancemos nesse campo minado de posições diversas dentro do pensamento marxista.

Tanto Rotta (1997) quanto Carlos (2004) afirmam que houve um deslocamento das contradições históricas entre o campo e cidade. Ambos defendem a passagem dessa contradição para uma oposição entre centro e periferia. Contudo, esses termos defendidos pelos mesmos são tratados com significados diferenciados.

Antes de adentrar nesta questão sobre a divisão do espaço entre centro e periferia, precisamos trazer à tona alguns elementos que eles utilizam, em suas particularidades, para sustentar essa tese. Iniciamos, então, pela crítica das ideias de Rotta (1997), pois ele realiza sua análise em um contexto histórico mundial, desde a separação entre campo e cidade, até os dias atuais. E depois voltamos nossa atenção às ideias de Carlos (2004), pois esta autora desenvolve o tema na realidade atual em seu texto considerando uma escala regional dentro da realidade brasileira. Em ambos os casos, nos posicionaremos sobre as concordâncias e discordâncias que compreendemos sobre o processo com base em nossa interpretação da teoria marxista, principalmente da obra *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels (2007) a qual nos fundamentamos.

Rotta (1997) utiliza da afirmação de Marx, extraída de *O Capital*, da qual parte sua interpretação sobre a separação entre o campo e a cidade a partir da ruptura da agricultura e da manufatura; bem como a possibilidade de sua superação em que:

O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que, no começo, uniam a agricultura e a manufatura. Mas, ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que desenvolveram em mútua oposição (MARX apud ROTTA, 1997, p. 460, grifos nosso).¹³

Logo, a discussão que fazemos perpassa o caráter do que seria essa “síntese nova” e “superior” entre *agricultura* e *indústria*. Essa síntese seria uma possibilidade dentro do sistema capitalista, a partir do seu desenvolvimento linear e direto? Ou, de outro modo, isso só seria possível com a superação radical desta forma social?

Para Rotta (1997), essa síntese é a passagem de uma agricultura onde ainda prevalecia uma exploração da mais-valia absoluta para uma mais-valia relativa¹⁴, subsumindo realmente esta atividade ao capital pelo uso intensivo da maquinaria. Desse modo, com esse processo de mecanização cada vez maior da agricultura, esta “[...] torna-se cada vez mais um simples ramo

¹³ Percebemos ao longo do texto de Rotta (1997), que o mesmo parece resumir o campo à atividade da agricultura, e a cidade à atividade da manufatura e indústria. Essa simplificação, no nosso entendimento, é insuficiente para compreender esta realidade. As consequências disso aparecerão mais à frente no texto, quando tratarmos sobre a oposição entre campo e cidade e sua possível superação.

¹⁴ Ver mais detalhes sobre esse processo no capítulo 2.2.

da indústria e acha-se totalmente dominada pelo capital” (MARX apud ROTTA, 1997, p. 461, nota 3). Assim, o autor afirma que:

[...] as condições para a *síntese nova e superior* de que falou [Marx], [...] nada mais é que a manifestação plena da tendência à nova homogeneização do espaço, enquanto espaço urbano, em um patamar elevado. Numa tal sociedade, o modo de produção capitalista integrou *completamente* a agricultura. O *produtor agrícola* não produz mais para o seu consumo direto, mas *exclusivamente* para o mercado. *Produz apenas mercadorias* (ROTTA, 1997, p. 461, grifos nossos).

Em primeiro lugar, evidenciamos nessa citação de Rotta (1997), a descon sideração às relações camponesas, simplificando equivocadamente toda produção agrícola integrada dentro do molde industrial. Contudo, mesmo na contra tendência da reprodução do capital, a classe camponesa existe, ainda que subsumida indiretamente pelo capital e em constante processo de proletarização. Tratamos de sua condição mais adiante neste texto.

Em segundo lugar, seguindo o pensamento marxiano¹⁵, a agricultura e a indústria se integram em uma “síntese nova e superior” a partir do momento em que a máquina passa a realizar automaticamente grande parte das operações na produção agrícola que antes eram realizadas por atividades manuais dos trabalhadores, que dependiam de sua habilidade, destreza, velocidade e demais capacidades. Essa inserção da maquinaria, tanto na produção da indústria urbana quanto agora na produção agrícola, *faz aprofundar ainda mais a divisão entre trabalho intelectual e manual*, ou seja, entre o comando da produção e sua realização efetiva, já que o trabalhador perde o que lhes resta de autonomia, não decidindo mais o ritmo em que produz, ficando a cargo da maquinaria ditá-lo (MARX, 1984).

Logo, Marx (1984, p. 101) aponta essa síntese enquanto *tendência* do desenvolvimento interno capitalista. Inicialmente, a manufatura é separada da agricultura; com isso ambas se desenvolvem em um processo antitético. Enquanto temporariamente separadas, vão se aperfeiçoando suas configurações particulares. A agricultura passa a se realizar a partir da concentração de terras, e da manufatura se cria a possibilidade do desenvolvimento da maquinaria. E assim se cria os pressupostos materiais para se encontrar, enquanto síntese. É só na sociedade atual, mais especificamente a partir da segunda metade do século XX (ROTTA, 1997), que esses pressupostos se consolidam e a agricultura passa a se realizar, enquanto tendência geral, pela sua forma industrial.

¹⁵ Esse termo se refere estritamente aos princípios filosóficos de Marx, diferente de “marxista”, que engloba perspectivas que, mesmo embasadas nas ideias de Marx, podem possuir divergências em aspectos particulares dos autores que o interpretam.

Na esteira desse raciocínio, cabe-nos questionar a relação que essa síntese entre agricultura e indústria possui com a oposição entre o campo e a cidade e a possibilidade de sua superação. Seria esta síntese a própria superação desta oposição?

Para tratar sobre o tema, é preciso ressaltar que Rotta (1997) levanta a importância do entendimento do *espaço econômico* (esta categoria se diferencia das de espaço geográfico e espaço social, que vimos no Capítulo 2). Ele o define enquanto uma cisão contraditória entre espaço rural e urbano, só tendo validade no período em que esses dois espaços se opõem. Em seu raciocínio, antes do surgimento das cidades, o espaço era apenas espaço rural homogêneo, e não espaço econômico. Logo, para o autor, esta categoria, e consequentemente a oposição interna entre rural e urbano, estaria historicamente determinada a ter um fim, assim como qualquer outra categoria social, se consideramos uma perspectiva marxista da realidade.

Para Rotta (1997) é neste momento da cisão que surge a oposição entre o campo e a cidade. Contudo, para o autor, nas experiências históricas antes do capitalismo, ainda não havia uma separação consumada entre um espaço e outro, sendo apenas no modo de produção capitalista que isso passa a existir. Entretanto, apesar da clara leitura com base marxista que este autor defende, compreendemos que há algumas diferenças cruciais entre a sua interpretação e a dos fundadores dessa compreensão de mundo, Marx e Engels.

A primeira questão a ser tratada é sobre a oposição entre campo e cidade que, para Rotta (1997), aparece com a cisão entre as atividades econômicas que se especializam nos espaços da cidade e do campo (Veremos mais à frente que essa concepção se distingue da proposta por Marx e Engels na *Ideologia Alemã*).

Assim o autor diferencia os períodos que marcaram essa oposição através de uma “especialização espacial”. Este conceito se assemelha, ao que parece, com o de divisão do trabalho, mais especificamente entre campo e cidade. Trata de uma divisão pelas atividades econômicas que se especializam nestes. Assim, Rotta (1997) começa pela “especialização espacial e *circulação* de mercadorias”, e entende que a cidade era produzida, predominantemente, sob a lógica do capital comercial. Nesse período, ocorre [que]:

A extraordinária expansão da Europa Ocidental, nesse período, caracterizada pelo comércio a longa distância, intercontinental e transoceânico, transforma o espaço mais ou menos restrito do homem em um espaço do tamanho do mundo, colocando em relação direta, pela primeira vez na história, todos os continentes e todos os cantos da terra (ROTTA, 1997, p. 464).

Nesse sentido, a oposição entre o urbano e o rural se amplia à uma escala mundial, na qual outros países, principalmente aqueles que foram colonizados e espoliados durante séculos,

se tornam espaços rurais e os países da Europa Ocidental, em sua gênese capitalista, mantêm sua oposição interna entre campo e cidade.

Após isso, surge uma forma de oposição pela “especialização espacial e *produção* de mercadorias”. É neste momento que o urbano e o rural se diferenciam pelas atividades produtivas, e não apenas comerciais. Assim, a cidade deixa de ser o *locus* apenas da circulação, “[...] deslocando a dinâmica produtiva para a cidade. São sobretudo as atividades inseparáveis da terra, a agricultura em particular, que se limitam ao campo” (ROTTA, 1997, p. 465). Neste tempo, a separação entre:

[...] *espaço urbano e espaço rural, entre agricultura e indústria, só pôde se viabilizar na medida em que a agricultura também participou, ainda que não inteiramente, desse processo de especialização crescente, liberando-se de atividades que não lhe eram próprias e desenvolvendo a produtividade até um grau que lhe permitia a produção de uma quantidade de produtos que satisfazia não só as suas próprias necessidades, mas também as necessidades da população urbana, intercambiando com ela seus produtos* (ROTTA, 1997, p. 465-466, grifos nosso).

É neste período histórico que o capital produtivo supera o capital comercial, como exposto no capítulo anterior quando tratamos da acumulação primitiva. E de certo modo, os períodos tratados por nós anteriormente são concomitantes a estes que Rotta (1997) apresenta.

É a partir daqui que este autor vai defender, ainda no século XIX, que há um certo deslocamento desta contradição entre o urbano e o rural, como sinalizamos antes. Se *inspirando* nos conceitos de “desenvolvimento em profundidade e em extensão” discutidos por Lênin, ele afirma que, com o acelerado desenvolvimento do capitalismo, os espaços urbanos e rurais são divididos não mais dentro na fronteira nacional, só podendo ser definidos na escala internacional¹⁶. Assim, nos países onde o capital se concentra em maior grau e, diferentemente, naqueles que se situam na periferia dessa acumulação, “De um lado, está o espaço urbano, contendo a industrialização e o desenvolvimento em profundidade; de outro lado, o espaço

¹⁶ De fato, a menção a Lênin (e também a Engels) parece ser apenas uma inspiração, pois na própria referência de Lênin utilizada por Rotta, este primeiro não trata necessariamente do desenvolvimento em profundidade como aquele do *urbano* e do industrial; e nem o desenvolvimento em extensão como aquele do *rural* e do agrário. De outro modo, afirma que: “o desenvolvimento do capitalismo *em profundidade*, isto é, o crescimento da agricultura e da indústria capitalistas num território dado, restrito e determinado, e o desenvolvimento do capitalismo *em extensão*, isto é, a ampliação da esfera de dominação sobre novos territórios” (LENIN apud ROTA, 1997, p. 466-467, grifos do autor). Logo, como veremos Rotta tem uma visão mais próxima ao sentido da urbanização associado ao *desenvolvimento técnico*, e relacionado ao centro, com países desenvolvidos, e conseqüentemente com urbano, e a periferia com os países subdesenvolvidos enquanto rurais. Já para Lenin, o desenvolvimento em expansão era a extensão do capital onde nem sequer existia a subsunção formal, sendo uma expansão territorial capitalista na geopolítica mundial.

rural, periférico, produtor primário, com desenvolvimento em extensão” (ROTTA, 1997, p. 467).

Entretanto, mesmo que se desloque esta contradição para uma manifestação em que ocorre entre centro e periferia, Rotta (1997, p. 468) afirma que “Trata-se claramente da segunda forma de manifestação à escala mundial dessa oposição entre o espaço urbano e o espaço rural”.

O autor vai buscar em Marx a adiantada análise desse processo, quando afirma que com ele “Cria-se nova divisão internacional do trabalho, adequada aos principais centros da indústria moderna, transformando uma parte do planeta em áreas de produção predominantemente agrícola, destinada à outra parte primordialmente industrial” (MARX apud ROTTA, 1997, p. 468). Marx ainda aponta que esta periferia internacional é um grande atrativo para o capital devido ao baixo custo da mão de obra existente nela; muitos desses países inclusive ainda mantinham o *status* de colônia, utilizando, em algumas ocasiões, mão de obra escrava.

Independente se a oposição entre o urbano e o rural ocorre dentro de uma fronteira nacional determinada, ou, de outro modo, entre nações distintas no contexto do mercado mundial, Rotta (1997, p. 467) afirma que:

Aí estão colocados os elementos centrais da oposição entre o urbano e o rural, centro de nossas preocupações. De um lado, está o espaço urbano, contendo a industrialização e o desenvolvimento em profundidade; de outro lado, o espaço rural, periférico, produtor primário, com desenvolvimento em extensão.

Rotta (1997) ainda afirma que um país se torna periferia ou centro não apenas pela produção agrícola ou industrial, mas sim por uma produção que seja formalmente ou realmente dominada pelo capital. Isso quer dizer, que os países que se encontram à periferia da acumulação capitalista mantêm relações na qual o capital ainda não alterou as bases técnicas da produção, com o uso da maquinaria. Já nos países centrais, as produções tanto da cidade quanto do campo são primordialmente mecanizadas.

Já nas últimas décadas do século XX, Rotta (1997) aponta que há uma tendência à homogeneização desse espaço urbano e rural em espaço apenas urbano. Mas antes de adentrarmos nisso, precisamos conceber o que é a divisão entre campo e cidade para Marx e Engels (2007), e como essas duas concepções se diferem. Esses dois pensadores afirmam que: “A maior divisão entre trabalho material e espiritual é a separação entre cidade e campo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 52). Logo, a separação entre esses dois espaços não estaria ligada, *necessariamente*, à uma ruptura entre agricultura e manufatura apenas, mas à uma divisão entre

trabalho manual e intelectual e, conseqüentemente, a própria divisão entre classes sociais antagônicas. Mais ainda, essa separação não é necessariamente entre espaços, mas entre classes sociais e os seus interesses, como já vimos anteriormente.

Para Marx e Engels (2007), a separação entre campo e cidade ainda está ligada a uma série de outros elementos. Além da divisão entre trabalho manual e intelectual e a divisão de classes, essa separação também está ligada ao surgimento da propriedade privada, do Estado-Nação, da política, dentre outros elementos. Vejamos na íntegra uma passagem que representa bem esse processo:

Com a cidade surge, ao mesmo tempo, a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, desse modo, da política em geral. Aqui se mostra, pela primeira vez, **a divisão da população em duas grandes classes**, que se baseiam diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é, de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades, enquanto o campo evidencia exatamente o fato contrário, a saber, o isolamento e a solidão. **A oposição entre cidade e campo só pode existir no interior da propriedade privada.** É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade determinada, a ele imposta – uma subsunção que transforma uns em limitados animais urbanos, outros em limitados animais rurais e que diariamente reproduz a **oposição entre os interesses de ambos.** O trabalho é, aqui, novamente o fundamental, o poder *sobre* os indivíduos, e enquanto existir esse poder tem de existir a propriedade privada. A superação da oposição entre cidade e campo é uma das primeiras condições da comunidade, uma condição que, por seu turno, depende de uma massa de pressupostos materiais e que não pode ser satisfeita pela mera vontade, como qualquer um pode constatar à primeira vista. (Tais condições têm ainda de ser desenvolvidas.) **A separação entre cidade e campo também pode ser apreendida como a separação entre capital e propriedade da terra**, como o início de uma existência e de um desenvolvimento do capital independentes da propriedade da terra, o início de uma propriedade que tem como base apenas o trabalho e a troca (MARX; ENGELS, 2007, p. 52, grifo em itálico dos autores, grifos em negrito nosso).

Logo, Marx e Engels (2007) consideram a separação do campo e cidade não como uma separação entre espaços, ou de atividades produtivas propriamente ditas, mas sim das relações sociais reproduzidas nesses espaços, nessas atividades. Inserem elementos como a política, a propriedade privada e, destacamos, *as classes sociais e seus interesses*; este último elemento mal aparece implicitamente, para não dizermos completamente, na análise de Rotta (1997).

Atentemos agora, nesse mesmo raciocínio, à concepção de oposição entre campo e cidade levantada por Carlos (2004). Segundo a autora:

A extensão do capitalismo [...] articulou a cidade e o campo num outro patamar[,] *deslocando a contradição cidade/campo vinda da história* (do aprofundamento da divisão do trabalho, do estabelecimento da diferenciação de classes e do poder de uma classe), *para a contradição centro periferia*, estabelecendo uma nova hierarquia espacial entre espaços dominados e dominantes a partir da construção de novas centralidades (CARLOS, 2004, p. 8, grifos nossos).

Chamamos atenção para o fato de o que Carlos (2004) analisa em seu texto, chamando de “contradição centro-periferia” possui uma diferença escalar em relação à análise de Rotta (1997), como já dissemos. Não se refere a uma análise entre países centrais (industriais) e periféricos (agrícolas), e sim dentro do próprio território nacional, mais especificamente o brasileiro. Isso não significa que a mesma ignora essa questão internacional, tema mencionado pela autora em suas outras obras. Para Carlos (2004), a urbanização que surge na cidade domina o espaço do campo, transformando esta primeira em uma centralização desse tecido urbano, com o campo sendo sua periferia. Centrando a metrópole de São Paulo enquanto objeto de estudo, a autora se fundamenta na ideia de que não há mais uma oposição entre cidade e campo, já que:

No conjunto do território nacional a metrópole de São Paulo centraliza o capital acumulado, principalmente o financeiro – e segundo Oliveira, articula praticamente, toda a produção agrícola brasileira sediando: a Bolsa de cereais oficial, a bolsa de mercadorias e futuros, concentrando, também, parte da comercialização dos produtos agrícolas do país, aparecendo como a principal unidade de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e lugar da base de todos os preços nacionais destes produtos (CARLOS, 2004, p. 8).

A questão a ser levantada é: essas mudanças apontadas pela autora realizam, de fato, um deslocamento das contradições? As organizações citadas (Bolsa de cereais¹⁷ e Bolsas de mercadorias e futuros¹⁸) são organizações comerciais que, mesmo tendo suas sedes na cidade, servem para negociar o preço dos produtos agropecuários, defendendo assim os interesses dos capitalistas do campo. Na própria descrição da história da Bolsa de cereais, presente no seu site oficial, afirmam que seu objetivo é “[...] o de promover o desenvolvimento da agricultura, principalmente dos cereais, graças ainda, as excelentes medidas preconizadas por ela, orientando o Governo sobre a comercialização dos cereais e abastecimento dos centros consumidores [...]” (BOLSA, 2015). Com o mesmo objetivo da proteção dos capitalistas agrícolas, a Bolsas de mercadorias e futuros busca realizar operações “[...] ante flutuações de preço de *commodities* agropecuárias, índices, taxas de juro, moedas e metais, bem como de todo

¹⁷ <http://www.bcp.com.br/Historia.htm>

¹⁸ <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bmf.asp>

e qualquer instrumento ou variável macroeconômica cuja incerteza de preço no futuro possa influenciar negativamente suas atividades” (BRASIL, s/d).

Ainda que os indivíduos envolvidos nelas sejam aqueles que estão diretamente ligados à produção do campo, esta é uma organização comercial, atividade já destinada à cidade pela divisão do trabalho em geral. Mesmo que eles se reúnam na cidade para promover suas negociações, isso não desloca nem um hectare dos seus extensos canaviais para lá. No que se baseia, então, a conclusão da autora?

O argumento de Carlos (2004) parece estar voltado a uma questão de estratégias políticas, comerciais e financeiras, agora, mais do que nunca, centralizadas na metrópole. Para ela:

[...] o atual estágio da urbanização coloca problemas novos acentuando uma hierarquia desigual de lugares onde a união destes pontos dá-se através de nós de articulação que redefinem as funções da metrópole, sede da gestão e da organização das estratégias que articulam espaços numa realidade complexa e contraditória (CARLOS, 2004, p. 12).

Isso mostra que Carlos transfere da esfera da produção para uma suposta esfera da “gestão e da organização de estratégias” políticas e comerciais a centralidade das determinações sociais que se referem à uma separação ou não entre o campo e a cidade. Contudo, o trabalho permanece enquanto o fundamento da sociedade, sendo o trabalho abstrato o fundamento da sociedade capitalista. Isso acontece pois é dele que é produzida quase toda a riqueza social existente. Mesmo que o número de trabalhadores que o realizam esteja reduzindo cada vez mais devido ao avanço da produtividade dos meios de produção, isso não altera em nada a relação fundamental que nós, enquanto seres sociais, possuímos com o trabalho.

Se a divisão entre campo e cidade é, como afirmaram Marx e Engels (2007), uma expressão da divisão do *trabalho*, precisamos partir nossas análises sobre *como esta atividade fundamental se encontra dividida*, tendo em vista que há um aprofundamento da divisão do trabalho em concomitância com o aprofundamento das relações capitalistas. Também sabemos que a divisão do trabalho e a propriedade são expressões do mesmo processo, o de trabalho; a primeira em relação a como o trabalho é dividido, e a segunda em relação a como ele é apropriado. Se a separação entre campo e cidade representou uma divisão do trabalho, também representou uma separação entre as propriedades, sendo elas móvel e imóvel, a primeira sendo capital, a segunda sendo a propriedade fundiária (MARX; ENGELS, 2007). Logo, *devemos questionar se essa separação ainda se encontra vigente na atualidade*. Estariam ainda, o

trabalho e a propriedade, divididas entre campo e cidade? Essa divisão ainda representa uma oposição entre os interesses das classes?

As relações entre capital e trabalho na produção agrícola permanecem no campo, mesmo que cada vez mais influenciadas pelo processo de urbanização, ou mesmo que os indivíduos que dão as ordens, estabelecem estratégias e, efetivamente, comandem a produção, estejam, situados na cidade. Isso pouco interfere, pois haverá de um lado sempre o interesse do capitalista do campo em garantir o aumento de capital de sua produção, como também haverá o interesse do capitalista da cidade em garantir o acúmulo de capital de suas indústrias. Mesmo que esses indivíduos, embora personifiquem realidades distintas no campo e na cidade, sejam as mesmas pessoas, elas estabelecem determinações diferentes em cada atividade, ora sendo um capitalista do campo, ora da cidade.

Podemos perceber essa oposição ainda hoje na diferença dos preços dos produtos agrícolas. A Bolsa de Cereais e Bolsa de Mercadorias e Futuros, citadas por Carlos (2004), se apresentam como organizações comerciais com o objetivo de regular e, principalmente esta segunda, garantir que os capitalistas do campo não percam grandes taxas de lucro caso haja flutuações nos preços de seus produtos, que são definidos mundialmente, não necessariamente a partir dos capitalistas que atuam no campo no Brasil. Garantia essa que vem diretamente de subsídios do Estado. Essas organizações não estão, de outro modo, preocupadas com a produção industrial urbana. Percebemos que, da mesma maneira, a facção dominante agrária não medirá forças para materializar um aumento dos preços dos seus produtos, pois é mais lucrativo vendê-los mais caros e desse lucro retirar a parcela dos pagamentos salariais que tendem, nessa instância, a se tornarem mais altos pelo aumento das mercadorias de subsistência; a facção dominante urbana exigirá uma queda dos preços alimentícios para que isso não influencie nos aumentos salariais que só geram mais custos nos investimentos fabris de seus produtos industrializados. O Estado, nesse caso, entra como regulador não somente dos preços de consumo, como também influencia nos investimentos concretos que estarão sempre opostos.

Além do preço dos gêneros alimentícios, os produtos das indústrias urbanas também representam uma oposição, considerando que, cada vez mais mecanizada, a grande produção do campo depende de maiores números de máquinas, agrotóxicos, sementes modificadas em laboratórios, veículos, dentre outros produtos industrializados. Da mesma forma que o aumento do preço dos produtos agrícolas pode significar um benefício aos capitalistas do campo, o aumento destes outros produtos industriais significa um benefício aos capitalistas da cidade.

Ainda podemos ver uma oposição entre essas facções capitalistas que se manifesta claramente na disputa de espaços dentro do Estado, onde os políticos que os representam se

dividem em bancadas temáticas de acordo com os interesses que defendem. Sendo assim, os ruralistas, mineradores, empreiteiros e armamentistas disputam por políticas que favoreçam seus negócios sempre em primeiro lugar.

Apesar de compreender um deslocamento da contradição cidade-campo para a contradição centro-periferia, Carlos (2004) não defende o desaparecimento nem, de um lado, do camponês, ao afirmar sua permanência (mesmo na expansão do trabalho assalariado) articulado ao mercado capitalista; nem, de outro lado, do campo, e sim sua nova configuração mediante a um processo de urbanização.

A cidade e [o] campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da *sociedade urbana*, não transformando o campo em cidade, mas articulando ao urbano de um “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição da cidade/campo, bem como aquilo que lhes une: este é ao meu ver o desafio da análise (CARLOS, 2004, p. 9, grifo nosso).

A autora, nesse sentido, se baseia nos estudos sobre o campo no século XXI, de Ariovaldo U. de Oliveira, para analisar a relação entre o campo e a cidade. Este, em sua pesquisa (OLIVEIRA, 2004) se debruça sobre a questão agrária apresentando dados que põe abaixo todas as dúvidas dos pensadores que omitem ou consideram os camponeses sujeitos inexistentes. Segundo o mesmo:

Portanto, a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil. Um bom exemplo para esclarecer essa questão é o aumento do número de posseiros no Brasil. Em 1960 existiam 356.502 estabelecimentos agropecuários controlados por posseiros. Já em 1985, eles passaram para 1.054.542 estabelecimentos, e em 1995 eram 709.710. Ou seja, ocorreu exatamente, nesse período de grande desenvolvimento do capitalismo (sobretudo industrial) no Brasil, um aumento dos estabelecimentos ocupados por posseiros até 1985, e a sua redução em 1995 foi provocada pela regularização fundiária realizada no governo FHC. Se as teses da extinção do campesinato de fato tivessem capacidade explicativa, esses posseiros deveriam ter se tornado proletários. Mas não foi isso o que ocorreu. Os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuar sendo camponeses. Logo, são as teses sobre a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo seguidas por esses autores que possivelmente não têm capacidade explicativa. Na realidade, o que ocorre é que esses autores têm uma concepção *teórica* que deriva de uma concepção *ideológica* de transformação da sociedade capitalista. Ou seja, partem do pressuposto que a chegada ao socialismo só seria possível se a sociedade capitalista tivesse apenas duas classes sociais antagônicas: o proletariado e a burguesia (OLIVEIRA, 2004, p. 35, grifos do autor).

É a partir dessas considerações que Carlos (2004) vai compreender as contradições existentes no campo, com a luta dos camponeses pela sua existência em meio ao controle social exercido pelo capital, enxergando a crescente urbanização advinda da cidade para o campo.

A urbanização, nesse sentido, não pode ser confundida com a própria cidade. Nesta última entende-se a forma materializada no espaço, produzida pela concentração de elementos sociais que tratamos acima, como o capital, a construção de edifícios, a reunião de determinadas atividades econômicas. Já a urbanização são as relações que, mesmo tendo origem na cidade, não são necessariamente imbricadas a ela, se referindo à dinâmica que a produção industrial urbana proporcionou à sociedade moderna, desenvolvendo meios de produção, circulação, comunicação, intensificando as transformações. Esse dinamismo social advém das necessidades da reprodução do capital. Nas palavras de Marx e Engels (2005, p. 43):

Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens.

Logo, se vê uma relação muito próxima desse processo de urbanização com o desenvolvimento histórico da modernidade em seus elementos constitutivos. Mas como dissemos no capítulo anterior, isso não se confunde com pôr a cidade num papel de protagonista. É preciso ter em mente o caráter de classe por detrás desse processo. Não é a cidade, ou algum modo de vida abstrato que advém da cidade pura e simplesmente, que domina as relações sociais do campo e da cidade, mas sim o interesse das classes dominantes que dali surgem enquanto porta-vozes dessa modernidade. Assim, foi:

A burguesia [que] submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (MARX; ENGELS, 2005, p. 44).

Entretanto é preciso confessar que, desse período da ascensão da burguesia até os dias de hoje, houve transformações substanciais dessa dominação “urbana” sob a totalidade social. Não se distingue tão nitidamente como antes a cidade do campo. Diversos autores aderem à essas atualizações. Contudo, é necessário ter cautela ao avançar esses aspectos dessas transformações. Não são poucos aqueles que clamam uma superação da oposição entre o campo

e a cidade nos dias de hoje sob o argumento de que essa força social levada à cabo pela burguesia teria homogeneizado esses espaços, como é o caso de Rotta (1997), que já destacamos anteriormente.

De modo parecido, Carlos (2004) trata de um deslocamento da oposição entre campo e cidade para uma contradição entre centro e periferia. Apesar de, como dissemos antes, Carlos volta seu olhar para uma realidade nacional, e não internacional, vincula ambas em uma análise da totalidade. A metrópole de São Paulo ocupa o lugar de gestor da produção agropecuária brasileira, centralizando-a. Mesmo considerando essa escala mundial das contradições, ela afirma continuamente que, no mundo moderno, a oposição entre cidade e campo é deslocada, existindo um crescente desenvolvimento da relação centro-periferia. Entretanto, Lefebvre (2008), autor o qual Carlos toma como base muito de seus fundamentos teóricos, faz uma análise levemente diferenciada quanto à oposição entre cidade e campo em escala mundial. Este último afirma que:

O tecido urbano, de malhas mais ou menos amplas, irá prender em sua rede todo o território dos países industrializados? A superação da antiga oposição cidade-campo se realizará desta maneira? Pode-se supor que sim. Não sem reservas críticas. Se se denomina com isso uma confusão generalizada, com o campo se perdendo no seio da cidade, com a cidade absorvendo o campo e perdendo-se nele, esta confusão pode ser teoricamente contestada, e a teoria refuta toda estratégia baseada nesta concepção do tecido urbano. Os geógrafos encontraram, para designar essa confusão, um neologismo, feio porém significativo: o *rurbano*. Nesta hipótese, a expansão da cidade e da urbanização faria desaparecer o urbano (a vida urbana), o que parece inadmissível. Em outras palavras, a superação da oposição não pode ser concebida como uma neutralização recíproca. Não há nenhuma razão teórica para se admitir o desaparecimento de uma centralização no decorrer de uma fusão da sociedade urbana com o campo. *A oposição “urbanidade-ruralidade” se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua. Há um deslocamento da oposição e do conflito. Quanto ao mais, em escala mundial, o conflito cidade-campo está longe de ser resolvido, todos sabem disso. Se é verdade que a separação e a contradição cidade-campo (que envolve a oposição entre os dois termos, sem se reduzir a ela) fazem parte da divisão do trabalho social, é preciso admitir que esta divisão não está nem superada nem dominada. Longe disso. Não mais do que a separação entre a natureza e a sociedade, entre o material e o intelectual (espiritual)* (LEFEBVRE, 2008, p. 74-75, grifo do autor, grifo nosso).

Diversos são os autores que elaboram hipóteses para a superação desta contradição entre campo e cidade (ou entre centro e periferia). Seguindo esta perspectiva apontada por Lefebvre e abraçada por Carlos, essa superação viria do desenvolvimento da sociedade urbana, surgido na cidade. Carlos aponta que:

Essas articulações sinalizam uma tendência da sociedade urbana que resulta da urbanização quase que completa da sociedade com a transformação radical das antigas formas urbanas e dos antigos modos de vida. Porque a urbanização generalizada tem como devir a *sociedade urbana* como horizonte (CARLOS, 2004, p. 12, grifo nosso).

É preciso ressaltar que a autora não defende uma emancipação pela cidade, apesar desta ser o *locus* de onde surge as relações urbanas modernas. Mas aposta na expansão dessas relações para outros espaços, no caso, o campo, enquanto uma força que levaria a sociedade capitalista a se emancipar de suas contradições. Ao dizer isso, vê por meio da expansão urbana, e não necessariamente pela luta de classes, a possibilidade da destruição da propriedade privada, das classes sociais e do Estado. Assim, para Carlos (2004), a expansão das relações urbanas que são produto do próprio capitalismo parece ser a saída para se superar as contradições desta mesma sociedade.

Para Lefebvre (2002, p. 19), essa sociedade urbana seria o devir de uma “revolução urbana” a qual suas problemáticas advindas das relações urbanas atuais prevaleceriam decisivamente em relação às do crescimento e da industrialização. Essa tal revolução teria, na sociedade atual, elementos já existentes que apontam seu horizonte possível, mas ainda sem desenvolvimento pleno.

O *urbano* (abreviação de “sociedade urbana”) define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à sociedade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele (LEFEBVRE, 2002, p. 28, grifos do autor).

Entretanto, apesar de existir no mundo moderno enquanto uma virtualidade, Lefebvre (2002) defende que as contradições das relações de produção e das forças produtivas freiam o desenvolvimento do horizonte possível desta “sociedade urbana”:

[...] os conflitos inerentes à produção (nas relações de produção e de propriedade capitalista, como também na sociedade “socialista”) entram o fenômeno urbano, impedem o desenvolvimento do urbano, reduzindo-o ao crescimento. Em particular, à ação do Estado no capitalismo e no socialismo de Estado (LEFEBVRE, 2002, p. 152-153).

O autor *parece*, implicitamente, se motivar por uma ideologia do fracasso do socialismo soviético, buscando em um outro horizonte possível a superação das contradições sociais, inclusive a contradição entre campo e cidade. Vê, então, na expansão sem limites, em escala planetária, do fenômeno urbano moderno e descontínuo (ou seja, que emergiu da sociedade industrial, e não como desenvolvimento linear dos modos de produção precedentes)

a possibilidade dessa nova sociedade. Essa superação seria posta por uma “revolução urbana”, e não por uma revolução comunista ou proletária, como apontavam Marx e Engels.

Entretanto, essa não é a única visão que enxerga a possibilidade de superação das contradições dentro do campo marxista. Existe uma outra perspectiva, defendida, em suas particularidades, por Marques (2002) e Oliveira (2007), que enxerga essa superação a partir das lutas no campo. É possível identificar essa defesa em Marques (2002) quanto a autora afirma que:

[...] o campo não pode ser concebido apenas como complementar à cidade e paisagem a ser consumida. Ele pode e deve ser portador de novas experiências que contribuam para a **superação de problemas estruturais de nossa sociedade** como o *apartheid social*. Um **projeto de desenvolvimento rural que vise a inclusão social a partir da melhoria geral das condições de vida e da realização de novas atividades no campo** deve se basear no processo de descentralização política e de valorização de saberes locais. Discutir alternativas para o campo apoiadas sobretudo em demandas da cidade implica forte risco de manutenção da população rural em situação de subordinação (MARQUES, 2002, p. 110, grifo em itálico da autora, grifo em negrito nosso).

Assim, a autora avança em considerar a perspectiva dos trabalhadores que vivem no campo e sua contribuição na transformação estrutural da sociedade, ao mesmo tempo em que critica a ideia de que compreender o campo apenas pelas necessidades da cidade faz perder de vista as próprias demandas locais e particulares. O objetivo da autora, em suas pesquisas, é fazer um contraponto a leitura de “desenvolvimento rural” vinculado aos interesses do capital posto por Graziano da Silva e outros autores. Entretanto, ela faz isso defendendo um outro “projeto de desenvolvimento rural” vinculada à autonomia dos camponeses como possibilidade real de uma reforma que galgue parte do caminho de uma superação de problemas estruturais na sociedade capitalista.

Para Oliveira (2007), o movimento social no campo (mas não apenas) teria que estar voltado para a busca de uma reforma agrária, quebrando as grandes e médias propriedades fundiárias. Isso possibilitaria aos trabalhadores (tanto do campo quanto da cidade) se reproduzirem através do seu trabalho na terra. Esta visão pode ser vista quando este autor defende que:

Os camponeses sem terra são os novos presos políticos do Brasil da modernidade. Assim, a injustiça da Justiça vai decifrando e interpretando às avessas a continuidade do processo de formação do *campesinato brasileiro moderno* em pleno século XXI. Um campesinato curtido na rebeldia de quem *é capaz de revolucionar a história*, mas, contraditoriamente, não ser compreendido pelas elites e em grande parte pela mídia, e mesmo por muitos intelectuais (OLIVEIRA, 2007, p. 154, grifo nosso).

Logo, é a partir de uma luta no campo que o autor vê a possibilidade do campesinato, enquanto uma classe que luta pela posse da terra ligada à garantia de sua sobrevivência, transformar radicalmente a estrutura fundiária da propriedade capitalista da terra.

Para Oliveira (2007), esta não é uma análise que deve ser universalizada a todos os momentos da história do capitalismo. Ele aponta que em diversos outros contextos anteriores, a reforma agrária foi simplesmente uma ferramenta do Estado capitalista para distanciar o movimento operário de uma eminente revolução socialista. Contudo, a realidade do Brasil do final do século XX e início do século XXI se difere desses contextos. Seu argumento se baseia no fato de que a pressão social camponesa, através dos seus próprios movimentos de luta, pode ultrapassar os limites das ações estatais.

Ainda em sua análise, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), o qual, antes da sua primeira eleição vitoriosa ao cargo do Presidente da República, dava esperanças para os movimentos a favor da reforma agrária, se demonstrou totalmente avesso a ela, seguindo uma linha de governo coerente àquela que defende os interesses do capital. Desse modo, analisa acertadamente que:

A distribuição pelas regiões brasileiras e seus respectivos estados, mostra que a política de reforma agrária do governo LULA está marcada por dois princípios: *não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio*. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no país (OLIVEIRA, 2007, p. 177-178, grifo do autor).

Para isso, traz um arcabouço completo de dados que provam a manipulação da estatística feita pelo MDA/INCRA (Ministério do Desenvolvimento da Agricultura/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), os quais afirmam que essa política foi, de fato, tomada como prioridade no governo do PT.

Entretanto, mesmo chegando à essas conclusões, que até então nos parece coerente, ele ainda demonstra alguma esperança nessa estratégia de reforma agrária, mesmo que não leve à uma ação direta invariavelmente socialista revolucionária, servindo de medidas de contenção para o não agravamento da condição de vida dos trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade. Para isso, afirma que:

Parece que a única posição defensável é aquela que não vê outro caminho para os camponeses que sempre lutaram pela reforma agrária. Eles vão ter que continuar seguindo a palavra de ordem talvez mais antiga: **“a luta continua companheiro”**, inclusive contra o próprio governo do companheiro Presidente Lula (OLIVEIRA, 2007, p. 175, grifo do autor).

Todavia, essa proposta política da repartição da propriedade privada é duramente criticada por outros autores dentro do campo marxista. Em outra circunstância histórica, Luxemburgo (1991), ao analisar o processo da Revolução Russa de 1917, aponta que um dos maiores erros dos bolcheviques foi justamente promover a repartição da propriedade privada da terra para a massa camponesa. A autora afirma que:

Certamente, a palavra de ordem exortando os camponeses à imediata tomada e partilha das terras era a fórmula mais sumária, mais simples e mais lapidar para atingir um duplo fim: aniquilar a grande propriedade fundiária e vincular imediatamente os camponeses ao governo revolucionário. Como medida política para fortalecer o governo socialista e proletário era uma tática excelente. Infelizmente, ela tinha duas faces, e seu reverso, a tomada imediata das terras pelos camponeses, não tinha nada a ver com uma agricultura socialista (LUXEMBURGO, 1991, p. 72).

A autora afirma que uma economia socialista no campo pressupõe a concentração das terras e sua nacionalização por um Estado socialista¹⁹, utilizando a base técnica dos meios de produção mais avançadas que a sociedade já produziu. A saída defendida por Luxemburgo (1991) seria se apropriar das grandes e médias propriedades, coletivizando a produção, e deixando os camponeses compreender que essa seria a forma mais viável de economia agrária para a construção de uma sociedade socialista.

É necessário evidenciar que o momento histórico vivido por Luxemburgo se difere do nosso atual e, conseqüentemente, do período analisado por Oliveira (2007), pois não estamos vivendo a possibilidade de uma situação revolucionária como a mesma autora acreditava estar vivendo na época em que escreveu seu texto, em 1919. Ainda em Oliveira (2007), ele também faz uma análise da luta pela transformação da propriedade fundiária pelo mundo. Ao falar da própria União Soviética (dentre outros casos), apresenta o conceito de *revolução agrária*. Em suas palavras:

Parte-se, portanto nesta interpretação, do estabelecimento de uma diferença conceitual entre reforma e revolução agrária. A *reforma agrária* provoca alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção existente em diferentes sociedades. A *revolução agrária* implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade (OLIVEIRA, 2007, p. 68, grifo nosso).

¹⁹ Ainda há uma divergência entre defender a nacionalização das terras pelo Estado socialista e a coletivização das terras pelos conselhos operários enquanto órgãos diretos do poder destes sujeitos, a qual nos posicionamos junto a esta segunda.

Rosa Luxemburgo, perseguida pela própria socialdemocracia alemã, a qual havia lutado lado a lado, foi assassinada no mesmo ano da publicação do seu texto, em 1919, o qual ainda escrevera de dentro do cárcere. Não pode ver, desse modo, as consequências históricas do processo analisado por ela, muito menos que, rapidamente, a esperança de uma revolução verdadeiramente comunista logo se transformara na fundação de um regime totalitarista que nada tinha de comunista.

Todavia, suas previsões são confirmadas, aparecendo na análise de Oliveira (2007), quando afirma que:

Iniciou-se assim, um processo de *revoltas dos camponeses*, que passaram a oporem-se aos novos métodos adotados pelo poder central soviético e que duraram até 1929. Deste ano em diante, foi feita a *coletivização forçada* dos camponeses que provocou a morte de mais de 12 milhões deles. Pela força o Estado soviético liderado por Stalin, dominou e passou a planificar sua agricultura. *Os camponeses foram sendo convertidos em uma engrenagem a mais da vontade política do Estado soviético* (OLIVEIRA, 2007, p. 74).

O que pontuamos aqui é, mesmo tendo uma visão crítica em relação ao processo analisado também por Luxemburgo (1991), ele destaca a importância da luta pela reforma agrária no contexto atual, afirmando uma mudança no paradigma das lutas no campo.

Contudo, consideramos que o princípio da crítica de Luxemburgo (1991) ainda vale para nossa realidade, visto que seu argumento se baseia na ideia de que a redistribuição das terras em pequenas propriedades “Não só não é uma medida socialista, como bloqueia o caminho que para lá conduz, acumulando dificuldades insuperáveis para a reestruturação das condições agrárias no sentido socialista” (LUXEMBURGO, 1991, p. 74). Antes, era necessário entrar em conflito com um pequeno número de proprietários para se apropriar das terras que a eles pertenciam. Mas:

[...] após a “apropriação”, toda coletivização socialista da agricultura tem um novo inimigo, uma massa de camponeses proprietários que aumentou e se fortaleceu enormemente e que defenderá com unhas e dentes, contra todo atentado socialista, sua propriedade recentemente adquirida (LUXEMBURGO, 1991, p. 75).

Então, de acordo com Luxemburgo (1991), a saída pela reconfiguração fundiária baseada na pequena propriedade, em divergência com a apropriação da grande propriedade, não estaria levando a sociedade a um caminho emancipatório, mas sim criando entraves para tal transformação radical.

Ainda existe uma visão que defende a superação da oposição entre cidade e campo por meio de uma síntese entre agricultura e indústria. Essa visão é defendida tanto por Luxemburgo (1991) quanto por Rotta (1997), contudo, com diferenças fundamentais.

Para Rotta (1997), essa superação existe enquanto fato eminente, sendo que a oposição entre urbano e rural se dá na realidade da expansão do sistema capitalista, pela diferença entre as atividades agrícolas baseadas predominantemente na exploração da mais-valia absoluta, de um lado, e as atividades industriais baseadas predominantemente na exploração da mais-valia relativa, de outro. Conseqüentemente, na sua interpretação, a superação só poderia se dar, do mesmo modo, em uma união desses dois gêneros. Para este autor, essa união teria por fundamento uma padronização da base técnica da indústria e da agricultura, que se materializa na utilização da maquinaria e a na exploração predominante da mais-valia relativa.

É na agro-indústria que se fundem a agricultura e a indústria, é nela que se concretiza a síntese da cidade e do campo, do moderno e do atrasado. Nela se manifestam todos os elementos que se encontram potencialmente em oposição: as forças produtivas sociais e as forças produtivas naturais, a ciência e a prática, o trabalho intelectual e o trabalho manual, a concentração espacial industrial e a dispersão espacial agrícola, além de outras [...] (ROTTA, 1997, p. 475).

Esse posicionamento teórico, nos parece se aproximar do entendimento de que a técnica é posta enquanto elemento determinante no desenvolvimento social, ainda mais porque estranhamente ele afirma que “[...] as relações entre o homem e a natureza [são] relações técnicas [...]” (ROTTA, 1997, p. 459), e não relações de trabalho. Nesse sentido, parece ser a transformação da base técnica que vai pôr um fim à oposição entre campo e cidade.

E isso acontece, para o autor, com o processo de industrialização da agricultura, acompanhado a uma tendência à homogeneização do espaço, a saber, o espaço urbano.

Mas esse processo só poderá amadurecer efetivamente quando o modo de produção especificamente capitalista²⁰ se generalizar no espaço mundial e em todas os ramos industriais, inclusive com a agricultura se tornando mais um desses ramos, conforme a previsão de Marx. Em conseqüência desses avanços, as diferenças entre espaço urbano e espaço rural vão desfazendo e o espaço econômico e social vai se tornando por inteiro espaço urbano homogêneo (ROTTA, 1997, p. 469).

E como se não bastasse, em muitas partes do texto, essa superação aparece como um desenvolvimento linear da economia capitalista. Podemos perceber a possibilidade dessa

²⁰ Por “modo de produção especificamente capitalista” Rotta (1997) quer dizer àquele em que há um domínio real do capital (e não meramente formal), que só ocorre quando há a inserção da maquinaria e a exploração da mais-valia relativa.

interpretação quando ele afirma que o espaço econômico é dividido entre campo e cidade enquanto “[...] ainda não se completou, não tendo havido *ainda o desenvolvimento pleno e generalizado do modo de produção capitalista* e não tendo ocorrido a passagem geral para formas superiores de sociedade” (ROTTA, 1997, p. 462, grifo nosso). Isso significaria que essa passagem para formas superiores viria do desenvolvimento pleno capitalista?

Ao afirmar isto, Rotta (1997) perde de vista uma contradição inerente ao desenvolvimento do capital. Quanto maior o desenvolvimento tecnológico aplicado na agroindústria, maior é a exploração da mais-valia relativa. Consequentemente, isso faz crescer o número da superpopulação relativa, ou seja, trabalhadores que são substituídos pelas máquinas devido à alta produtividade do trabalho, o que significa, também, o aumento da exploração do trabalhador. Quanto maior esta superpopulação relativa, maior também a viabilidade da exploração da mais-valia absoluta em outros setores agrícolas e industriais que não são mecanizados, pois, como vimos anteriormente, ela exerce uma pressão ao rebaixamento geral dos salários. Desse modo, nos parece coerente afirmar que a produção agrícola no capitalismo nunca poderá ser homogeneizada em uma agroindústria de relações urbanas, nem a produção industrial deixará de produzir diante dessa contradição.

Em uma perspectiva diferente, Luxemburgo (1991) aponta também a necessidade de se unificar agricultura e indústria. A autora afirma que:

[...] um dos pressupostos dessa reestruturação [socialista das relações econômicas] é suprimir a distinção entre a agricultura e a indústria, traço característico da sociedade burguesa, para dar lugar à interpenetração e à fusão desses dois ramos da produção, à transformação, tanto da produção agrícola quanto industrial, segundo perspectivas uniformes (LUXEMBURGO, 1991, p. 73).

Sendo assim, ela não busca em uma uniformização da base técnica entre agricultura e indústria, mas sim sobre uniformização de perspectivas que só poderia existir pelas relações econômicas socialistas, a qual o Estado socialista defendido por ela teria controle de ambas.

Mészáros (2011), a partir de uma concepção marxiana, tece uma crítica à Stalin e seus ideólogos, que clamam o fim da oposição entre cidade e campo, em conjunto com o fim da divisão do trabalho físico e mental, bradando viver um momento crucial da história da União Soviética, a consolidação de um “comunismo” já maduro:

Perseguiam-se todos os tipos de fantasias que depois tranquilizadamente se decretavam como já realizadas, ou a caminho da plena realização. Depois de afirmar a plenitude e o sucesso do “socialismo em um só país”, tornou-se necessário afirmar que a realização potencial do mais elevado estado de comunismo estava a ponto de ser completada. Assim, postularam a abolição

da oposição entre cidade e campo, e mesmo entre trabalho físico e mental, removendo-as com a mesma varinha mágica – referência à derrubada jurídica do capitalismo – que fez desaparecer o antagonismo resultante da subordinação estrutural alienada do trabalho ao sistema hierárquico estabelecido (MÉSZÁROS, 2011, p. 748).

Essa defesa stalinista era vital para a reprodução do discurso meramente ideológico de que o comunismo realmente estava sendo desenvolvido na União Soviética, sem de fato, como aponta Mézáros (2011), destruir o capital das relações de trabalho. Para realizar essa defesa, era necessário pôr um fim, dentre tantos elementos sociais, na oposição entre campo e cidade.

Se observamos a questão da superação entre cidade e campo numa perspectiva estritamente defendida por Marx e Engels (2007), esta superação só poderia vir com o fim dos elementos que apontamos anteriormente, como a propriedade privada, a divisão entre trabalho manual e intelectual, o Estado e das classes sociais. Ou seja, apenas com a emancipação da sociedade atual e a produção de uma sociedade baseada no trabalho associado e na propriedade coletiva dos meios de produção, através de um processo revolucionário de ruptura da sociedade atual, e não do seu desenvolvimento linear, essa superação poderá ocorrer.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos com os questionamentos dentro da epistemologia geográfica, que a defesa de uma superação da oposição entre cidade e campo parte de uma perspectiva que desconsidera a própria origem da divisão do trabalho em geral, e aqui ressaltamos a *fundamental e indispensável* releitura sobre o processo histórico que deu origem ao capitalismo. Afirmar essa superação é perder de vista o aprofundamento dessa divisão do trabalho que funda a separação entre cidade e campo. Pudemos, assim, considerar essa possibilidade apenas com a emancipação do trabalho do domínio do capital, e conseqüentemente da superação da divisão entre trabalho manual e intelectual, típico das sociedades que separam trabalhadores e classes dominantes em lados opostos.

Por imergimos em uma análise ontológica e histórica do *trabalho*, pudemos analisar desde a gênese da divisão sexual do trabalho à divisão do trabalho em geral sob a égide do capital, e compreender cautelosamente os discursos e ações que vem sendo reproduzidos na contemporaneidade sobre o campo e a cidade. Inspirada na *Ideologia Alemã* de Marx e Engels (2010), essa pesquisa também se envereda em questionar o que está posto sobre a temática da oposição entre campo e cidade. E afirmamos, mais uma vez, que essa oposição não está superada.

A construção teórica se revelou desse modo eficaz para concatenar às pesquisas realizadas durante esses oito anos que envolveu a graduação e a especialização, no que refere à condição de vida dos trabalhadores que se reproduzem em movimento sobre campo e a cidade. E isso se deve a esta análise estar sob uma perspectiva das classes sociais envolvidas nesse turbilhão de revolucionamentos da propriedade privada e da sociabilidade em geral, mas ainda há inúmeros elementos sobre a atualidade deste debate para serem considerados, e nos vemos um pouco mais preparados para, na responsabilidade de manter a continuidade da pesquisa, avançar a análise num possível curso de doutorado, no qual estaremos providos de maior consistência teórica para fazê-lo.

Percebemos nesta pesquisa, que toda a dimensão histórica nos mostra mudanças espaciais de acordo com os interesses dos sujeitos na luta de classes entre o campo e a cidade. Sendo assim, tudo o que analisamos perpassa pelo que geograficamente se denomina de produção do espaço, tendo o trabalho como sua categoria fundante.

De início, foi difícil estabelecer um recorte “geográfico” para compreender a gênese da divisão do trabalho em geral. Sendo totalmente esclarecida nas discussões realizadas nas orientações e também após à qualificação. A escolha do cenário europeu - no qual relações

concretas e tão cruéis como se mostrou na acumulação primitiva - foi capaz de explicar o sistema do capital consolidado no campo e na cidade, em que nada mais é, do que a oposição entre disputas de facções dominantes que jogam friamente com a vida dos trabalhadores explorando-os ao máximo. Nessa extração de mais valia, só resta aos mesmos sobreviverem nos limites de um salário de fome, como expresso nas palavras de Rosa Luxemburgo e hoje se visualiza nas relações de exploração de trabalho, e negação de direitos trabalhistas por diversas vias e estratégias. Sobre o processo da escrita, os fatos históricos analisados a partir dos relatórios e documentos oficiais levantados nos estudos de Marx (1984), Merrington (1977), Sweezy (1977), dentre outros autores, sobre o contexto da Europa entre os séculos XIV e XIX, pudemos avançar na compreensão concreta que elucida sobre essa gênese típica do capitalismo e nessa o desenvolvimento da classe burguesa.

Após a acumulação primitiva de capital existente no período da transição do feudalismo para o capitalismo, a Revolução Industrial completa a supremacia do capital sobre a totalidade social. Assim, o desenvolvimento da propriedade móvel nas cidades, com o avanço tecnológico materializado nas máquinas a vapor, leva ao campo a base fundamental para o desenvolvimento das relações capitalistas. Isso faz com que seja nesse processo que o trabalho no campo e na cidade sejam separados completamente.

A leitura marxiana utilizada se mostrou fundamental para a questão central da pesquisa de mestrado, que é a divisão do trabalho em geral na contemporaneidade, e pôde se estender ainda para a compreensão de muitas questões que envolvem a construção histórica da sociedade capitalista, que se baseia na luta de classes, no Estado, na propriedade privada, no patriarcalismo. Combatamo-los todos os dias, pois é preciso fortalecermos ainda mais nosso posicionamento político, em que é possível e emergente uma revolução da classe operaria, apoiada pela classe trabalhadora para colocar abaixo todas as mazelas sociais que nos foram impostas historicamente! Que as palavras estejam vivas em processo da revolução. Lutemos!

7 REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo: Ano 19, v. 2, n. 21, p. 25-39, jul/dez. 2003.

BOLSA DE CEREAIS DE SÃO PAULO. **Nossa História**. Disponível em: <<http://www.bcb.com.br/Historia.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

BRASIL. **Bolsas de mercadorias e futuros**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bmf.asp>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. In: **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 03, número 05, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Versão eletrônica. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876)**. Edição eletrônica. Ed. RidendoCastigat Mores. 1999.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano; PONTE, Karina Furina da. As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. In: **Terra Livre**. São Paulo: Ano 18, nº 19, p. 113-126, jul./dez. 2002.

FRANCO Júnior, Hilário. **Idade Média**. A civilização do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A produção do espaço: Uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. In: **GEOUSP – Espaço e tempo**. São Paulo: Nº 23, pp. 125-132, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1972.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **A Produção do Espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Belo Horizonte, 2006.

_____. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Abaixo à família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. **Alienação e estranhamento.** 2015. Disponível em: <<http://sergiolessa.com.br/artigos-e-capiacutetulos-de-livros.html>>. Acesso em 13 de jan. 2018.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social, v. 2.** Versão eletrônica. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **Introdução à economia política.** Tradução de Carlos Leite. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

_____. **A revolução russa.** Introdução, tradução e notas de rodapé: Isabel Maria Loureiro. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 18, nº. 19, Jul-dez, 2002.

_____. Entre o Campo e a Cidade: Formação e Reprodução Social da Classe Trabalhadora Brasileira. In: **Revista Agrária**. São Paulo: v. 3, 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Volume I. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital: crítica da economia política.** Volume I. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858.** Esboços da crítica da economia política. Versão eletrônica. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista.** 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MERRINGTON, John. A cidade e o campo na transição para o capitalismo. In: **A transição do feudalismo para o capitalismo.** Paul Sweezy, et al. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert ; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do Espaço.** 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: **O campo no século XXI: Território de vida e de construção da justiça social.** Organização: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiros Marques. São Paulo: Editora Casa Amarela e editora Paz e Terra, 2004.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

ROTTA, José Heleno. Sobre a oposição entre o rural e o urbano em Marx e sua atualidade. In: **Anais do II encontro nacional de economia política**. PUC/SP, 27 a 30 mai. 1997, pp. 459-577.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. In: **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia: v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SADER, Emir. Apresentação. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Tradução: Marta Inez Medeiros Marques; Marcelo Barreto. In: **GEOUSP – espaço e tempo**. São Paulo, N°32, pp. 89- 109, 2012.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso "hegemônico" do capital à atualidade da luta de classes**. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Geografia. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão, 2008.

_____. Relação campo-cidade: Em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. In: **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique (Orgs.). Salvador: SEI, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo: Relações e contradições entre urbano e rural**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SWEEZY, Paul. Uma crítica. In: **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Paul Sweezy, et al. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura.**; tradução: Paulo Henriques Brito. São Paulo: Cia das Letras, 1989.